

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

SÉRGIO RICARDO GOMES DOS SANTOS MELO

**LEI DO VALOR ENQUANTO LEI GERAL DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL
PARA UMA CRÍTICA A TEORIA DO TRABALHO IMATERIAL**

**MACEIÓ - AL
2011**

SÉRGIO RICARDO GOMES DOS SANTOS MELO

**LEI DO VALOR ENQUANTO LEI GERAL DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL
PARA UMA CRÍTICA A TEORIA DO TRABALHO IMATERIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia do Trabalho

Orientadora: Profa. Dra. Alice Anabuki Plancharel

**MACEIÓ - AL
2011**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

M5281 Melo, Sérgio Ricardo Gomes dos Santos.
Lei do valor enquanto lei geral de valorização do capital para uma crítica
a teoria do trabalho imaterial / Sérgio Ricardo Gomes dos Santos Melo. – 2011.
135 f.

Orientadora: Alice Anabuki Plancharel.
Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2011.

Bibliografia: f. 132-135

1. Trabalho – Aspectos sociológicos. 2. Trabalho imaterial. 3. Reestruturação
produtiva. 4. Teoria do valor do trabalho. I. Título.

CDU: 316:331

SÉRGIO RICARDO GOMES DOS SANTOS MELO

**LEI DO VALOR ENQUANTO LEI GERAL DO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO
CAPITAL**

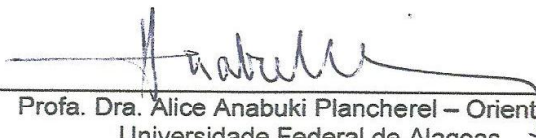
PARA UMA CRÍTICA A TEORIA DO TRABALHO IMATERIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

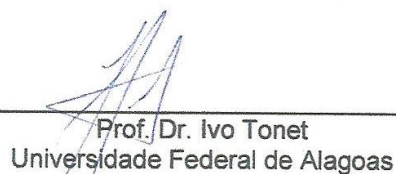
Área de concentração: Sociologia do trabalho

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Alice Anabuki Plancherel – Orientadora
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Ivo Tonet
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Breithner Luiz Tavares
Universidade Federal de Alagoas

a João Ricardo Saldanha Gomes Melo

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a todos...

“Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à Humanidade pertence”.

Bertold Brecht – “Privatizado”

RESUMO

A partir da década de 80 do século passado no capitalismo se inicia um amplo processo de reorganização estrutural comumente denominado reestruturação produtiva. Desta forma imprimiu-se um conjunto de medidas no sentido de recuperar o padrão produtivo alcançado em anos anteriores assim como recrudescer o domínio político-ideológico sobre a classe trabalhadora. Podem-se realçar dois processos nesse contexto: o crescimento do setor de serviços e a maciça inserção de micro tecnologias e tecnologias de informação; a ascensão dos serviços tanto em ocupação como em importância econômica e social conduziu Antônio Negri a descartar o arcabouço teórico-metodológico marxiano, fortemente associado ao industrialismo por esse pensador, além de creditar ao desenvolvimento das forças produtivas um papel protagonista nas transformações sociais, negligenciando, por vezes, abandonado a noção de classes sociais. Analiso nessa dissertação, baseado na teoria do valor de Marx, a interpretação do capitalismo contemporâneo de Antônio Negri, que tem em seu cerne a noção de trabalho imaterial, pretendo avaliar a consistência teórica desse conceito e nesse percurso demonstrar a vitalidade da crítica marxiana a economia política.

Palavras chave: Reestruturação produtiva; Teoria do valor trabalho; trabalho imaterial.

ABSTRACT

From the 80s of last century capitalism begins an extensive process of structural reorganization commonly called redesign, so printed, a set of steps to recover the pattern of production achieved in previous years as well as intensify the political field and ideological on the working class. One can point to two cases in this context: the growth of service sector and the massive inclusion of micro technologies and information technologies, the rise of services both in occupation and in economic and social importance Antonio Negri led to discard the theoretical and methodological Marxian Strongly associated with industrialism by the thinker, and credited the development of productive forces play a leading role in social change, neglecting, sometimes abandoned the notion of social classes. I analyze in this essay, based on Marx's theory of value, the interpretation of contemporary capitalism Antonio Negri, which has at its core the notion of immaterial labor, I intend to evaluate the theoretical consistency of this concept and demonstrate this pathway critical to the vitality of the Marxian critique of political economy.

Key Words: Economic restructuring, labor theory of value; immaterial labor.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	9
1	A CRÍTICA MARXIANA DA ECONOMIA POLÍTICA: A LEI DO VALOR ENQUANTO LEI GERAL DO FUNCIONAMENTO DO CAPITAL.....	26
1.1	Crítica marxiana da Economia Política.....	27
1.2	Aspectos metodológicos fundamentais.....	33
1.3	Trabalho Abstrato e Valor.....	40
1.4	Observações sobre o trabalho abstrato.....	53
1.5	Observações sobre trabalho produtivo e improdutivo.....	64
2	CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E TRABALHO IMATERIAL.....	75
2.1	As raízes da teoria do trabalho imaterial: o operarismo italiano.....	80
2.2	Trabalho imaterial e a sobredeterminação da esfera política.....	91
2.3	Algumas considerações sobre a teoria do trabalho imaterial.....	97
2.4	Considerações sobre os <i>GRUNDRISSE</i>	103
2.5	Formas mutantes do controle do Capital.....	114
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
	REFERÊNCIAS.....	132

INTRODUÇÃO

O capitalismo caracteriza-se, entre outras coisas, pelo inevitável e célere desenvolvimento das forças produtivas, de maneira geral, tecnologia e ciência postas a serviço de uma incansável e compulsiva autovalorização. Poderíamos dizer que configura traço “genético” do sistema produtor de mercadorias o gigantesco investimento em mais-valia relativa. Como realçam Engels & Marx (1997, p. 89) a “burguesia, durante seu domínio de classe, apenas secular, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em conjunto”, e a concorrência como força motriz entusiasma essa tendência irresistível. É traço constituinte e fundante desta forma social a continuada transformação de todas as condições sociais como base de sua própria constituição e permanência. Em termos marxianos, traduzimos este movimento do capital nos seguintes termos: o capital diminui gradativamente sua dimensão variável e amplia sua dimensão constante; este é um aspecto ineliminável do sistema, uma exigência da lei do valor no capitalismo. Assim, esta lei geral do movimento do capital se manifesta na encarnizada competição intercapitalis, implicando alterações profundas em todas as esferas da vida social, em toda a extensão do corpo social global e em todas as dimensões da vida humana, isso porque os processos em curso não dizem respeito apenas a aspectos técnicos da produção material, mas sim — ou principalmente — na forma mesma de ser do indivíduo social.

A passagem do fordismo/taylorismo para o modelo ohnista ou japonês nos coloca num fértil cenário de “novos”: “novos” agentes sociais, “novas” estruturas de poder, “novas” formas de exploração, “novos” conflitos, “novos” conceitos, “novas” teorias. Consequentemente, nos sugere os finais: “fim do emprego” (RIFIKIN, 1995), “fim do proletariado” (GORZ, 1987), “fim do trabalhador” (SCHAFF, 1995), “fim das classes”¹ (HARDT; NEGRI, 2005), “fim da história” (FUKUYAMA, 1992), “fim das utopias”.

¹ No lugar do conceito de classes o autor fomenta outro, o de Multidão.

As mais recentes estratégias de controle do trabalho pelo capital, em sentido mais amplo, se refletem no plano político-ideológico — com a queda do muro de Berlim e a derrocada do socialismo soviético — numa superestrutura hegemônica de mote liberal, canalizada no terreno teórico em um projeto acrítico, uma prática social resignada e estampada em *outdoors* anunciando a inevitabilidade da ordem sociometabólica do capital e seu maravilhoso mundo prenhe de alternativas viáveis. A crítica pós-moderna ao Iluminismo e aos paradigmas clássicos é, sem dúvida, uma evidência desse movimento na órbita ideológica.

Com o “sucesso” do *Welfare state* nos países centrais, muitos teóricos abandonaram a perspectiva de classe como fonte analítica na busca de alternativas. Sendo assim, a procura de alternativas não passa mais pela relação entre capital e trabalho. Nesses termos, qualquer alternativa sugerida não visa à superação do capitalismo, mas ao seu aperfeiçoamento. Conforme indica Paniago (2001, p. 5):

Para muitos teóricos, o problema da igualdade estaria mais relacionado à forma de democracia existente do que a uma real incompatibilidade entre igualdade e mercado. A desigualdade, portanto, estaria relacionada à inexistência de mecanismos adequados ao exitoso desempenho das relações entre sociedade civil organizada, Estado e mercado. Para tais autores, a desigualdade contemporânea e a ideologia neoliberal deveriam ser enfrentadas com o aperfeiçoamento democrático.

Nesse sentido lemos em Przeworski (1993 *apud* Id. *Ibid.*),

O que parece importar [...] para o desempenho econômico e o bem-estar social não é simplesmente ‘democracia’ em geral, mas instituições e políticas democráticas específicas.

Além de Przeworski, encontramos a seguinte passagem de outro autor significativo:

Habermas, também de uma perspectiva que imagina ser possível controlar o capital por medidas e instituição políticas, desenvolve uma “concepção deliberativa de democracia” cujo fundamento se encontraria no “equilíbrio de interesses” e se constitui enquanto uma “forma de compromisso” só possível mediante uma “disponibilidade para a cooperação”. Os prováveis conflitos seriam superados por meio da construção de um ‘consenso de fundo baseado no fato de que os cidadãos partilham de uma mesma cultura’ e empreendem ações orientadas para o entendimento. (HABERMAS, 1995 *apud* Id., *Ibid.*).

Segundo (Ibid., p. 6), Habermas propõe:

[...] como alternativa à experiência do Estado social-democrata uma separação entre as iniciativas autônomas dos cidadãos e o mercado: 'uma relação completamente transformada entre as esferas públicas autônomas auto-organizadas, de um lado, e os domínios de ação regidos pelo dinheiro e pelo poder administrativo, de outro'.

A despeito de qualquer compromisso teórico com os autores citados, vale notar, em ambos, que qualquer transformação social deve operar no interior e fronteiras do modelo global de sociabilidade vigente. Em Habermas observa-se ainda uma tendência bastante adotada pelas teorias contemporâneas, inclusive a teoria do trabalho imaterial, de que efetivamente nos ocuparemos neste trabalho, a saber, o privilégio teórico-metodológico concedido à dimensão subjetiva — componentes como a linguagem, a interação intersubjetiva etc. — que em Habermas reside no *mundo da vida*. Essa teoria imputa uma cisão entre racionalidade instrumental (sistema) e racionalidade comunicacional, e critica a perspectiva adotada por Marx, que sugere que ambos os momentos formam uma unidade.

Ao operar com a disjunção analítica essencial entre *trabalho* e *interação*, entre *práxis* laborativa e *ação* intersubjetiva, entre *atividade* vital e *ação* comunicativa, *entre sistema* e *mundo da vida*, perde-se o momento em que se realiza a articulação inter-relacional entre, [...] mundo da objetividade e da subjetividade, questão nodal para a compreensão do ser social (ANTUNES, 2003, p. 157).

Nessas teorias, de maneira bem geral, encontramos uma autonomização da dimensão espiritual em relação à esfera material, um desacoplamento. Sintomático disso é o acolhimento do conceito de ação, unidade analítica do sujeito, como o coração de suas arquiteturas conceituais. Correntes sociológicas recentes retratam esta tendência teórica, a exemplo da etnometodologia, interacionismo simbólico, individualismo metodológico etc.

Não queremos, obviamente, travar uma discussão direta com essas correntes teóricas consideradas individualmente, mas sim realçar um elemento geral nelas contido, que as conduz sempre a buscar formas de equalização dos conflitos por meio de um possível apaziguamento das desigualdades, reportando como o lugar de viabilização deste projeto a esfera subjetiva, no plano social e no político.

Um dos patrocinadores eminentes da tese do fim da centralidade do trabalho hoje, chega a sugerir uma forma social alternativa que se encontra entre a economia capitalista privada e uma economia social coletivista, um híbrido entre elas, preservando elementos de uma e de outra. Vejamos as palavras do próprio Schaff (1990, p. 38):

[...] como definir a forma sistemática da sociedade futura, que não será nem capitalismo nem socialismo tais como conhecemos até agora? Sugiro que se denomine de sistema de economia coletivista, já que não me ocorre denominação melhor, embora seja plenamente consciente da insuficiência da minha proposta. A denominação, de fato, é deliberadamente imprecisa e vaga, mas precisamente por isto permite abarcar as distintas variantes da solução proposta e as diversas quantificações de elementos que traz consigo: economia capitalista privada e economia social coletivista. Em minha opinião, esta é uma vantagem daquela denominação precisamente porque é assim que se apresentará a diferenciação de desenvolvimento nas várias condições: a infração do 'sagrado' direito de propriedade em nome de interesses coletivos gerais. Esta infração se expressa numa nova e dinâmica distribuição de renda nacional em favor das classes sociais que não são proprietárias dos meios de produção.

E prossegue:

Mesmo no caso de este processo não eliminar por completo a propriedade privada e, conseqüentemente, deixar um amplo campo para a iniciativa privada — problema que o modelo atual do socialismo real não resolveu —, ele é sem dúvida um passo importante no sentido de um socialismo e de um igualitarismo (relativo) interpretados em sentido amplo. (Ibid., p. 38-39).

Muitas são as inferências decorrentes dos extratos supracitados. Nesta idiossincrática combinação entre capitalismo e economia coletivista, elementos como a propriedade privada combinam-se harmonicamente com uma justa distribuição social. Por outro lado, o autor reconhece, num primeiro instante, a insuficiência teórica de tal empreendimento conceitual. Logo a seguir, admite que esta imprecisão é fundamental; por que fundamental? Porque apenas assim pode comportar qualquer dose de alucinação, contorcionismo, malabarismo. Nesse texto, Schaff (1990) sublinha que as classes sociais menos favorecidas seriam beneficiadas com esta quimérica nova organização social. Ora, se ele admite a existência de classes, como acreditar na ausência da exploração?

O autor ainda afirma que um dos fatores débeis do socialismo soviético foi não ter concedido algumas franjas do mercado para a iniciativa privada, equívoco este que a estrutura social teorizada por ele não cometerá. Consideremos ainda

algumas objeções: Schaff acena para um socialismo e um igualitarismo (relativo), no entanto, não detalha a largura e extensão deste relativismo, o que nos parece, no mínimo, um paradoxo, a saber, igualitarismo relativo. É importante lembrarmos a Schaff que mesmo a planificação da economia em nada altera a natureza do capital. Esta relação social baseia-se na exploração coercitiva do trabalho alheio. Com isso, se ora sua personificação é o capitalista, ora o burocrata de Estado, em nada altera sua natureza². Muito poderia ser dito sobre Schaff, pois não param por aí suas criativas investidas teóricas. No entanto, não é nosso objetivo aqui estreitar o diálogo com o pensador polonês³; estamos apenas demonstrando, a partir de pensadores representativos na literatura contemporânea, aspectos gerais de como as transformações engendradas pelo capitalismo vêm sendo tratadas.

Podemos identificar dois vetores presentes nas explicações sociológicas a respeito do capitalismo na contemporaneidade: 1 – as análises centram-se nos indivíduos em detrimento das estruturas, e revela-se como maior o interesse por elementos como linguagem, comunicação, interação, consenso etc., que ao emergirem no século XXI soterram a razão econômica e sua lógica instrumental; 2 – o problema não é o capitalismo, e sim a falta de um aparato regulador que respeite as necessidades humanas e seja capaz de conter os “exageros” de alguns sujeitos avaros e de corações pétreos. Em decorrência dessa postura, a questão reside no Estado ou na política de caráter institucional.

No âmbito da sociologia temos ainda, dentre tantos, o exemplo da proeminente escola francesa da regulação, com nomes como Coriat, Aglietta, Lipietz e suas celebrações ao progresso pós-fordista, teorias ancoradas no evolucionismo institucional, em suma, na capacidade de convergirmos para uma estrutura econômica e política, humanizadas sempre, e claro, circunscritas aos limites da produção capitalista. A questão fulcral é qual a estrutura político-econômica menos perversa, ou um novo pacto.

² No primeiro capítulo dedicamos um tópico as Formas Mutantes de Controle do Capital em Mészáros.

³ Consultar para melhor compreensão sobre Schaff o importante trabalho de, Prieb, S.A.M. A redução do trabalho vivo e a tese do fim da centralidade do trabalho em Schaff e Gorz: Uma crítica marxista. (Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp) 2002.

Produção em série, operário-massa, verticalidade, standardização, “gorila adestrado”, Organização científica do trabalho – OCT, *Welfare States*, democracias de massa, são termos que logo nos remetem ao fordismo/taylorismo – modelo predominante até o final da década de 70, com raízes na indústria automobilística, que se expande rapidamente por todos os outros segmentos da produção como matriz organizacional e gerencial, especialmente no pós-guerra, período de consolidação dessa forma de controle da produção. O binômio fordismo/taylorismo articula a produção e o consumo de massas a um sistema político e social normativo⁴ que, durante certo período, garantiu uma razoável estabilidade política e próspero crescimento econômico, particularmente nos países centrais.

A frágil harmonia entre capital e trabalho que permeia o período fordista se deve, em boa medida, às próprias necessidades internas do modelo que, com o incremento da gerência científica e as inovações de Henry Ford, o rápido crescimento da produtividade e o exponencial aumento no consumo, permitiram periódicos acréscimos salariais e acesso ao espetacular mundo das mercadorias que inundavam o centro do mundo capitalista, entorpecendo ou arrefecendo os frêmitos de insatisfação proletária; bem como, subsidiando uma superestrutura estatal igualmente compatível com aquelas demandas da produção capitalista. O Estado previdência — promotor de uma mágica seguridade social — e o fortalecimento sindical se coadunavam com o estágio de desenvolvimento daquela forma transitória de organização social.

Faz-se mister sublinhar em que consiste a organização científica do trabalho. A despeito dos avanços consentidos e/ou conquistados pela classe trabalhadora, a Grande Indústria expropriou o conhecimento, o *savoir-faire* dos operários; aqui reside o ponto alto das inovações empreendidas por Taylor. Era fundamental a “posse” dos conhecimentos, antes contidos apenas nos espíritos dos futuros “gorilas adestrados”. A cisão entre concepção e execução foi passo imprescindível no sentido da padronização das etapas e ritmização dos movimentos, que conduziria ao escopo primeiro, ou seja, ao aumento da produtividade. Com isso, o trabalho torna-se apenas embrutecido e sempre mais mortificador e desantropomorfizado. O soterramento do caráter artesanal do trabalho caracteriza a

⁴ A respeito da escola francesa da regulação, sugerimos a leitura de BRAGA NETO, R.G. *A nostalgia do fordismo: elementos para uma crítica da escola francesa da regulação*, 2002.

mecanização do ser social que trabalha nesta fase de subsunção real do trabalho ao capital.

Um conjunto de acontecimentos confluiu no sentido do declínio do fordismo/taylorismo, além dos fatores técnico-materiais, como superprodução, crise do petróleo etc. O conflito entre operário e capitalista se acirrou; a asfixia ao espírito do trabalhador gradativamente converte-se em revolta (recusa à disciplina fabril) e configura-se também como fator incandescente dessa crise, pulverizando a epifania social que norteou esse período. Nesse momento, conforme destaca Antunes (2003), o capitalismo encampa esforços não apenas para resgatar o padrão produtivo e a lucratividade anteriores, como busca retomar o controle social e político sobre a classe trabalhadora que se insurgia à sua frente.

Uma série de tentativas, com vistas a uma reorganização da base produtiva, diluiu-se pelo globo, subsidiadas pelo grande salto tecnológico, merecendo especial relevância a experiência sueca e a terceira Itália. Os grandes estoques e os enormes e imponentes espaços físicos das velhas e hierarquizadas construções fordistas cedem lugar a pequenas e inúmeras ilhas produtivas. Com essas construções enxutas põe-se em curso um processo de horizontalização/externalização das atividades laborais que alterariam, sobremaneira, a forma de produzir no capitalismo. Essas experiências ganham relevo e fixam uma nova matriz a partir do Japão, mais precisamente sob a tutela do engenheiro Taiichi Ohno, da fábrica Toyota, donde se espraia o novo paradigma de produção: a era das formas de acumulação flexibilizadas (OHNO, 1997).

O ossificado esqueleto fordista parece sair de cena em nome da flexibilidade quase circense de Ohno, pai do Sistema Toyota de produção — STP. O STP apenas pôde lançar-se graças ao desenvolvimento das tecnologias, microeletrônica e robótica e das tecnologias de informação — TICs; essas cimentam o solo para o trânsito desse projeto. Assim como o fordismo não reformatou apenas a realidade industrial, e sim criou todo um mundo fordista, o toyotismo enseja um redesenho de toda a estrutura social redimensionando como corolário toda a organização social. No plano meramente econômico, a reestruturação produtiva sugere a otimização da produção, o aumento da produtividade e a diminuição de custos. Estoque zero e produção diversificada, estreitando a conexão entre produção e consumo, ao lado

de um sistema de automação presidido pela filosofia *Just in time* — JIT, liofilizando a empresa e dinamizando as ações estratégicas. No entanto, a reestruturação produtiva capitalista é mais que isso.

No plano social e político, saímos de um estado intervencionista e provedor e passamos ao (neo) liberalismo. Sindicatos, historicamente combativos, paulatinamente convertem-se em sindicatos defensivos. O trabalhador robotizado de Taylor e Ford passa a desempenhar atividades laborais que requisitam maior conteúdo intelectual, exigindo uma revalorização das habilidades e recursos espirituais do operário⁵ (BERNARDO, 2006).

Nesse período de transição de um modelo a outro, temos uma ebulição de produções teóricas, alimentadas por ricas e escorregadias transformações, que parecem escapar à rigidez de qualquer constructo teórico, diante da velocidade com que se dão. As principais teses transitam entre a sociedade do tempo liberado (GORZ, 1987; SCHAFF, 1995; OFFE, 1994, RIFIKIN, 1995), consubstanciando algum tipo de utopia tecnologicista, algo como uma transformação sem sujeitos, por um lado, e de outro, um tipo insólito de resignação histórica que reafirma, subjacente ao discurso, a fatídica eternização da sociedade de mercado (Escola francesa da regulação). De maneira geral, mesmo reivindicando recursos teóricos de matrizes distintas, há traços em comum entre essas teses. Parece-nos que entre todas temos, cada um ao seu modo, a proclamação “Adeus ao Trabalho”, atribuindo ao avanço tecnológico e à crescente diminuição no número de postos de trabalho no setor industrial, paralelamente à ascendência do setor de serviços, processos sociais que volatilizariam o conflito, agora obsoleto, entre capital e trabalho. Este seria não apenas uma nostalgia vã ocamente parafraseada por alguns ortodoxos marxistas, ou mesmo um litígio secundário por vezes até negligenciável (PRIEB, 2002). Noutra canto, autores como Antunes (2003), Lessa (2005), Mészáros (2002), Bezerra (2009), alinham-se em torno da centralidade do trabalho mesmo no

⁵ A distância entre a promoção ideológica dos métodos flexíveis de exploração do trabalho, comumente associados a um resgate do caráter artesanal do trabalho e a produção de uma subjetividade humanizada pelo trabalho, e a efetiva repercussão dessas práticas “flexíveis” na vida dos trabalhadores, é demonstrada numa pesquisa empírica em montadoras automobilísticas em São Paulo, nesta pesquisa Bernardo observa que por trás do discurso de autonomia, cooperação e companheirismo estabelece-se a humilhação cotidiana; a imposição de ritmos de trabalho que levam os trabalhadores ao sofrimento e ao adoecimento. Ver, BERNARDO, M. H. Discurso flexível, trabalho duro: o contraste entre o discurso de gestão empresarial e a vivência dos trabalhadores. (Tese de doutorado apresentada ao instituto de psicologia da USP), 2006.

capitalismo contemporâneo. Este ainda representa conceito analítico e explicativo estruturante; ainda que máquinas inteligentes componham de forma cada vez mais intensa a paisagem, o capitalismo continua a extrair mais-valia. Assim, o antagonismo entre classes irreconciliáveis figura, no mínimo, atual. É importante enfatizarmos que não é uma questão maniqueísta a de, necessariamente, advogar-se uma ou outra tendência, mas trata-se de verificar até que ponto as transformações que ocorrem representam algo efetivamente novo diante das leis de apropriação do capital.

O setor de serviços cresce indubitavelmente, e a lógica que o preside aparenta distinguir-se do velho trabalho fordista. Os serviços reclamam um novo trabalhador, ou melhor, atributos humanos pouco exigidos na era Ford/Taylor pela Grande Indústria, como criatividade, inventividade, trabalho em equipe, resolução de problemas, iniciativa, cooperação, afeto, informação, comunicação, entre outros, sugerindo uma anacronia entre a razão econômica e a natureza, por vezes lúdica, desses recursos. Faz-se crer que o exercício laboral no capitalismo contemporâneo resgata a subjetividade operária aproximando o trabalho ao prazer e produzindo, por isso, sujeitos sociais explosivamente revolucionários, conclamando à recusa ao trabalho heterônomo. As questões a que buscamos esclarecimentos dizem respeito a uma das teorias mais “carismáticas”, hodiernamente, sobre os processos em curso no capitalismo contemporâneo, precisamente, as teses sobre o trabalho imaterial associadas a Antonio Negri, Michel Hardt e Maurizio Lazzarato.

Herdeiro e, neste momento, responsável pela sobrevivência do movimento social e intelectual operarista gerado no seio neomarxista italiano, ao lado de nomes como Mario Tronti, Paolo Virno, Raniero Panzieri, Romano Alquati e Bolonha, Negri reelabora a arquitetura teórico-conceitual operarista e nos municia de um conjunto de questionamentos, extremamente profícuos e no mínimo polêmicos, para pensarmos o atual estado de coisas. Proporcional ao avanço teórico de Negri em solo tupiniquim é sua rejeição, suscitando amplos debates entre os intelectuais nativos. Ainda assim, Negri nos remete a questões importantes, e o tratamento por ele dado a essas questões radicaliza pontos de inquestionável vitalidade, nos levando, de uma forma ou de outra, a pensá-los. Inversamente a pensadores como Offe (1994) e Rifkin (1995), Negri, mesmo procurando ir além de Marx, reivindica o que considera vital no autor alemão e oferece uma leitura singular desse pensador.

Os conceitos marxianos de trabalho vivo e *General Intellect* conformam o centro das suas reflexões.

Além de Marx, desempenha papel decisivo em sua teoria Michel Foucault. Desta excêntrica combinação, resulta o caminho teórico trilhado por Negri para a construção da teoria do imaterial.

Negri apropria-se de conceitos foucaultianos, a exemplo, sociedade disciplinar e biopoder. Essas terminologias ajudam o autor italiano a pôr em relevo traços da ordem social fordista e disposições da sociedade flexível. Seu objetivo é o de realçar que transitamos de uma sociedade governada pelas externalidades à outra em que estas declinam. A noção de disciplinaridade, segundo nosso autor, define as linhas de orientação da sociedade fordista e seus arranjos institucionais.

[...] *Uma sociedade disciplinar é, portanto, uma sociedade-fábrica.* Disciplinaridade é ao mesmo tempo uma forma de produção e uma forma de governo, de tal maneira que a produção disciplinar e a sociedade disciplinar tendem a coincidir completamente. Nessa nova sociedade-fábrica, subjetividades produtivas são forjadas como funções unidimensionais do desenvolvimento econômico. As figuras, estruturas e hierarquias da divisão do trabalho social tornam-se cada vez mais generalizadas e minuciosamente definidas, enquanto a sociedade civil é cada vez mais absorvida pelo Estado: as novas regras de subordinação e os regimes capitalistas disciplinares são estendidos por todo terreno social. É justamente quando o regime disciplinar é levado a seu nível mais alto e a sua mais completa aplicação que ele se revela o limite extremo de um arranjo social, de uma sociedade no processo de ser subjugada. Em grande parte, isso se deve, certamente, ao motor que está por trás do processo, às dinâmicas subjetivas de resistência e revolta, (...) (HARDT; NEGRI, 2005, p. 274).

O mundo fordista é assim definido pela unidimensionalidade⁶. Como dito nas primeiras páginas, um processo de asfixia social é posto em trânsito, tolhendo e constringendo as virtualidades individuais e coletivas; suas potências castradas em nome da produção e reprodução do fordismo e de seus correspondentes suportes institucionais, políticos e históricos (MARCUSE, 1979). No trecho acima, o autor enfatiza que no interior deste modelo emergem como resultado forças em ebulição “às dinâmicas subjetivas de resistência e revolta”. Sempre segundo o autor, a

⁶ Este conceito não é utilizado por Negri, contudo, consideramo-lo conveniente, pois retrata a natureza subjetiva do trabalhador fordista, sob o ponto de vista negriano. Ver, Marcuse, H. A ideologia da sociedade Industrial: o homem unidimensional. Tradução de Giasone Rebuá, 5ª edição. Zahar editores, RJ: 1979.

universalização das condições sociais de produção capitalista fertiliza o solo para o florescimento de um sujeito social incongruente às condições donde brotou⁷; nas condições do “regime disciplinar”, a expansão capitalista “constrói também a possibilidade de sua antítese” (LESSA, 2005, p. 18).

Antes de seguirmos adiante, exige-se dizer que Negri entende a passagem da manufatura — subordinação formal — para a grande indústria/sociedade fábrica — subordinação real — não apenas como uma estratégia ou força incoercível do próprio modo de produção capitalista imposta ao trabalhador e ao conjunto da sociedade global, mas é a classe trabalhadora que impõe constantemente à sociedade do capital a necessidade de reciclar seus métodos de controle social até que esses sejam definitivamente superados por obra e graça do leniente espírito do capitalismo. Ou seja, os trabalhadores do imaterial são o verdadeiro sujeito histórico revolucionário, mesmo que o projeto deste sujeito emancipador não seja a superação do capitalismo.

Em artigo publicado em parceria com Lazzarato, Negri descreve em linhas amplas o seu entendimento de trabalho imaterial e de seus inevitáveis desdobramentos no “capitalismo” hoje (LAZZARATO; NEGRI, 2001). Sintetizando, é uma forma de trabalho autônoma e hegemônica, e nesta fase “não se precisa mais do capital e da sua ordem social, mas se põe imediatamente como livre e constitutivo”. Esta força de trabalho é a verdadeira “potência constituinte” e o fermento de uma efetiva “subjetividade produtiva pós-industrial”; assim o “operário social” submete ao “empreendedor-político” a sua dinâmica indomável e arredia. Com esta nova qualidade o trabalho vivo festeja o ingresso histórico num outro modo de produção, irreconhecível em relação ao passado capitalista.

O modo de produção denominado pelos autores de “cooperação social do trabalho imaterial”, baseado na “autovalorização cultural”, este modo de produção, que vivenciamos por ora, é marcado por destituir o “controle de todos os elementos

⁷ Em uma crítica a esta subjetividade, denominada por Negri de revolucionária, diz assim Lessa, “... Surgida da expansão máxima do capital, tal subjetividade é dele completamente independente; mais ainda, é seu exato antípoda. A nova subjetividade recusa o processo de valorização do capital ao exigir, através da pressão política, salários superiores ao custo da sua reprodução: com isso, o valor trabalho em Marx teria sido superado pelo próprio desenvolvimento do capital. O valor da força de trabalho seria, hoje expresso pela pressão política ... e não mais pelo tempo socialmente necessário para a sua reprodução: a luta de classe burguesia/proletariado estaria definitivamente superada porque não mais viveríamos o antagonismo capital/trabalho”. LESSA, S. **Para além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. Xamã, SP: 2005 p. 18.

da produção” anteriormente agenciados pela “capacidade do capitalista”, sendo ele agora que “cada vez mais, define o capitalista”. Observamos que os autores se referem ao capitalista (personificação do capital) como o motor do antigo modo de produção, e não se realçam o capital como a verdadeira força propulsora da produção no capitalismo, mas isto não é estranho, pois, para eles, na “cooperação social do trabalho imaterial” “o capital torna-se um aparelho vazio, de constrangimento, um fantasma, um fetiche”, traduzindo um acessório formal e decorativo. Nas palavras de Negri, a teoria do valor “envelheceu e tornou-se inútil”, perdendo assim “todo o sentido face à desmesura da acumulação social”, e tudo isso ocorre por decorrência do trabalho imaterial. Parece-nos que o capital é tratado por Negri não como uma *relação social*, mas sim como um *mecanismo neutro* (PANIAGO, 2001).

Acompanhemos passagens deste artigo que ilustram a perspectiva dos autores:

Pode-se então avançar na seguinte tese: o ciclo do trabalho imaterial é pré-constituído por uma força de trabalho *social e autônoma*, capaz de organizar o próprio trabalho e as próprias relações com a empresa. Nenhuma organização científica do trabalho pode predeterminar esta capacidade e a capacidade produtiva social (LAZZARATO; NEGRI, 2001, pp. 26-27).

Acima de tudo, portanto, a independência progressiva da força de trabalho, enquanto força de trabalho intelectual e trabalho imaterial em face do domínio capitalista. Nas fábricas pós-fordistas e na sociedade produtiva pós-industrial, os sujeitos produtivos se constituem, tendencialmente, primeiro e de modo independente da atividade empreendedora capitalista. A cooperação social do trabalho social, na fábrica social, na atividade terciária, manifesta uma independência frente à qual a função empreendedora se adapta, ao invés de ser a fonte e a organização. Esta função empreendedora, ‘personificação do capital’, em vez de constituir uma premissa, deve, portanto reconhecer a articulação independente da cooperação social do trabalho na fábrica, na fábrica social e no terciário de ponta, e adaptar-se a eles (Ibid., p. 31).

De fato, ele exercita hoje sua função de controle e de vigilância do *externo* do processo produtivo, porque o conteúdo do processo pertence sempre mais a outro modo de produção, **à cooperação social do trabalho imaterial** [Grifo do autor]. A época em que o controle de todos os elementos da produção dependia da vontade da capacidade do capitalista é superada: é o trabalho que, cada vez mais, define o capitalista, e não o contrário (Ibid., p. 31-32). Grifo dos autores.

Na ausência de uma subordinação do trabalho não há capital; sem trabalho vivo submetido ao trabalho morto, não há valorização. Na análise de Negri a humanidade ultrapassa sua pré-história capitalista e descortina o modo de produção

comunista, ou cooperação social do trabalho imaterial. O processo de reestruturação produtiva é apreendido, aqui, como um movimento operário de resistência política, e não como uma ofensiva do capital, respondendo por um turno ao seu próprio movimento contraditório de redução do capital variável e aumento de sua parte constante, e por outro, ao acirramento do controle social do trabalhador, pois, mesmo diminuindo a um mínimo progressivo o trabalho no processo de produção imediata, não pode prescindir dele.

O pano de fundo, não apenas a teoria de Negri, como as de tantos outros representantes do pensamento social contemporâneo, diz respeito ao papel do conhecimento na economia. A sociedade pós-fordista da escola regulacionista francesa; a sociedade Pós-Industrial de Daniel Bell; a sociedade em Redes de Castells; o Capitalismo Cognitivo em Gorz (1987) balizam-se fortemente pelas questões em torno da centralidade do conhecimento na economia e nas ambiguidades e contradições impostas à produção e reprodução da ordem capitalista diante dessa “novidade”.

Em Negri a informação alinha-se a uma série de outras características e habilidades do indivíduo social, como reflexividade, cooperação, mediação de conflitos, afetos etc., ou seja, um amplo processo de explosão espiritual que impõe ao capitalismo sérios obstáculos. Dentre as dificuldades enfrentadas pelo sistema, teríamos uma incongruência entre a forma-conhecimento e a forma-mercadoria, para este autor. Com o capitalismo, espreado-se para seções como a cultura e o espírito, dimensões humanas não suscetíveis à contabilidade temporal, a lei do valor — apreendida aqui como lei geral da produção capitalista — encontrar-se-ia em xeque e, assim, todo o modo de produção. Nesse sentido, a ordem do capital se depara com uma desproporção qualitativa entre o produto e os seus mecanismos de controle e captação. Uma vez que o trabalho comunicacional e cognitivo envolve elementos qualitativos, de difícil mensuração, como reduzi-los a trabalho abstrato — aspecto qualitativo do valor — e assim, a tempo, socialmente necessário, grandeza do valor? — ainda segundo Negri.

“O amor pelo tempo a se constituir”⁸, ou melhor, o não-trabalho ou tempo livre — tempo de fruição concebido como demanda do trabalhador — invade os

⁸ Lessa, S. **Para além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. Xamã, SP, 2005.

corpos e almas da classe proletária, configurando um *big ben* social que empurra o capitalismo para uma etapa superior do desenvolvimento histórico e social; algum tipo de comunismo dentro do capitalismo, destituindo o capitalismo dos seus princípios motores e injetando um novo conteúdo – este verdadeiramente humano –, conforme Hardt; Negri (2005, p. 282):

O repúdio ao regime disciplinar e a afirmação da esfera de não-trabalho tornaram-se as características definidoras de um novo conjunto de práticas coletivas e de uma nova forma de vida.

Pois,

O proletariado inventa, efetivamente, as formas sociais e produtivas que o capital será forçado a adotar no futuro. (grifo dos autores).

Atacando vorazmente o regime disciplinar, o operariado reinventa o capitalismo e inaugura uma nova era, em que a produção de valores de troca, trabalho abstrato, tempo de trabalho socialmente necessário, extração de mais-valia, são conceitos cambaleantes.

Para Negri, portanto, não é a lei do processo de valorização que impele o capitalismo a investir em tecnologia, ampliando o tempo de sobre-trabalho e diminuindo progressivamente o tempo necessário, mas sim os trabalhadores ávidos por um novo estilo de vida, baseado na fruição, que negam o trabalho coercitivo nos moldes do industrialismo disciplinar fordista/taylorista. A produção agora não se dá às costas dos produtores, conforme Marx (1980b), mas inversamente, a produção agora é orientada conscientemente pelos produtores diretos.

A revolução informacional, a automação e os serviços catapultam a humanidade a uma sociabilidade superior, *omnilateral*, e tudo isso devido a uma mutação no próprio trabalho, agora, hegemonicamente imaterial, sempre segundo Negri. Uma implicação desse posicionamento é que o simples desenvolvimento das forças produtivas em si, e por si, representa a supressão do capitalismo mesmo na ausência de sujeitos revolucionários; na verdade, há sim para Hardt e Negri (2005) um sujeito — os autores o definem como Multidão. Percebe-se aqui outro ponto tenso de suas teses: o abandono do conceito de classe em nome de um novo e, segundo Hardt; Negri (2005), condizente com a realidade presente, o de Multidão.

Fetichizando a máquina, nossos interlocutores não se apercebem de que os novos processos sociais aprofundam a lógica do capital, pois tomam o conteúdo concreto do trabalho como princípio vetor, e não a forma social pela qual este trabalho é revestido. Dito de outra forma, os autores da teoria do trabalho imaterial conferem a esta qualidade concreta do trabalho a condição de inerentemente produtiva, desconsiderando a formação histórica capitalista. Esse equívoco reaparece em outros momentos de suas reflexões, haja vista sua interpretação de trabalho abstrato, entendendo-o apenas como “dispêndio de músculos, nervos, cérebro e mãos”, ou puramente como desgaste de energia humana, e não como um processo sócio-histórico objetivo que reduz a qualidade concreta do trabalho a um *quantum* genérico de trabalho social.

Temos de observar se as novidades presentes no capitalismo avançado indicam uma ruptura com seu movimento geral, suas leis tendenciais, ou de outra forma, apenas reafirmam essas leis. Lembremos que o capitalismo, apesar de sua capacidade de reforma, não pode romper com a lei do valor. A era da acumulação flexível incorpora, não raramente, práticas fordistas e tayloristas, quando não resgata estratégias de organização do trabalho ainda mais remotas — cria aqui ou acolá algumas ilhas fantásticas de trabalho criativo, científico e realizador; tem, e isso é palpável, acirrado o estranhamento do trabalho por meio do controle padronizado dos atributos cognitivos, produzindo, conforme Antunes (2003), uma subjetividade *inautêntica*. Marx já apontava, há quase dois séculos, que mesmo quando o capitalismo libera tempo como decorrência da maquinaria autonomizada (mais-valia relativa), este tempo sobrando continua sendo explorado e convertido em mais-trabalho. Assim, sob a tutela do capital, o tempo liberado não parece indicar tempo de fruição.

A fonte teórico-conceitual utilizada por Negri são os *Grundrisse* de Marx, mais precisamente um trecho já usual entre a escola italiana, da qual é tributário, onde Marx aponta para um momento da história em que verificaríamos a superação do capitalismo ou os elementos sobre os quais repousaria uma transição para o comunismo. Negri visualiza o trabalho imaterial, e suas consequências, como a corporificação das transformações implicadas no mencionado texto do autor alemão. Vale considerar que em seu diálogo com os economistas Marx elabora a crítica marxiana à economia política e não uma economia política crítica. Dizemos com isso

que não é possível apreender o empreendimento marxiano se perdemos de vista a *práxis* social, a subversão do modo de produção burguês, e este evento não configura apenas um exercício teórico-conceitual; ele completa-se com uma atividade revolucionária efetiva. Apreender as contradições do capitalismo não significa dizer que, inevitavelmente, teremos sua superação em nome do comunismo; superação colocada em movimento pela simples e automática implosão do sistema.

A interpretação de Negri sobre as vicissitudes do valor o leva a afirmar que o capitalismo chegou ao seu estágio final. O valor, enquanto medida reguladora interna do capitalismo, estaria com seus dias contados. Com isso, aquilo que muitos julgam o centro duro da obra de Marx perderia validade e, por conseguinte, neste ponto, o próprio capitalismo desapareceria.

Trabalho imaterial fruto do Intelecto Geral, encarna características que dificultariam as formas clássicas de extração de mais-valia — sempre segundo os autores — por ser espontâneo, cooperativo, informacional, afetivo etc. O resultado desse trabalho emprestaria ao sistema produtor de mercadorias o obstáculo de não ser, ao menos facilmente, apropriado privadamente. Isso promove a destituição do tempo socialmente necessário como grandeza do valor, ante a volatilidade dos “produtos” imateriais, imensuráveis em seu processo. O que representa essa incomensurabilidade? Quais os contornos desse novo trabalhador coletivo? Capitalismo desmedido? Nosso autor fala de um novo trabalho vivo. Qual a sua natureza?

Nossos esforços confluem no sentido de verificar a consistência teórico-conceitual da tese negriana do trabalho imaterial. No primeiro capítulo trataremos da crítica à economia política empreendida por Marx, a economia política clássica. Nosso objetivo é realçar onde o método marxiano se distancia dos clássicos, permitindo a Marx avançar na análise do capitalismo. Essa retrospectiva possibilita clarificar no capítulo seguinte, reservado à tese do imaterial de Hardt; Negri (2005), as possíveis debilidades em suas construções teóricas e em sua compreensão de Marx. Esse procedimento faz-se pertinente, visto que o autor italiano reclama conceitos marxianos no tratamento que oferece ao capitalismo atual, como: valor, trabalho produtivo e improdutivo, subordinação formal e real, processo de

valorização; e não simplesmente porque Marx é um refúgio oracular. No segundo capítulo apresentaremos alguns dos elementos fundamentais da teoria do trabalho imaterial, especialmente a interpretação de Negri sobre o desenvolvimento das forças produtivas e as conseqüências daí resultantes, elaborando a seguir uma crítica ao que consideramos suas debilidades, e sempre reivindicando a lei do valor, na acepção de Marx, como quadro referencial.

Pleiteamos em nosso trabalho elaborar uma crítica à economia política do imaterial e, à luz desse diálogo com o *operaísta* italiano, esperamos tocar a realidade que nos avizinha. É matéria de uma economia política do imaterial indagarmos a respeito de contradições ou paradoxos em processo, como: a transformação do trabalho vivo em trabalho imaterial, e da força de trabalho em intelectualidade de massa, representa a supressão da lei do valor e, portanto, de Marx, ou essas mutações já foram prefiguradas pelo autor alemão? Quais dificuldades e arritmias, efetivamente, as metamorfoses, ora analisadas, impõem ao capitalismo? Podemos dizer que as avaliações de Marx, nos *Grundrisse*, sobre o desenvolvimento da maquinaria se manifestam hoje? O simples desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação TICs – promoveria uma inédita e universal democratização livre e associativa? Quais os fundamentos da assertiva negriana de que produção e consumo, hoje, conformam uma só e única coisa? Até que ponto a informação e o conhecimento eliminaram as fronteiras entre trabalho manual e intelectual? O conceito de trabalho imaterial em Hardt e Negri encarna consistência teórica suficiente? Em que se sustenta a tese de que o trabalho imaterial é, neste estágio, hegemônico? O que se esconde por trás do abandono da perspectiva de classe nesta teoria? Em síntese, perguntamo-nos se a lei do valor, em torno da qual gravitam as luas do capital, perde efetivamente validade e, se isso ocorre, o que significa este novo movimento, e a que leis ele responde.

1 A CRÍTICA MARXIANA DA ECONOMIA POLÍTICA A LEI DO VALOR ENQUANTO LEI GERAL DO FUNCIONAMENTO DO CAPITAL

Descrevemos, brevemente, na introdução alguns traços da leitura negriana a respeito da dinâmica capitalista e verificamos que sua apreensão desse movimento o conduz à lei do valor à excrecência. Suas afirmativas, como rapidamente demonstrado, são subsidiadas por uma compreensão das transformações impressas na base técnico-material (desenvolvimento das forças produtivas) do modo de produção capitalista⁹. Para Marx, as categorias materiais (valor, dinheiro, capital etc.) são expressões de relações de produção específicas e determinadas, e apenas nesses termos podem ser analisadas ou convocadas à reflexão, com o fito de apreendermos o contraditório movimento do capital. As mutações vinculadas à base produtiva do capitalismo e as constantes “revoluções” em seus métodos de produção de mais-valia constituem característica indelével das relações de produção do capital, e ao que nos parece, não divergem de sua própria natureza; por isso, também, não põem em xeque a lei marxiana do valor – ao menos enquanto experienciarmos as relações de produção do capital. Observa Mello (2007, p.51): “Em seu desenvolvimento a contradição do capital se torna mais e mais complexa, e assume as mais diversas formas, nunca se neutralizando.” O propagado capitalismo cognitivo, assim acreditamos, surge como mais uma *forma social* de articulação do processo de autovalorização do capital. Obviamente, as novas formas de controle do capital sobre o trabalho implicam alterações históricas importantes e devem ser analisadas *in loco*, mas sempre em íntima relação com seu movimento geral.

⁹ Estamos já diante de uma postura alheia à de Marx, visto que a especificidade de sua crítica da economia política reside na análise da *forma social* na qual são plasmadas as relações sociais de produção no capitalismo, como bem aponta Rubin (1982, p. 15): “(...) A técnica de produção (ou forças produtivas) só se inclui no campo da investigação da teoria econômica de Marx como um suposto, como um ponto de partida, tomado em consideração na medida indispensável para a explicação do genuíno objeto de nossa análise, as relações de produção. Coerentemente aplicada, a distinção feita por Marx entre processo técnico-material da produção e sua forma social coloca em nossas mãos a chave para a compreensão de seu sistema econômico. Essa distinção, ao mesmo tempo, define o método da Economia Política enquanto ciência *social* e *histórica*. No variado e diversificado caos da vida econômica, que representa uma combinação de relações sociais e métodos técnicos, esta definição conduz nossa atenção precisamente para as relações sociais entre as pessoas no processo de produção, relações de produção para as quais a técnica de produção serve como suposto ou base. A Economia Política não é uma ciência das relações *entre coisas*, como pensavam os economistas vulgares, nem das relações *entre as pessoas e as coisas*, como afirmou a teoria da utilidade marginal, mas das relações *entre as pessoas* no processo de produção.”

Nesse sentido, as metamorfoses identificadas por Negri (2005; 2001) não são fruto de um mero exercício da imaginação, e são indiscutíveis os seus efeitos teóricos. Ainda assim, nos parece errôneo o que é sugerido por esses autores, ancorados no próprio Marx: que vivenciamos o limite histórico da lei do valor e, em consequência, do próprio capital.

A seguir trataremos de empreender uma exposição teórico-metodológica da crítica da economia política encetada por Marx, visto que nossos interlocutores se amparam em seus escritos e ambicionam sua superação. Mais precisamente, buscamos, nesta breve incursão aos textos do autor alemão, aprofundar a compreensão a respeito de aspectos de sua obra, insistentemente mencionados por Negri, como seus questionamentos no que tange a conceitos como o de trabalho abstrato, substância do valor, trabalho socialmente necessário e grandeza do valor, forma valor e valor de troca, trabalho complexo e trabalho simples, trabalho produtivo e improdutivo, mais-valia relativa e capital constante. Esse percurso nos permitirá dissecar o capitalismo em sua processualidade, enquanto forma histórica do capital, suas contradições e as vicissitudes da lei do valor, além de nos oferecer os fundamentos para uma crítica da economia política do trabalho imaterial.

1.1 A Crítica Marxiana da Economia Política

Em sua crítica à economia política burguesa, fundamentalmente à dos fisiocratas até Ricardo, apesar de ter estendido a sua corrosiva crítica aos economistas vulgares — estes constituem para Marx apenas um engodo, um movediço terreno de imprecisões, caricatura ou deformação de seus antecessores —, o autor confere ao leitor uma nova forma de apreciar os fenômenos sociais, radicalmente distinta daqueles.

Superando um forte idealismo, ou evolucionismo, contido na epistemologia clássica da economia política¹⁰, Marx (1982a) põe o homem social como centro de suas reflexões e, mais do que isso, um homem sócio-histórico, imerso num conjunto de relações sociais específicas, determinadas e históricas, caminhando em via oposta à do homem “ideal” e conceitual, isolado, do qual é extraído a sua essência egoísta e seu inexorável impulso capitalístico. Essa última imagem de homem é ricamente elaborada por Smith em sua *Riqueza das Nações*. Tal posicionamento disseminou-se por todo o pensamento econômico de fundo smithiano (TEIXEIRA, 2004, pp. 21-41). Em Smith como em Ricardo, havia a “falta de compreensão teórica necessária para distinguir as diferentes formas de relações econômicas” (RODOLSKY, 2001, p. 469).

Marx, ao referir-se aos objetivos de sua investigação, inicia a *Introdução à Crítica da Economia Política* nestes termos: “O objeto deste estudo é, em primeiro lugar, a *produção material*. Indivíduos produzindo em sociedade, portanto a produção dos indivíduos determinada socialmente, é por certo o ponto de partida”¹¹ (MARX, 1982a, p. 3). É, pois, a própria sociedade mercantil desenvolvida, o ponto de partida e o ponto de chegada da investigação. Neste ponto, Rubin (1980, p. 13) nos presta esclarecimentos importantes: “Existe uma estreita relação conceitual entre a teoria econômica de Marx e sua teoria sociológica, a teoria do materialismo histórico”. Como segue,

¹⁰ Vale ressaltar aqui o curioso fato que parece estar implícito na teoria do trabalho imaterial de Marx ser acusado de evolucionismo ou idealismo. Essa teoria atribui validade ao pensamento marxiano apenas para o período industrial, e a superação da forma capitalista seria linear, nos moldes comtianos, sendo sucedida mecânica e inelutavelmente pelo comunismo. A esse respeito, ver Mello, G.M.C. **Algumas respostas teóricas para as vicissitudes do capitalismo contemporâneo: crítica ou fetichismo?** São Paulo: USP, 2007. 236 p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.

¹¹ Marx (1982a., p. 3): “o caçador e o pescador, individuais e isolados, de que partem Smith e Ricardo, pertencem às pobres ficções das robinsonadas do século XVIII. Estas não expressam, de modo algum — como se afigura aos historiadores da Civilização —, uma simples reação contra os excessos de requinte e um retorno mal compreendido a uma vida natural. Do mesmo modo, o *contrat social* de Rousseau, que relaciona e liga sujeitos independentes por natureza, por meio de um contrato, tampouco repousa sobre tal naturalismo. Essa é a aparência puramente estética, das pequenas e grandes robinsonadas. Trata-se, ao contrário, de uma antecipação da ‘sociedade’ (*bürgerlichen Gesellschaft*), que se preparava desde o século XVI, e no século XVIII deu larguíssimos passos em direção à sua maturidade”.

O processo de modificação e de desenvolvimento da atividade de trabalho das pessoas compreende dois tipos de modificações: [...] as modificações nos meios de produção e métodos técnicos, através dos quais o homem atua sobre a natureza [...] em segundo lugar correspondentemente a essas modificações, produzem-se outras em toda a estrutura de *relações de produção* entre as pessoas [...]. As *formações econômicas ou tipos de economia* [...] são diferentes segundo o caráter das relações de produção entre as pessoas [...]. O *objetivo último* da ciência é compreender a economia capitalista como um todo, como um sistema específico de forças produtivas e relações de produção entre as pessoas. Mas, para se aproximar deste último, a ciência tem de separar, de início, através da *abstração* [Grifo nosso], *dois diferentes aspectos* da economia capitalista: o técnico e o sócio-econômico, o processo de produção técnico-material e sua *forma social* [Grifo nosso], as forças produtivas materiais e as relações de produção sociais (Ibid., p. 13-14).

Com isso,

A teoria do materialismo histórico de Marx, e sua teoria econômica, giram em torno de um mesmo problema básico: a relação entre as forças produtivas e as relações de produção. O objeto de ambas as ciências é o mesmo: *as modificações das relações de produção, que dependem do desenvolvimento das forças produtivas*. O ajustamento das relações de produção às modificações das forças produtivas – processo que reveste a forma de contradições crescentes entre as relações de produção e as forças produtivas, e dos cataclismas sociais provocados por essas contradições, são o tema básico da teoria do materialismo histórico¹². Aplicando esta abordagem metodológica à sociedade mercantil-capitalista, temos a teoria econômica de Marx. Esta teoria analisa as *relações de produção da sociedade capitalista* e seu processo de modificação, enquanto provocado por modificações das forças produtivas, e o crescimento das contradições, que geralmente se expressam nas crises (Ibid., p. 14-15).

Dessa longa citação depreendem-se dois aspectos fundamentais, não apenas da crítica marxiana à economia política, como, e principalmente, do pensamento mais amplo de Marx. A primeira diz respeito ao lugar das abstrações¹³ no método marxiano, e a segunda à dialética entre forma e conteúdo — aparência (forma fenomênica) e essência —, a qual, aforisticamente, se expressa na célebre frase “(...) toda ciência seria supérflua, se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”, assinalando a importância da dialética marxiana em sua economia política. É imperioso neste sentido — e voltaremos a esta questão mais detalhadamente no decurso de nossa exposição — que as diferenças epistemológicas encarnadas no método entre Marx e a economia política

¹² Deixamos de lado, aqui, a parte da teoria do materialismo histórico que trata das leis de desenvolvimento da ideologia (N. do A.)

¹³ “Na análise das formas econômicas, não podem servir nem o microscópio, nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir a ambos”. (MARX, 1988, p. 18).

clássica, especialmente, entre seus mais ilustres representantes, fiquem suficientemente contrastada.

Alguns, mais apressados, podem considerar tal empreendimento absurdamente secundário; remontar os pressupostos da crítica de Marx à economia política clássica seria um exercício intelectual negligenciável. Concordaríamos com essa acusação se não nos deparássemos, hoje, com questões já colocadas naquele embate teórico-conceitual há muito ocorrido, haja vista que recentemente, em seu livro *Império*, Hardt;Negri (2005, p. 377) chegaram a atacar Marx por este ser metafísico: “Até mesmo a teoria do valor de Marx paga seu tributo a esta tradição metafísica: sua teoria do valor é, na realidade, uma teoria da medição do valor”¹⁴. Mesmo diante desse trecho afirmativo, os autores de *O Império*, em nota de rodapé ao final do livro, dizem:

A medida de valor significa sua exploração ordenada, a norma de sua divisão social, e sua reprodução capitalista. *Certamente* [Grifo nosso] Marx vai além de Marx, e nunca se pode pretender que suas discussões de trabalho e valor sejam *apenas* [Grifo nosso] um discurso sobre medida: além do valor, o trabalho é sempre o poder vivo do ser (Id. Ibid., nota de rodapé 6).

Algo na nota de Hardt & Negri (2005), acima transcrita, chama nossa atenção. É que, depois de realçar a natureza metafísica do pensamento de Marx e de reduzir sua teoria do valor a uma teoria da medida do valor, nossos interlocutores parecem querer salvar-se da condenação revogando a assertiva anterior e considerando que a teoria de Marx sobre o valor não pode ser *apenas* uma teoria da medida do valor. “Que se poderá dizer de um teólogo que realçasse no texto a

¹⁴ Para não sermos injustos com os autores, segue a passagem na integral. “A grande tradição metafísica ocidental sempre detestou o incomensurável. Da teoria de Aristóteles sobre a virtualidade como medida à teoria de Hegel da medida como chave para a passagem da existência à essência, a questão da medida tem sido estreitamente ligada à ordem transcendente. Até mesmo a teoria do valor de Marx paga seu tributo a esta tradição metafísica: sua teoria do valor é, na verdade, uma teoria da medida do valor. Só no horizonte ontológico do Império, entretanto, o mundo está, finalmente, fora de medida, e aí podemos ver claramente o ódio profundo que a metafísica tem do incomensurável. Ele deriva da necessidade ideológica de dar à ordem um fundamento ontológico transcendente. Assim como Deus é necessário à clássica transcendência do poder, a medida é necessária para o fundamento transcendente dos valores do Estado Moderno. Se não existe medida, dizem os metafísicos, não existe cosmo, e se não existe cosmo, não existe Estado. Neste arcabouço não se pode pensar o incomensurável, ou melhor, *é preciso não pensá-lo*. Ao longo da modernidade, o incomensurável foi alvo de uma proibição epistemológica. Esta ilusão metafísica desaparece hoje, entretanto, porque no contexto da ontologia biopolítica e de suas formações, o transcendente é o que é impensável. Hoje, quando a transcendência política ainda é reivindicada, ele degenera imediatamente em tirania e barbárie (HARDT; NEGRI, 2005, p. 377).

onipotência de Deus, mas que negasse sua existência nas notas de pé de página?” (RODOLSKY, 2001, p. 454 nota 56). Não iremos tentar compreender o significado de *Marx além de Marx*; não há espaço para psicanálise neste trabalho.

Por não assimilar o modo de produção capitalista, historicamente, Ricardo acabou interceptado por suas próprias armadilhas. Não há espaço para uma análise pormenorizada desse percurso, no entanto, breves apontamentos são possíveis.

Segundo (Ibid., p. 469):

[...] os defeitos da teoria do valor de Ricardo atestam uma ‘falta de poder de abstração’, a incapacidade de os economistas clássicos enxergarem a substância do valor por trás da forma em que este se apresenta, de enxergarem o aspecto qualitativo do valor por trás do seu aspecto quantitativo.

Em suma, Ricardo (1988), bem como a economia política clássica, cegou-se diante do fundamental, a saber, a forma especificamente social do trabalho que cria valor, sendo conduzida, invariavelmente, a considerar o trabalho abstrato apenas como trabalho em geral. A economia política clássica voltou sua atenção, exclusivamente, para o aspecto quantitativo do valor. Este limite é reflexo do caráter positivo do método adotado. Trabalho em geral não distingue o capitalismo de qualquer outra formação sócio-histórica, de nenhuma outra estrutura produtiva; dispêndio de energia fisiológica não caracteriza o trabalho que representa o valor. O objetivo último, não apenas de Ricardo, bem como de seus pares, é a justificação histórica do modo de produção burguês. Nesse sentido, Ricardo não pode entender a forma especificamente capitalista e sua relação com o conteúdo concreto dos trabalhos. Se Ricardo admite o valor como uma forma peculiar pela qual são revestidos os trabalhos humanos, necessariamente deveria aceitar o caráter contraditório e transitório deste sistema. Perdido na busca de uma medida relativa para os valores de troca, Ricardo não pode ultrapassar a superfície do modo de produção capitalista e identificar que o valor de troca não é o próprio valor, e sim sua forma de manifestação, como deixa claro Marx (1988), no livro I de *O Capital*. Conforme Belluzzo (1998 p. 94-95):

De fato, toda a indagação clássica persegue o valor como uma ‘essência’ do fenômeno contingente da troca. A ‘ordem natural’ dos fisiocratas reaparece na análise de Smith e Ricardo metamorfoseada em ‘valor’ enquanto essência da naturalidade da sociedade.

A relação entre a forma e o conteúdo não é colocada por Ricardo, “resulta daí, de um lado, o abandono das formas; de outro, a transformação dos conteúdos. Se a forma é considerada como algo acessório, externo ao conteúdo, então é inevitável descuidar dela (como fizeram os clássicos), sacrificá-la ao conteúdo, ou então torná-la absoluta (ROSDOLSKY, op. cit., p. 470).

Ao contrário de Marx, a forma surge aos economistas clássicos como um dado concreto. Se o trabalho em geral é, na perspectiva clássica, valor, deduz-se daí o caráter supra-histórico da forma valor; dito de outra forma, do capitalismo. Em Marx (1988), inversamente, a forma acabada com que as relações econômicas eclodem na superfície, em sua existência real e concreta, bem como as ideias através das quais os agentes dessas relações tomam consciência delas, é o oposto de como esta realidade efetivamente é, e mais do que isso, configura uma natureza antitética, contraditória em relação a ela. Conforme Kosik (1976, p. 21):

A dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente. Do mesmo modo como assim não considera o mundo das representações e do pensamento comum, não os aceita sob o seu aspecto imediato: submete-os a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, com sedimentos e produtos da práxis social da humanidade.

Daremos prosseguimento a este ponto na próxima seção.

Esta breve exposição sobre os problemas enfrentados por Ricardo vem à baila no intuito de reinscrever nossos esforços para demonstrar que em Marx não há nenhuma tentativa de fixar uma medida aritmética — em unidades físicas de tempo — para o valor; ainda menos, como afirma Negri, convertê-la numa entelúquia de cunho metafísico. Inversamente, a questão fulcral para a teoria econômica marxiana é que, sob determinadas circunstâncias históricas, os produtos do trabalho humano são revestidos da forma-valor. Tal fato não advém de nenhuma “lei natural”, como propugnam os clássicos, mas encontra sua gênese na história.

O “objeto de sua investigação não é, pois, o ‘valor’, tal como o imaginam os espíritos chegados à metafísica, senão a *mercadoria*, forma elementar que assumem os produtos de trabalho humano nas sociedades mercantis” (BELLUZZO, op. cit., p. 95).

O caráter eternizante e ideologizante, impresso na economia política clássica, ultrapassa o tempo e perpetua-se nas teorias contemporâneas. O método empregado por Marx, como observa Kosik, desmistifica a *pseudoconcreticidade*¹⁵ na qual se movem essas teorias.

1.2 Aspectos Metodológicos Fundamentais

“A compreensão do conceito marxiano do capital é condição necessária a qualquer discussão da teoria de Marx” (ROSDOLSKY, op. cit., p. 458). A tarefa fundamental para Marx é desvendar a gênese histórica do capital e seu desenvolvimento histórico. Estaríamos habilitados a conjecturar sobre uma sociedade de tipo comunista apenas depois de termos acesso à natureza desta ordem social, à sua estrutura interna, ao desenvolvimento e à relação entre suas principais categorias constituintes. Essas categorias, ou partes, devem ser abstraídas e, em seguida, rearticuladas e interligadas, no sentido de reconstruir-se a totalidade, a unidade, por meio do pensamento. “Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa” (MARX, 1982a, p. 19).

No entanto, poderia parecer que o correto seria, pois, iniciarmos a investigação a partir de formações econômicas anteriores e acompanharmos o desenrolar das categorias econômicas que em sua evolução conduziriam a humanidade ao capitalismo. Essa abordagem, criticada por Marx, deságua inelutavelmente num resultado a-histórico. A abstração ricardiana, por exemplo, é insuficiente, não sendo levada à última instância, ou seja, há insuficiência na abstração. O que a economia política clássica pretende é encontrar as relações de capital em todas as épocas anteriores, realçando aspectos gerais, pertencentes a todas as formações sociais, justificando a naturalidade da moderna economia burguesa.

As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença

¹⁵ KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito – a humanidade – e o objeto – a natureza – são os mesmos (Ibid., p. 4-5).

Depreende-se daí que o ponto de partida e o ponto de chegada é sempre a sociedade capitalista, para Marx.

Vejamos a coisa de perto.

Na [*Introdução*] à *crítica...*, Marx apresenta o que define como “método cientificamente exato” em oposição ao método da economia clássica. Para esta, a investigação começa pelo concreto, ou concreto real¹⁶.

Quando estudamos um dado país do ponto de vista de Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo, na orla marítima; [...] Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; [...] No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso (Ibid., p. 14).

Marx continua:

A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousa, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, os preços etc., não é nada (Id. Ibid.)

Concreto real é o processo de elaboração do conhecimento, uma representação mental, uma categoria do pensamento, a maneira pela qual acessamos o real, entendido como totalidade orgânica, como um complexo de

¹⁶ O conceito de concreto, na exposição de Marx, aparece de um modo que requer maior detalhamento. Para isto deve-se partir de duas distinções essenciais. A primeira consiste na distinção entre o concreto entendido como ponto de partida do processo de conhecimento, que poderíamos denominar concreto real, e depois como seu resultado, o concreto pensado. Somente no segundo sentido é que se aplica apropriadamente o conceito de concreto, no sentido específico de que a realidade está compreendida ou interpretada pelo pensamento como totalidade orgânica. A segunda distinção decorre da concepção filosófica materialista de Marx e refere-se ao concreto como ponto de partida. Este deve ser entendido de dupla forma: por um lado, representando a realidade material, que é o pressuposto do pensamento e que existe antes dele e independentemente dele. Este é o sentido adequado da expressão concreto real, porque designa o mundo material realmente existente e constitui o ponto de partida real como objeto de todo pensamento. No entanto, o ponto de partida do processo de elaboração do conhecimento, indicado por Marx, é o concreto como representação mental, isto é, como expressão da percepção imediata da realidade através dos sentidos. Germer, C. M. Contribuição ao entendimento do método da economia política, segundo Marx. Disponível em www.fafich.ufmg.br/cobrefil/textos/EP.metodo.economia.politica.doc. 18/10/2009.

elementos entrelaçados. Devemos, pois, reconstituí-lo em sua unidade. Nesse sentido, Marx considera o método que se fixa no concreto como o método incorreto¹⁷. Continuemos com Marx:

Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples, do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. (Id. Ibid.)

A *viagem de volta* é, para Marx, o caminho científico correto. No primeiro método, “a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas; no segundo, as determinações abstratas¹⁸ conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento” (Id. Ibid.). O concreto, assim, seria o resultado da apropriação da realidade, e não o ponto de partida. No segundo método, o concreto surgiria como concreto pensando — “síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (Id. Ibid.) —, rearticulando e interligando suas categorias, possibilitando a assimilação de seu movimento, sua dinâmica.

Este será o método que guiará Marx em sua empresa. Como aponta Meszáros (2002), esta metodologia permite a definição das principais categorias que

¹⁷ “Se a realidade é imaginada apenas como realidade natural ou realidade prático-sensível, o empirismo ou o método das ciências naturais pode ser o mais adequado para conhecê-la; se a realidade é pressuposta apenas como um conjunto de fatos, de indivíduos ou de coisas isoladas, a simples análise e abstração pode ser o método suficiente. Mas se a realidade, como no caso da Economia Política, é concebida e pressuposta como um todo complexo, o método dialético se afigura ser o mais adequado”. CORAZZA, G. **O todo e as partes: uma introdução ao método da econômica política**. Revista Estudos Econômicos. São Paulo: USP, v. 26, n. especial, 1996, p. 35-50.

¹⁸ “Os termos abstrato e concreto, integrantes da terminologia própria da filosofia clássica alemã até Hegel, possuem significados diferentes em Hegel e em Marx, que é necessário esclarecer. Em uma primeira aproximação o abstrato designa um conceito, produto do chamado método da abstração, que consiste em extrair ou remover da realidade perceptível — como representação mental — uma parte ou aspecto específico (Inwood, p. 41). Este é o sentido em que Marx utiliza o termo. O abstrato é portanto um produto do pensamento, e consiste na representação mental de um elemento da realidade empírica, tal como esta se reflete de modo direto no pensamento. Neste sentido o abstrato constitui uma fase elementar do conhecimento mas não é o próprio conhecimento, pois este não se reduz à representação de um ou diversos aspectos isolados da realidade. O conhecimento consiste no concreto, isto é, na apreensão de um objeto de estudo como um conjunto de elementos inter-relacionados dinamicamente (isto é, em movimento contínuo de transformação) de um modo definido, ou seja, consiste na interconexão e na lei de movimento do objeto.” Germer, C. M. Contribuição ao entendimento do método da economia política, segundo Marx. Disponível em www.fafich.ufmg.br/cobrefil/textos/EP.metodo.economia.politica.doc. 18/10/2009.

compõem a sociedade burguesa moderna e do capital como força onipotente da sociedade, além de dar inteligibilidade aos fatores que o conduzem à desintegração. Como a “*sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada de produção*” (MARX, op. cit., p. 17), deve constituir-se como ponto de partida e ponto de chegada¹⁹ (MÉSZÁROS, 2002). Isto é significativo no método de Marx, pois, se recuarmos no tempo, localizaremos a existência de muitas das categorias que são centrais na sociedade capitalista. Contudo, a existência anterior dessas categorias não significa a presença das relações de capital como força motriz da sociabilidade em toda a história, a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco (MARX, op. cit., p. 17).

Algumas categorias presentes em etapas do desenvolvimento social no passado encontram, noutra parte, o lugar de seu pleno desenvolvimento num novo conjunto de relações. Onde antes se situavam apenas de maneira secundária, agora passam a ser determinantes, e o inverso também é verdadeiro. Categorias outrora potencialmente desenvolvidas ocupam lugar secundário em outro complexo de relações: “o que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior”²⁰ (Ibid., p. 17-18).

Desta forma, nos diz Marx, como o capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo, deve constituir o ponto inicial e final a ser desenvolvido. Portanto, é a forma peculiar com que as categorias se entrelaçam, no íntimo da sociedade burguesa, que deve ser analisada, não a ordem pela qual elas surgem e sucedem historicamente.

¹⁹ Cabe aqui uma observação importante: “Naturalmente, a adoção desse curso de análise não significa que, na visão de Marx, os *antecedentes históricos* do sistema do capital não importem, ou que o *capital*, de algum modo, apareceu repentinamente com a formação *capitalista*, saltando das nuvens de mistério, tal como Palas Atena da cabeça de Zeus. Ao contrário, como Marx demonstra em vários contextos, todos os aspectos da forma plenamente desenvolvida do capital – incluindo a mercantilização da força de trabalho, que é o passo mais importante para alcançar a forma desenvolvida, capitalista – apareceram em algum grau na história muito tempo antes da fase capitalista, em alguns casos, até milênios antes. Concentrar-se na forma plenamente desenvolvida é necessário para demonstrar a dissolução do sistema e também como parte da crítica marxiana da crítica da economia política”. Meszáros, I. (2002, p. 703).

²⁰ “Se é certo, portanto, que as categorias da Economia burguesa possuem [o caráter de] verdade para todas as demais formas de sociedade, não se deve tomar isso senão *cum grano salis*. Podem ser desenvolvidas, atrofiadas, caricaturadas, mas sempre essencialmente distintas”. Marx (1982a, p.17-18).

Nesse sentido, como demonstra Belluzzo (1998), o método permite que as categorias capitalistas apareçam como formas historicamente modificadas de sociedades econômicas anteriores. O percurso da análise não é apenas lógico, senão eminentemente genético. Esta forma de proceder disseca a realidade a ser estudada — o capital —, evanescendo as mistificações impostas pela aparência, bem como a mitometologia clássica.

A pujança desse esclarecimento dá-se diante do fato de que, para muitos, Marx partiu da sociedade mercantil simples para, então, alcançar o capitalismo desenvolvido. Explicita-se nessa conjectura que houve um processo linear de evolução até esta. Contudo, já vimos que não.

Seguindo sua orientação metodológica — do abstrato (simples) ao concreto (síntese de múltiplas determinações) —, Marx começa a investigação pela mercadoria²¹. “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual sua forma elementar” (MARX, 1988, p. 45).

Poder-se-á objetar: já se produziam mercadorias antes do capitalismo. Assim entendido, o capitalismo moderno é o resultado invariável da história. Recordemos o método.

Deste ponto de vista, pode-se dizer que a categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo menos desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, no sentido que se expressa em uma categoria mais concreta. Nessa medida, o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo corresponde ao processo histórico efetivo (MARX, 1982a, p. 15).

Ainda para melhor entendermos:

a produção de mercadorias em sua extensão *completa*, em *toda* a sua largura e comprimento. Só então *todos* os produtos serão convertidos em mercadorias [...] a mercadoria como forma *necessária* do produto, e portanto a *alienação* do produto como forma necessária de seu *apropriação* implica uma *divisão do trabalho social plenamente desenvolvida*, enquanto, por outro lado, é somente na base da produção capitalista, portanto também na divisão capitalista do trabalho no interior da oficina, que todos os

²¹ Antes de O Capital, já líamos nas *Teorias...* “Mercadoria é a mais elementar forma de riqueza da burguesia” (MARX, 1980, p.152).

Marx (1988, p. 18) reafirma no Prefácio à primeira edição de O Capital: “Para a sociedade burguesa, a forma celular da economia é a forma de mercadoria do produto do trabalho ou a forma valor da mercadoria”

produtos *necessariamente* assumem a *forma de mercadoria* e todos os produtores são necessariamente produtores de mercadoria. Conseqüentemente, somente com a chegada da produção capitalista o valor de *uso* é pela primeira vez mediado *genericamente* pelo valor de *troca* (MARX, 1861-1864 *apud* MESZÁROS, 2002, 707 grifo do autor)

Apenas na formação econômica capitalista a mercadoria expressa a cisão entre trabalhador e produto do trabalho. Também aqui a força de trabalho é rebaixada à condição de mera mercadoria, e os valores de uso transferidos para os valores de troca. De início, a mercadoria é pressuposto para o surgimento do capital; em seguida, torna-se produto deste.

[...] a troca de mercadorias em seu desenvolvimento pleno e a *forma de mercadoria* como forma social universalmente necessária do produto surge pela primeira vez como *resultado do modo capitalista de produção* (MARX, 1861-1864 *apud* Id. *Ibid.*, grifo do autor).

Com isso, é em uma sociedade de produtores independentes, onde os produtos do trabalho existem apenas para serem trocados e sua utilidade nada interessa ao produtor que, por sua vez, tem suas necessidades atendidas pelo produto do trabalho de outrem — por uma “sociedade consumidora de trabalho” (BANFI 1970 *apud* BELLUZZO, 1988, 145) — que temos de começar a pesquisa.

Detendo-se na mercadoria, Marx (1988) aponta que esta é, antes de qualquer coisa, um objeto externo, e suas propriedades intrínsecas atendem aos desejos ou necessidades humanas, vertam do estômago ou da fantasia²². Essas propriedades naturais (valor de uso) da mercadoria a tornam algo útil ao homem, independentemente da forma econômica ou social em questão (*Ibid.*, p. 46). Logo a seguir, Marx identifica outro fator presente na mercadoria: elas possuem também valor de troca. A mercadoria, portanto, é posta sob um duplo aspecto, valor de uso e valor de troca. O primeiro, referente às qualidades inerentes ao corpo da mercadoria; o segundo, aos fundamentos sociais que irrompem na forma capitalista de produção. Nesta formação sócio-histórica os valores de uso – forma material da riqueza – constituem o suporte material dos valores de troca. A mercadoria encarna uma duplicidade antitética, uma contradição – valor de uso x valor ou valor de troca.

²² Cabe aqui reproduzir a nota de rodapé descrita por Marx em relação a esta passagem. “Desejo inclui necessidade, é o apetite do espírito e tão natural como a fome para o corpo (...) a maioria das (coisas) tem seu valor derivado da satisfação das necessidades do espírito” (BARBON, 1969 *apud* MARX, 1988, p.45).

Marx verifica, empiricamente, o fenômeno da troca e chega à conclusão que a capacidade de as mercadorias trocarem-se umas pelas outras não poderia advir de suas propriedades naturais, pois essa qualidade é fruto de peculiaridades sociais, “não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias” (Id. Ibid). Como valores de uso as mercadorias possuem qualidades distintas, como valores de troca; por outro lado, diferem apenas quantitativamente, “não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (Ibid., p. 47). Ao debruçar-se sobre a forma de valor é que Marx desvenda os mecanismos dessa forma específica de produção social, na qual os elementos sociais voltar-se-ão de maneira opositiva aos sujeitos produtores.

Partindo da mercadoria, Marx chega ao duplo caráter do trabalho invertido nas mercadorias, e aqui reside sua grande descoberta, devidamente sublinhada pelo próprio autor, como bem observa Neto (2002, p. 104): “Marx destacou repetidamente a questão do duplo caráter do trabalho que produz mercadorias como a questão central para a compreensão da Economia Política e para a sua crítica”.

A análise da mercadoria através da redução desta a um trabalho de dupla forma (de um lado, a redução) do valor de uso a um trabalho real, isto é, à atividade produtiva aplicada a um fim, de outro, do valor de troca a tempo de trabalho, ou seja, a trabalho social igual, é o resultado crítico final de mais de um século e meio de pesquisas da Economia Política clássica (MARX, 1982 *apud* NETO, 2002, p. 104).

Essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim. Como esse é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política, ele deve ser examinado de perto”. (MARX, 1975 *apud* Id. Ibid).

[O] que há de melhor no meu livro é: 1 – (e é sobre isso que repousa *toda* a inteligência dos fatos) o destaque, desde o *primeiro* capítulo, do *caráter duplo do trabalho*, conforme ele se expressa em valor de uso ou em valor de troca; [...]. (MARX a ENGELS, 24/08/1867; MARX et ENGELS, 1964 *apud* Id. Ibid.)

Por outro lado, o vir obscuros não se deu conta de que, já ao fazer a análise da mercadoria, eu não me detenho na dupla modalidade sob a qual se apresenta, mas passo imediatamente a demonstrar que nesta dupla modalidade da mercadoria se manifesta o duplo caráter do trabalho de que aquela é produto; do trabalho útil, isto é, dos *modi* concretos dos distintos trabalhos que criam valores de uso e do trabalho abstrato, do trabalho como gasto de força de trabalho, qualquer que seja o modo ‘útil’ como se gaste [...] (MARX, 1982 *apud* Ibid., p. 105).

Nesse criterioso estudo sobre o duplo caráter do trabalho Marx põe em relevo a natureza da sociedade regida pelas relações de capital, seu caráter histórico e contraditório. Neste ponto nos fixaremos com maior detalhamento.

1.3 Trabalho Abstrato e Valor

A teoria do valor de Marx só pode ser assimilada adequadamente se evidenciarmos, como o próprio autor ressalta nos extratos acima, a importância de sua teoria sobre o trabalho abstrato. A correta interpretação desse conceito é imprescindível para a leitura desta ordem social — sob o prisma de Marx —, como também para uma crítica da economia política do trabalho imaterial, visto que, diante de sua apreensão superficial, Negri (2005) funda sua crítica a Marx e alardeia sua pretensão de ir além dele.

O trabalho é elevado à condição de geral apenas em circunstâncias sócio-históricas bem definidas. Um conjunto de fatores fazem-se necessários para a generalização do trabalho; vale realçar que esses aspectos não se reduzem a uma engenhosa operação teórica, mas sim ao próprio funcionamento concreto de uma determinada sociedade.

A remissão de todos os trabalhos concretos a trabalho humano abstrato, “dispêndio de força de trabalho (...) gelatina de trabalho humano (...) objetividade fantasmagórica” (MARX, op. cit., p. 47), como fonte do valor²³ – ou representação do valor –, só é possível em um todo complexo e desenvolvido, onde o conteúdo seja negligenciado pela forma social que assume; noutras palavras, no capitalismo. O valor, nesse sentido, seria trabalho humano objetivado, materializado, e sua grandeza, ou magnitude, um *quantum* de trabalho (indiferenciado) despendido em sua confecção. Nota-se até aqui uma das características presentes em todo *O Capital*, qual seja a dualidade contraditória das categorias, entre o conteúdo e a forma social de sua manifestação.

A equivalência dos produtos no mercado, pelo tempo de trabalho socialmente necessário, é consubstanciada por um processo social que se dá inteligivelmente, todos os dias. Nas palavras de Marx (1982a, p. 17):

²³ Este ponto, que será devidamente desenvolvido, preserva grande tensão nas interpretações sobre o valor em Marx, pois confunde trabalho com valor e não como fonte do valor; não é qualquer trabalho que representa valor, e sim trabalho abstrato. Se isto não for considerado, caímos novamente nas mistificações burguesas que veem o capitalismo em todos os períodos da história. “O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem” (MARX, 1988, p. 48).

Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado intelectual de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, e, portanto, é-lhes indiferente. Nesse caso o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade em um meio de produzir riqueza em geral, deixando como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade.

Em uma sociedade de produtores independentes, regida pela troca, cada trabalhador particular se torna uma peça de uma engrenagem maior e independente. Esta divisão do trabalho conduz os trabalhadores individuais a um órgão do trabalho coletivo ou social. Nesse cenário, a mercadoria é colocada como a encarnação do trabalho, em geral, *simples coágulo de trabalho*. “Desta forma, o trabalho útil de cada produtor dissolve-se no trabalho social, tornando-se *trabalho abstrato*, e a este título é conduzido à posição de substância do valor” (BELLUZZO, 1998, p. 99). Assim como as propriedades concretas das mercadorias são anuladas no momento da troca, as qualidades concretas dos diversos trabalhos que produzem essas mercadorias devem desaparecer sob o signo do trabalho abstrato²⁴. Nesses termos, a atividade natural e eterna, intercâmbio entre homem e natureza, torna-se mero instrumento do trabalho social, cuja sociabilidade não é dada de antemão, mas resulta da troca e, por isso, seu produto, a mercadoria, exprime-se como *valor*.

A troca passa a ser o elo social entre os sujeitos; suas relações se estabelecem apenas por esta mediação, entre as coisas, pelo trabalho morto e não pelo trabalho concreto. A troca, neste nível de generalização, só é possível devido à forma que reveste os produtos do trabalho, a forma valor ou valor de troca. Desse modo, temos a negação do sujeito individual, do produtor.

²⁴ Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e as formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagam. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecerem também, portanto, as diferentes formas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (MARX, 1988, p. 47).

[...] O caráter social da atividade, a forma social do produto e a participação do indivíduo na produção apresentam-se aqui como algo alheio e com caráter de coisa em face dos indivíduos; [...] O intercâmbio geral das atividades e dos produtos, que se converteu em condição de vida para cada indivíduo particular e constitui sua conexão recíproca (com os demais), apresenta-se perante esses mesmos indivíduos como algo alheio, independente, como uma coisa. No valor de troca, o vínculo social entre as pessoas se transforma em relação social entre coisas; a capacidade pessoal é uma capacidade das coisas (NAPOLEONI, 1978, pp. 130-131).

Um panorama geral das relações sociais mediadas pelas coisas é oferecido por Marx no capítulo sobre o fetichismo, no livro I-I de *O Capital*:

Os objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos *privados* [Grifo nosso], exercidos independentemente uns dos outros [...] em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre as coisas (MARX, 1988, p. 71).

Os economistas clássicos já tinham observado que os valores das coisas são oriundos do trabalho, contudo, a pergunta fundamental, e conseqüentemente a resposta, foi dada por Marx: porque o trabalho é revestido da forma valor? Sob quais circunstâncias isto se dá? Apenas numa formação social onde a produção de riqueza em geral domina o homem como fim em si mesmo.

O capital como força motriz da sociedade existe a partir do momento em que os elementos necessários para a sua absolutização se constituem em sua direção. A separação dos proprietários dos meios de produção, a indiferença em relação ao produto do seu trabalho e a universalização da forma de valor são a única via para a sociabilidade. Neste sentido, para Marx, a categoria trabalho abstrato vincula-se exclusivamente ao capital — “o caráter abstrato do trabalho está relacionado ao caráter abstrato do capital; o trabalho é abstrato enquanto trabalho assalariado” (NAPOLEONI, op. cit., p. 135).

Trabalho assalariado é a condição necessária ao capital.

[...] para que a sociedade tome por base a troca dos produtos do trabalho como tal, para que o trabalho coletivo seja trabalho abstrato, é necessário que o trabalho seja separado das condições objetivas da produção, ou seja, é necessário que o trabalho não seja mais, como o fora originalmente, 'concretizado' com essas condições; que o trabalho, em resumo, posicione-se em oposição ao capital (Ibid., p. 136).

A mercadoria, enquanto forma geral da riqueza, só pode realizar-se quando o capital permeia toda a sociedade, fixando os rumos a serem seguidos, ou em outras palavras, quando se apropria, em geral, de todo o processo produtivo.

Unicamente a partir do ponto em que o trabalho assalariado constitui seu fundamento, a produção de mercadoria se impõe à força à sociedade em seu conjunto; e é também apenas nesse ponto que a sociedade desenvolve todas as suas potências ocultas (MARX, *apud* Ibid., p. 138-139).

O trabalho que é fonte de valor, portanto, é o trabalho homogêneo, ou seja, **força de trabalho** empregada com o fito de incorporar valor. É a força de trabalho, energia humana gasta no tempo, indiscriminadamente, que produz o capital. Devido a isso, trabalho abstrato é inseparável do conceito de capital em Marx. Nas primeiras relações de troca, por isso, já estava incluso o desenvolvimento do capital em sua processualidade histórica²⁵. “O desejo de que o valor de troca não se desenvolva em capital, ou que o trabalho que produz valor de câmbio não assuma a feição de trabalho assalariado, é tão piedoso quanto estúpido” (MARX *apud* Ibid., p. 140).

Reitere-se aqui que, para a troca se estender por todo o corpo social, governando as relações, é imprescindível que o produto (mercadoria) do trabalho seja valor. Em outros termos, tempo de trabalho abstrato. Não há valores de troca e, portanto, capital, na ausência da forma valor, assim, como na inexistência do trabalho abstrato.

²⁵ “A remissão de todo trabalho particular e concreto à atividade produtiva da sociedade supõe, no entanto, que cada mercadoria represente, diante das demais, valor de troca em geral. Ora, isto torna-se patente nas relações de troca entre mercadorias, em que cada uma delas deve expressar a sua condição de valor em outra mercadoria concreta. Isto porque, ainda que a possibilidade da troca esteja dada pela redução de todos os trabalhos a uma condição comum de existência enquanto trabalho abstrato, os produtores não trocam diretamente seus trabalhos senão mediante o movimento das mercadorias. São estas que se colocam frente a frente na relação de troca, e não as quantidades de trabalho diretamente. Interpõe-se, portanto, o problema de que a medida do valor só pode se realizar pela negação do caráter abstrato do trabalho, isto é, uma mercadoria só pode exprimir seu valor em outra mercadoria concreta, particular. A antítese que já estava presente na natureza da mercadoria entre valor de troca e valor de uso começa a se exteriorizar na relação de troca mais simples (BELLUZZO, 1998, p. 102-103).

O desenvolvimento do valor de troca encontra na forma-dinheiro, equivalente geral, sua condição por excelência como desdobramento inevitável da forma relativa e da forma equivalente do valor. O dinheiro, assim como qualquer outra mercadoria, pois é mercadoria também, obedece aos mesmos critérios já explicitados anteriormente, tempo de trabalho abstrato.

Não é por meio do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis, Ao contrário. Sendo todas as mercadorias, enquanto valores, trabalho humano objetivado, e, portanto, sendo em si e para si comensuráveis, elas podem medir seus valores, em comum, na mesma mercadoria específica e com isso transformar esta última em sua medida comum de valor, ou seja, em dinheiro. Dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho (MARX, op. cit., p. 86).

A diferença entre dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital é fundamental, e esta diferenciação dá-se primeiro na circulação²⁶. Na primeira forma — pressuposição para o capital (circulação simples) —, o processo de intercâmbio da mercadoria se completa da seguinte forma M-D-M (vender para comprar). A satisfação das necessidades é o motor deste movimento, a mercadoria é vendida ou trocada por dinheiro para, no momento seguinte, retornar a mercadoria como coisa útil em seu caráter concreto²⁷. Esta forma representa o ponto de partida para o outro circuito D-M-D (comprar para vender). Aqui, o dinheiro é o alvo do percurso, e a mercadoria, a mediadora desta relação. O dinheiro passa a surgir como a meta final do processo. Aparentemente, essa inversão do movimento sugere apenas uma alteração formal. Contudo, por trás desta superficial sensação é posto um novo conteúdo. Nesta metamorfose no circuito é que aparece o capital pela primeira vez, e o capitalista como sua personificação. “É (...) evidente que o processo de circulação *D-M-D* seria insofocável e sem conteúdo caso se quisesse (...) permutar o mesmo valor em dinheiro por igual valor em dinheiro” (Ibid., p. 122).

²⁶ Como fora já demonstrado neste trabalho, e por isso não retomaremos a questão, a visita histórica à economia mercantil simples é um recurso metodológico, dialético, para acompanharmos o desenrolar das categorias e suas articulações no interior do capitalismo, pondo em relevo, assim, sempre suas contradições. Exercício este não empreendido pelos clássicos.

²⁷ “(...) É um movimento em que a mercadoria existe primeiramente como valor de uso particular, e que logo apaga essa sua existência para receber uma nova existência como valor de troca ou equivalente geral, existência esta desprovida de qualquer conexão com seu anterior modo de ser natural; mas perde essa existência novamente para voltar a ser finalmente valor de uso efetivo, destinado a satisfazer as necessidades particulares” (MARX, 1982, p. 70).

Essa mudança no processo dissimula a existência do capital e sua principal característica, a autovalorização ou valorização do valor. No primeiro circuito os valores de uso são o alvo da transação; no segundo ciclo as qualidades particulares das coisas são suspensas em nome do dinheiro (substantivação do trabalho abstrato). Por esse motivo, Marx chama o entesourador de o capitalista demente e o capitalista de entesourador racional. Com o segundo, o valor é incessantemente valorizado, pois o dinheiro retorna inexoravelmente para a circulação inaugurando um movimento compulsivo. A fórmula geral do capital se apresenta desta forma D-M-D', pois o dinheiro adiantado deve retornar ao capitalista aumentado para novamente ingressar na circulação. "O valor torna-se, portanto, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital" (Ibid., p. 127).

Resta-nos ainda entender como essa passagem de D-M-D' ocorre, visto que, se a troca fosse entre dinheiro e dinheiro, teríamos uma tautologia. O que realmente se camufla neste movimento? Como atesta Marx:

A formação de mais valia e daí a transformação de dinheiro em capital não pode ser, portanto, explicada por venderem os vendedores as mercadorias acima do seu valor, nem por os compradores as comprarem abaixo de seu valor. (Ibid., p. 131).

A questão assim não habita no universo da circulação, e sim da produção²⁸.

Marx deve respeitar as leis imanentes ao intercâmbio de mercadorias, ou seja, a troca de equivalentes. Uma mercadoria depositária de um *quantum* de trabalho socialmente necessário deve ser trocada na mesma proporção por outras mercadorias recipientes do mesmo *quantum* de trabalho. O segredo oculto é o aparecimento de um valor de uso peculiar, uma mercadoria distinta, qual seja a capacidade de trabalho ou força de trabalho.

²⁸ "Na circulação, produtores e consumidores só se confrontam como vendedores e compradores, afirmar que a mais-valia para os produtores decorre de que os consumidores pagam as mercadorias acima do valor significa apenas mascarar esta simples frase: o possuidor de mercadorias possui como vendedor o privilégio de vender caro demais. O vendedor produz ele mesmo a mercadoria ou então representa seus produtores, porém o comprador produziu não menos a mercadoria representada em seu dinheiro ou representa seus produtores. Portanto, produtor se defronta com produtor. O que os distingue é que um compra e o outro vende. Não nos leva um passo adiante que o possuidor de mercadorias venda, sob o nome de produtor, a mercadoria acima do seu valor e, sob o nome de consumidor, pague demais por ela" (MARX, 1988, p. 131).

Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor (Ibid., p. 135).

Apenas quando o capital se depara com a “livre” existência da mercadoria força de trabalho ele pode se consolidar como potência imperial da humanidade. Nos termos de (Ibid., p. 137): “O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social”²⁹.

Como todas as mercadorias, a força de trabalho tem seu valor. Este valor é determinado pelo tempo de trabalho necessário a sua produção, ou melhor, à manutenção de sua existência, que está em direta relação com os meios de subsistência necessários a sua reprodução enquanto força viva de trabalho. O valor da força de trabalho em antítese a outras mercadorias, em sua determinação de valor, exige contextos históricos, valores morais, particularidades nacionais sobre o que é, ou não, o básico à sobrevivência³⁰ (MARX, 1988).

Nosso objetivo, no entanto, é demonstrar as características essenciais do capital. Nesse sentido, não deve ser na circulação que a mais-valia se explica e, de forma geral, o capital, e sim no processo de produção. “O processo de consumo da força de trabalho é, simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e mais-valia” (Ibid., p. 140). Uma forma de produção que se funda na exploração do trabalho vivo — trabalho passado e alienado — e, por outro lado, de sua negação.

Apenas trabalho vivo põe e repõe valor. O trabalho atua sobre os valores de uso, consumindo-os com a finalidade de convertê-los em novos valores de uso. Diz-se com isso que apenas o trabalho vivo reabilita o trabalho passado, conservando e realizando suas qualidades, servindo de “fermento vivo”. O capital é, em poucas

²⁹ “O que, portanto, caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele, que, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, só a partir desse instante se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho”. (Ibid., p. 137 nota de rodapé 41).

³⁰ “O limite último ou limite mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma massa de mercadorias, sem cujo suprimento diário o portador da força de trabalho, o homem, não pode renovar o seu processo de vida, sendo, portanto, o valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis” (MARX, 1988, p. 139).

palavras, uma bomba de sucção de trabalho vivo. Adentramos agora no processo de valorização.

O processo de produção se apresenta como processo de trabalho (capacidade de produzir valor de uso) e processo de valorização (produção de valor e mais-valia). Ao incorporar trabalho vivo ao trabalho passado (objetividade morta) transforma-se o trabalho morto em capital, em valor que se valoriza. Alcança-se a valorização estendendo a jornada ou tempo de exploração do trabalho vivo, incorporado ao trabalho passado, além de certos limites, além do tempo socialmente necessário à manutenção daquela força de trabalho. Temos a mais-valia e um processo de produção completamente tomado pelo capital e seus imperativos expansionistas.

Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele o processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias (Ibid., p. 155).

“Sabemos que o valor de toda mercadoria é determinado pelo *quantum* de trabalho materializado em seu valor de uso pelo tempo de trabalho necessário a sua produção” (Ibid., p. 148). Ante essa consideração, pouco importarão no processo de valorização tanto os aspectos qualitativos da coisa como do trabalho que a produz. A questão é quantitativa. O capitalista compra força de trabalho para consumi-la como valor de uso; por outro lado, não produz valores de uso para si, este lhe são indiferentes, os valores de uso são convocados apenas enquanto substrato material para a troca. Evidencia-se aqui o porquê de Marx creditar tanta importância ao duplo caráter do trabalho. Seus aspectos concretos são submetidos a uma existência secundária, a suporte de um conjunto de relações orientadas para a produção pela produção. Criteriosamente, algo deve ser acrescentado a respeito deste trabalho que cria valor. Este ponto é valioso para os próximos capítulos.

A dimensão concreta opera no processo de formação de valor e no processo de valorização apenas como condição necessária (posteriormente subvertida), mas não é o objetivo mesmo da produção. Ao citarmos, no início deste capítulo, Rubin (1980), pretendíamos colocar esse fato em relevo. Falamos da relação contraditória entre forma e conteúdo – uma incongruência pela qual se movem as relações de capital – na produção capitalista. As relações sociais de produção são reificadas e

cristalizadas, personificadas nas coisas. Os caracteres eminentemente sociais se traduzem, ou melhor, aparecem nas coisas como propriedades destas. O processo de produção se coloca à frente de um espelho invertido, mostrando-lhe sua forma social; as categorias materiais, nesse sentido, ocultam as relações sociais de produção.

(...) As coisas aparecem numa forma social pronta, influenciando a motivação e o comportamento dos produtores individuais. Este aspecto do processo reflete-se diretamente na psique dos indivíduos e pode ser diretamente observado. É muito mais difícil detectar a geração das formas sociais das coisas a partir das relações sociais de produção entre as pessoas. Este aspecto do processo, isto é, a 'reificação' das relações de produção entre as pessoas, é o resultado heterogêneo de uma massa de transações, de ações humanas depositadas umas sobre as outras. É o resultado de um processo social que se realiza 'às suas costas' [das pessoas], isto é, um resultado que não estava previamente determinado como um objetivo (RUBIN, op. cit., p. 39).

Rubin (1980) ressalta que, em Marx, encontramos com frequência menções ao fenômeno da dualidade dialética (contraditória). De um lado, "aparência exterior", o "nexo externo", "a superfície do fenômeno", e de outro, "o nexo interno", "nexo oculto", o "nexo imanente", a "essência das coisas". Verificamos que o método marxiano permite que seja aprofundada a análise rompendo a densa nuvem que encobre as mediações. A natureza social das categorias materiais deve ser encarada como reflexo, e as respostas buscadas, exatamente, em seu caráter social.

Quando falamos em valor, o identificamos como invólucro do valor de uso. O mesmo se dá ao mencionarmos o trabalho abstrato em relação ao trabalho concreto – a riqueza material de um lado e a riqueza abstrata de outro. Apenas ao sublinharmos este aspecto característico da forma capitalista de produção é que podemos entender qual o tipo de trabalho que agrega valor.

Se o trabalho específico produtivo do trabalhador não fosse o de fiar, ele não transformaria o algodão em fio e, portanto, não transferiria os valores do algodão e do fuso ao fio. Se, no entanto, o mesmo trabalhador mudar de profissão e se tornar marceneiro, agregará, depois como antes, valor a seu material mediante uma jornada de trabalho. Agregar valor, portanto, mediante seu trabalho não por ser trabalho de fiação ou de marcenaria, mas por ser trabalho abstrato, social geral, e agrega determinada grandeza de valor não por ter seu trabalho um conteúdo particular, útil, mas porque dura um tempo determinado. Portanto, em virtude de sua propriedade abstrata, geral, como dispêndio de força de trabalho humana o trabalho do fiandeiro

agrega novo valor aos valores do algodão e do fuso [...] (MARX, op. cit., p. 158).

O fator determinante é o quantitativo, tempo de trabalho humano abstrato que representa valor e sua grandeza deve ser mensurada no tempo.

A redução de todo o trabalho abstrato, portanto a mera capacidade de trabalhar, é que permite ao capital prolongar quantitativamente o tempo de trabalho além do socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho. É o fato de sugar trabalho vivo como mero tempo de trabalho que confere ao capital a possibilidade de obter uma mais-valia durante o processo produtivo que, por isso mesmo, deixa de ser uma simples relação entre *input* e *output* em termos físicos, para se revelar como processo de valorização (BELLUZZO, op. cit., p.105).

A valorização (produção de mais-valia³¹) não seria possível na ausência do valor – trabalho abstrato. Se o caráter concreto do trabalho determinasse a produção, não teríamos o capitalismo, e sim uma produção social consciente e orientada pelos anseios humanos, e não o oposto. O valor tem de ser entendido como a lei do movimento do capital, sua forma mesma de ser e desenvolver-se. Através do valor explica-se a mais-valia e a valorização e, com isso, o próprio metabolismo do capital, a sua natureza e necessidade incontrolável de autovalorização contínua e progressiva. É, sem dúvida, sua lei reguladora interna. A forma de valor é a única maneira de recobrirem-se os produtos do trabalho humano; os diversos valores de uso, fruto do trabalho vivo, concreto, exprimem-se apenas sob esta forma, e por isto o valor de troca é sua manifestação.

O processo de trabalho é transformado desde suas entranhas para atender ao *aparecimento do valor como algo que se pretende absoluto*, no sentido de que sua expansão quantitativa torna-se o único objetivo da produção social (Ibid., p. 107).

A subordinação do trabalho, o seu controle, é a única maneira de esta forma produtiva a tudo dominar. A extração de mais-valia dos produtores diretos em escala sempre ampliada é seu *telos*. É por isso que a lei do valor na economia capitalista só pode ser apreendida enquanto lei do processo de valorização do capital, a lei que indica suas possibilidades de reprodução e suas limitações intrínsecas.

³¹ “Deste modo, Marx explicita o fenômeno crucial do capitalismo como sociedade econômica em que a produção de valor é obrigatoriamente produção de mais-valia... onde os bens são trocados não mais como produtos do trabalho, senão como produtos do capital” (BELLUZZO, 1998, p. 105).

Como trabalho passado, morto, objetivado, o capital se resume a capital constante. Noutra polo, e por isso mesmo, depende visceralmente do trabalho vivo, do trabalho imediato (capital variável), visto que é este que vivifica o morto, nas palavras de Marx (1988); apenas lambido pelo fogo do trabalho vivo, o trabalho passado (capital) renasce e justamente por isso o capital deve negá-lo. A extração de mais trabalho ou sobretrabalho é sua missão, questão de vida ou morte, e aumento perpétuo do tempo de mais trabalho em relação ao tempo de trabalho socialmente necessário.

Marx percebe que existe um ‘elemento’ totalizador na sociedade capitalista – o capital – que é fundamentalmente contraditório: essa relação social, que tem como substância o trabalho abstrato, precisa rebaixar a força de trabalho a um momento de si, reduzindo-a à condição de capital variável (parte do capital que possibilita a valorização do valor, e por isso é designada ‘variável’), e lhe fazer oposição. Para tanto, reduz-se a si próprio a capital constante, aos meios de produção (parte do capital que apenas transfere seu valor aos produtos, mediante a ação do trabalhador, e daí ser chamada por Marx de constante). Com isso, constitui-se enquanto totalidade formal. Entretanto, e ao mesmo tempo, precisa impedir que o trabalho, se Outro, constitua-se por seu turno em totalidade formal. Entretanto, e ao mesmo tempo, precisa impedir que o trabalhador se aproprie dos meios de produção e do produto total do trabalho, o que significaria a negação do capital, e sua superação (*Aufhebung*). Assim o capital ao mesmo tempo precisa incluir e negar a força de trabalho (MELLO, 2007, p. 46).

No processo de produção temos, portanto, a concretização dos cegos objetivos do capital, produção de mercadorias — valor e extração de mais trabalho com a subsunção do trabalho vivo ao controle do capitalista (personificação do capital). Neste processo, vê-se que o capital “domina as condições de sua própria valorização e se apresenta como ‘sujeito’ deste processo” (Ibid., p. 139 nota de rodapé 207). Se, por um lado, passa a ser o sujeito do processo social, por outro, sua substância lhe é exterior, o trabalho abstrato.

Tributário da lei do processo de valorização, o capital se volta completamente para o investimento nas forças produtivas materiais, ciência e tecnologia, para aumentar constantemente a taxa de mais-valia. O aumento da produtividade do trabalho é o reflexo da lei de desenvolvimento deste modo de produção. O prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) encontra limites naturais na constituição física humana e, portanto, não sacia a fome autofágica do capital.

Os capitalistas (apenas personificações do capital) não incrementam a produção com tecnologias porque o querem (isso surge ao capitalista individual com uma engenhosa estratégia concorrencial), mesmo se assim percebam. Este é um ditame do movimento mais amplo do capital, que emerge de suas necessidades orgânicas de aumentar sempre o tempo de trabalho não pago incorporado a uma dada mercadoria. O progresso técnico não pode ser tratado desvencilhando-o das leis capitalistas; é imperioso realçar sempre o caráter umbilical entre progresso técnico e a reprodução ampliada das relações de produção do capital.

A marca deste capítulo é o insistente enfoque no “aparecimento do valor como algo que se pretende absoluto” no capitalismo, forma desenvolvida da produção mercantil, e isso é de fundamental importância (BELLUZZO, 1998). A lei do valor, na forma capitalista, converte-se em lei do processo de valorização; em outras palavras, como a lei do valor se impõe, sob o regime de produção capitalista, como lei da produção de mais-valia. Segundo Belluzzo (Ibid., p. 109), trata-se da lei interna de um regime de produção “que não está ligado a limitações predeterminadas e predeterminantes das necessidades”, senão unicamente às necessidades de autovalorização do capital. E desta forma impõe suas demandas desconcertantes a todo o corpo social, subjugando todas as dinâmicas forças sociais. Nesses termos, o aumento da produtividade do trabalho põe-se em face do processo de valorização como uma exigência mesma deste.

Produtividade do trabalho, em suma – máximo de produtos com mínimo de trabalho; daí, o maior barateamento possível das mercadorias. Independente da vontade de tais ou quais capitalistas, isto se converte em uma lei do modo capitalista de produção. E esta lei somente se realiza implicando outra, ou seja, a de que não são as necessidades existentes que determinam a escala de produção, senão que, pelo contrário, é a escala de produção – sempre crescente – que determina a massa do produto. O objetivo é que cada produto contenha o máximo possível de trabalho não-pago, e isso só se alcança graças à produção pela própria produção. Isto se apresenta, por um lado, como uma lei, porquanto o capitalista que produz em pequena escala incorporaria no produto um ‘quantum’ de trabalho maior que o socialmente necessário. Apresenta-se, pois, como uma aplicação adequada da lei de valor que não se desenvolve plenamente, senão sob o modo de produção capitalista. Mas aparece, de outra parte, como um impulso do capitalista individual que, para violar esta lei ou para utilizá-la astutamente em seu benefício, procura rebaixar o valor individual da mercadoria, em relação ao valor socialmente determinado. (MARX, 1972 *apud* Ibid., p. 111).

Com a utilização da ciência e das forças produtivas sociais do trabalho o capital se torna uma potência social objetiva. A lei do valor, portanto, impele o desenvolvimento técnico na direção da acumulação, sempre em escala ampliada. Esta relação entre o desenvolvimento técnico-científico e processo de valorização é importante na medida em que muitos creditam às forças produtivas um papel emancipador, pelo simples fato de economizar trabalho. Da cooperação, passando pela manufatura, o capital encontra na maquinaria, ou Grande Indústria, sua forma acabada, constituindo-se como motor social. Nesse sentido, o desenvolvimento do aparato técnico emerge como decorrência da dependência entre desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e a reprodução ampliada das relações de produção, conforme Belluzzo (Ibid., p. 112), “daí decorrendo sua forma tendencial, sua orientação – elevação da composição orgânica do capital”.

Na Grande Indústria, todos os elementos objetivos do processo de trabalho encontram-se agora sob a tutela do capital, cristalizados no sistema de máquinas. É o próprio momento de subjetivação do capital, que se liberta do caráter subjetivo do trabalho, característico das fases anteriores — cooperação e manufatura —, corporificando, no sistema de máquinas, sua forma material própria e mais adequada ao seu desenvolvimento. Agora, os únicos limites para o capital são seus próprios limites, pois “remove os limites externos à sua expansão” (MÉSZÁROS, 2002). O único limite ao capital é, portanto, aquele oriundo de sua natureza. Este limite se manifesta, exatamente, na tendência de o capital diminuir progressivamente o tempo de trabalho abstrato, substituindo trabalho vivo por trabalho objetivado nos meios de produção. O desenvolvimento contínuo das forças produtivas, que por um lado é uma necessidade ineliminável do sistema, converte-se noutro polo em seu possível limite.

Notamos, ao longo desta exposição, que o conceito de capital – valor que se valoriza – em Marx não pode desvencilhar-se da forma de valor e, por conseguinte, de sua teoria do trabalho abstrato. Ainda nos restam sobre esse tópico algumas considerações.

1.4 Observações sobre o Trabalho Abstrato

Apresentamos até aqui o trabalho abstrato como o trabalho que, no capitalismo, é o responsável por gerar valor, o trabalho que é a fonte ou representação do valor. Dispendio fisiológico de energia humana, trabalho indiferenciado, homogêneo, coágulo de trabalho humano, gelatina de trabalho humano, objetividade fantasmagórica, e quantitativamente, sua grandeza medida no tempo, como tempo médio de trabalho social. No entanto, nesta simplicidade o conceito impõe mais dificuldades que esclarecimentos.

Em um conjunto de citações extraídas de Marx (1980; 1982a; 1982b; 1988) presenciemos o tamanho da importância que ele creditava a este conceito e nos parece que este significado decisivo não foi e não é geralmente assimilado. Quais seriam os problemas oriundos de sua incompreensão?

Se apreendermos o trabalho abstrato como trabalho abstratamente simples — a questão da redução do trabalho complexo (qualificado) a trabalho simples —, ou o considerarmos apenas como dispendio de energia humana, restringindo-o a desgaste fisiológico, ou ainda, conferirmos a ele apenas um *status* teórico-conceitual (uma construção mental) sem existência real, perder-se-ia a especificidade histórica e social do trabalho abstrato.

Para a compreensão da lei do valor e, portanto, das relações de capital, o conceito de trabalho abstrato demonstra-se fundamental. Nesta seção faremos algumas considerações sobre a teoria do trabalho abstrato em Marx. Tal tarefa se apoiará, ao fim e ao cabo, na interpretação oferecida por Rubin, por julgarmos esta, dentre tantas tentativas de explicitação do trabalho abstrato, uma das mais valiosas.

Em *O Capital* Marx começa enfatizando o duplo caráter da mercadoria, unidade de valor de uso e valor. A dualidade da mercadoria é uma dualidade presente em todas as categorias econômicas no capitalismo: riqueza material *versus* riqueza abstrata, processo de produção material *versus* processo de valorização etc. A própria economia política clássica já havia distinguido entre o valor de uso e o valor de troca das mercadorias, contudo, “sem o duplo caráter do trabalho, o duplo caráter da mercadoria fica um tanto esvaziado, torna-se quase trivial” (NETO, 2002,

p. 107). Como vimos em algumas citações de Marx, na seção 1.2. deste trabalho, a grande descoberta do autor de *O Capital*, por ele mesmo considerada, foi o duplo caráter do trabalho; é esta dualidade do trabalho no capitalismo que permite a Marx edificar sua crítica à economia política e dela deriva a dualidade de todas as outras categorias econômicas no capitalismo.

A distinção trabalho concreto x trabalho abstrato permite completar e dar coerência à distinção valor de uso x valor. Mais significativo ainda, com o duplo caráter do trabalho Marx vai à fonte do duplo caráter da mercadoria. A existência do valor se explica pelas peculiaridades do trabalho na economia capitalista, isto é, pelo desenvolvimento do caráter abstrato do trabalho – portanto, pela duplicação do trabalho. Além disso, a afirmação da dupla natureza assumida pelo trabalho quando produz mercadorias permite fundar igualmente a contraposição entre riqueza material e riqueza capitalista, entre produção de valores de uso e produção de valor. Esta última não pode ser tratada a partir apenas do duplo caráter da mercadoria, e o mesmo acontece com a duplicidade de outras categorias econômicas. (Id. Ibid.)

E conclui:

Em resumo: é a afirmação do duplo caráter do trabalho produtor de mercadorias que permite passar de uma questão quase trivial (o duplo caráter da mercadoria) para um sistema teórico construído a partir da duplicidade geral das categorias econômicas (Id. Ibid.).

Isso significa que no capitalismo a distinção entre a função técnica e a função social das coisas deve ser apreendida neste duplo movimento, necessário e contraditório, entre as características técnicas e a forma social do trabalho no capitalismo. Essa observação é fundamental se quisermos marcar a especificidade histórica da produção no capitalismo; é a partir da dualidade do trabalho neste sistema produtivo que tal distinção e particularização é possível. No processo de produção capitalista as necessidades técnicas da produção apenas podem ser analisadas diante das necessidades de valorização, “necessidades ligadas especificamente à forma capitalista” (Ibid., p. 108).

Em Rubin (1980) esse movimento fomenta as duas propriedades fundamentais do capitalismo, a saber, a materialização das determinações sociais da produção e a personificação de seus fundamentos materiais.

Por 'materialização das relações de produção' entre as pessoas, Marx entendia o processo através do qual determinadas relações de produção entre pessoas (por exemplo, entre capitalistas e operários) conferem uma determinada forma social, ou características sociais, às coisas através das quais as pessoas se relacionam umas com as outras (por exemplo, a forma social do capital).

Por 'personificação das coisas', Marx entendia o processo através do qual a existência de coisas com uma determinada forma social, capital, por exemplo, capacita seu proprietário a aparecer na forma de um capitalista e manter relações de produção concretas com outras pessoas. (RUBIN, op. cit., p. 35).

Temos assim que as relações sociais entre as pessoas são reificadas no processo de produção e personificadas nas coisas, dando a esta forma social sua especificidade; com isso, reitera-se a importância da duplicidade do trabalho no capitalismo.

Algumas interpretações do conceito de trabalho abstrato, criado por Marx, o percebem como um conceito fisiológico. A esse respeito é importante o diálogo que Rubin estabelece com alguns destes teóricos.

A respeito do duplo caráter do trabalho convertido nas mercadorias, escreve Kautsky (*apud* Ibid., p. 147): “por um lado, o trabalho se nos aparece como um dispêndio produtivo de força de trabalho humana em geral; por outro, como atividade humana específica, para obtenção de um determinado objeto. O primeiro aspecto do trabalho constitui o elemento comum a todas as atividades produtivas realizadas pelo homem; o segundo varia com a natureza da atividade”. Desta forma descrito, o trabalho concreto seria energia humana de trabalho orientada a um fim determinado, e o trabalho abstrato, dispêndio de energia humana em geral, indiferenciada, independente de formas determinadas. Rubin observa que, “definido desta maneira, o conceito de trabalho abstrato é um conceito fisiológico, desprovido de todos os elementos sociais e históricos”. Nesse sentido, o “conceito de trabalho abstrato existe em todas as épocas históricas, independentemente desta ou daquela forma social de produção” (Id. Ibid.).

Essas leituras de fundo mecânico-naturalista associam o trabalho abstrato a mero dispêndio de energia humana, no entanto, isto é o que o trabalho tem em comum com todas as outras formas sociais anteriores. Nestes termos, o trabalho abstrato não é um conceito enraizado no capitalismo; dito de outra forma, o trabalho

sempre criou valor. Inequivocamente esta não é uma conclusão condizente com o pensamento de Marx. Rubin, de maneira pertinente, ressalta que “Marx não se cansou de repetir que o valor é um fenômeno social, que a existência do valor (...) tem ‘uma materialidade puramente social’ e não contém um único átomo de matéria”. Rubin prossegue: “(...) o trabalho abstrato, que cria valor, deve ser entendido como uma categoria social na qual não se pode encontrar um átomo de matéria” (Ibid., p. 150).

O conceito de trabalho abstrato aliado à noção de forma social no pensamento de Marx permitem não tratarmos o conceito de trabalho abstrato como mero dispêndio de energia indiferenciada, pois isso seria o mesmo que naturalizar o modo de produção capitalista, deixando escapar suas singularidades sócio-históricas. Se o valor é um fenômeno social e sua existência não possui um átomo de matéria, o conceito de trabalho abstrato — fonte de valor — não pode, de outra forma, deixar de ser igualmente social. Fausto (1983) coloca essa questão, afirmando que “(...) a abstração do trabalho em sentido fisiológico não pode constituir o trabalho abstrato”, o que “é visível pelo fato de que lhe falta o momento da singularidade” (FAUSTO, 1983, p. 92). Trabalho abstrato enquanto trabalho em geral, ou seja, dispêndio de energia nervosa e muscular indiscriminada simplifica o conceito e perde de vista sua determinação, que é social.

Considerando a impossibilidade de se homogeneizar a multiplicidade de atividades de trabalho distintas, a única saída encontrada por alguns intérpretes é sua redução a trabalho igual, (neste sentido, desgaste de energia humana indiferenciada). Ou conduzem o conceito à condição de uma generalização puramente mental dos diversos tipos de trabalhos concretos. Nas palavras de Fausto, essas leituras, que ele denomina vulgares, do trabalho abstrato o colocam como “uma representação abstrata do trabalho em geral” (Ibid., p. 89). A generalização do trabalho aqui só é possível no plano teórico-conceitual, dada a impossibilidade real de redução dos trabalhos concretos. Nessas interpretações o trabalho abstrato não teria uma existência real e objetiva, conforme lemos na seguinte passagem:

As leituras vulgares interpretavam a abstração que constitui o trabalho abstrato e o valor como se se tratasse de uma simples generalização: nos trabalhos (concretos) do carpinteiro, do construtor, do fiandeiro etc., far-se-ia abstração do que é próprio a cada um deles, da particularidade de cada trabalho, e se obteria assim, generalizando os resíduos, a noção de trabalho abstrato. Esta interpretação nos condena à alternativa: ou o trabalho abstrato não é senão uma construção subjetiva (só haveria no real diferentes trabalhos específicos; constrói-se pelo pensamento, através do procedimento clássico da generalização, a noção de trabalho abstrato, de trabalho em geral); ou esta generalização é real, mas nesse caso – se o trabalho abstrato não é senão uma simples generalidade, obtida ignorando as particularidades dos trabalhos – esta realidade só poderia ser constituída pelas características fisiológicas comuns a todos os trabalhos (Ibid., p. 115).

Conforme sugere Neto (op. cit., p. 115), “nem como generalização mental, nem como características fisiológicas comuns, o trabalho abstrato consegue cumprir o que lhe é exigido.” Como resíduo de trabalho em comum entre os diversos trabalhos concretos, o trabalho abstrato em nada se distingue do trabalho em diversas formas sociais, e como generalização mental sua realidade objetiva sob o capitalismo desaparece. A abstração do trabalho, inversamente ao que apontam as leituras vulgares, não é uma engenhosa operação mental, mas uma abstração real; nas palavras de Fausto (1983), um “universal concreto”, “universal singular”³² uma operação que se põe em curso pelo capitalismo em seu movimento real. Conforme Marx,

³² “Dizer que a abstração do trabalho não se confunde com a simples generalidade ‘trabalho’ não quer dizer que a primeira exclua toda a generalidade. Na realidade, as abstrações reais ‘trabalho’ e ‘valor’ põem a generalidade. Ou antes, elas põem a universalidade, mas esta universalidade é generalidade *posta*. O ‘geral’ se torna universal singular, universal concreto. Por enquanto, limitamos a citar a esse respeito um texto do capítulo 1 de *O Capital*, na versão da primeira edição da obra. Trata-se de um texto sobre a forma do valor, mas o que ele diz vale também, como veremos, para o trabalho abstrato: ‘Na forma III, que é a segunda forma invertida e que está portanto contida nela, a tela aparece pelo contrário como a *forma genérica* (*Guungsform*) do equivalente para todas as outras mercadorias. *É como se ao lado e além dos leões, tigres, lebres e todos os animais efetivamente reais, que agrupados constituem as diferentes raças, espécies, subespécies, famílias etc. do reino animal, existisse também o ANIMAL, encarnação individual de todo o reino animal. Tal indivíduo (ein solches Einzelnen) que compreende em si mesmo todas as espécies efetivamente existentes da mesma coisa é um UNIVERSAL (ein allgemeines), como por exemplo ANIMAL, DEUS etc.*’. Estamos pois diante de uma universalidade (*Allgemeinheit*) que é ao mesmo tempo singularidade. Mas qual a relação existente entre uma universalidade como esta e a representação da realidade fisiológica da abstração do trabalho? Conservando o lado da ‘universalidade’ (e portanto em certo sentido a ‘generalidade’, mesmo se se trata da generalidade ‘negada’), não seríamos reconduzidos de novo ao nível fisiológico? A resposta já está dada na noção de *posição*. Não é a realidade biológica da universalidade do trabalho que constitui o trabalho abstrato, mas a posição dessa realidade, e a posição não é mais biológica. A generalidade em sentido fisiológico (não mais do que a generalidade abstrata e subjetiva) – retomamos o problema num nível mais elevado – não constitui o trabalho abstrato: ela é apenas a realidade natural *pressuposta* à (posição) desta. A realidade social *faz com que valha* o que era apenas uma realidade natural. E que a abstração do trabalho em sentido fisiológico não pode constituir o trabalho abstrato (...)” (FAUSTO, 1983, p. 91-92).

Para medir os valores de troca das mercadorias pelo tempo de trabalho, contido nelas, os diversos trabalhos devem estar reduzidos a trabalho sem diferenças, uniforme, simples; em breve, a trabalho que é qualitativamente o mesmo, e, por isso, se diferencia apenas quantitativamente. Essa redução aparece como uma abstração, mas é uma abstração que é praticada diariamente no processo social de produção. A resolução de todas as mercadorias em tempo de trabalho não é uma abstração maior e tampouco menos real que a de todos os corpos orgânicos em ar. O trabalho que é medido dessa maneira, isto é, pelo tempo, aparece não como o trabalho de diferentes sujeitos, mas, ao contrário, os indivíduos diversos que trabalham aparecem como meros órgãos do trabalho. Ou seja, o trabalho, tal como se apresenta em valores de troca, poderia expressar-se como trabalho humano geral (MARX, 1982b, p. 33).

Marx prossegue, e novamente enfatiza a natureza social do tipo de trabalho que é representado no valor de troca.

As condições do trabalho que põe valor de troca, tais como resultam da análise do valor de troca, são determinações sociais do trabalho, ou determinações de trabalho social, mas não pura e simplesmente social, mas de um modo particular: é um tipo específico de socialidade. A simplicidade indiferenciada do trabalho é, em primeiro lugar, igualdade dos trabalhos de diferentes indivíduos, relacionamento recíproco de seus trabalhos como iguais, e isso mediante uma redução de fato de todos os trabalhos a um trabalho de igual tipo. O trabalho de qualquer indivíduo, enquanto se apresenta em valores de troca, possui esse caráter social de igualdade, e só se apresenta no valor de troca enquanto se relacione como igual com o trabalho de todos os outros indivíduos (Ibid., p. 34).

Marx é contundente: trabalho abstrato é a determinação social do trabalho ou do trabalho social; neste sentido, o valor só pode ser a propriedade social do produto do trabalho. Com isso temos que o trabalho abstrato, considerado apenas como trabalho fisiologicamente igual, trabalho homogêneo em geral, não ajuda na compreensão do capitalismo, além de distorcer ou reduzir o conceito de Marx. Assim, conforme Rubin (op. cit., 152), “em toda forma social de economia, o trabalho humano é, simultaneamente, trabalho técnico material e fisiológico.” O trabalho humano, sempre independente da forma social em questão, articula essas duas qualidades: “a primeira (...) só é possuída pelo trabalho na medida em que este se encontre submetido a um plano técnico definido e orientado para a produção dos produtos necessários (...); a segunda só é possuída pelo trabalho na medida em que o trabalho represente um dispêndio da energia fisiológica acumulada no organismo humano, que deve ser repostada regularmente” (Id. Ibid.). Depreende-se daí que o trabalho sempre é trabalho técnico-material, ou seja, trabalho concreto, e por isso

produz coisas úteis, e também é sempre dispêndio de energia fisiológica. Essas qualidades do trabalho estão pressupostas ao iniciarmos uma investigação do trabalho no interior de uma dada organização produtiva, mas os aspectos técnicos, de um lado, e biológico de outro, não dizem nada sobre essa organização produtiva particular. O trabalho abstrato enquanto produtor de uma riqueza igualmente abstrata só é possível numa forma social particular. Deste modo, lemos em Marx:

O trabalho parece ser uma categoria muito simples. E também a representação do trabalho nesse sentido geral – como trabalho em geral – é muito antiga. Entretanto, concebido economicamente nessa simplicidade, o ‘trabalho’ é uma categoria tão moderna como o são as relações que engendram essa abstração. [...] Um enorme progresso se deve a Adam Smith, que rejeitou toda determinação particular da atividade criadora de riqueza, considerando apenas o trabalho puro e simples, isto é, nem o trabalho industrial, nem o trabalho comercial, nem o trabalho agrícola, mas todas essas formas de trabalho. Com a generalidade abstrata da atividade criadora de riqueza, igualmente se manifesta então a generalidade do objeto determinador da riqueza, o produto em absoluto, ou ainda, o trabalho em geral, mas enquanto trabalho passado, trabalho objetivado. A dificuldade e importância dessa transição provam o fato de que o próprio Adam Smith torna a caria de quando em quando no sistema fisiocrático. Poderia parecer agora que, desse modo, se teria encontrado unicamente a relação abstrata mais simples e mais antiga em que entram os homens em qualquer forma de sociedade – enquanto são produtores. Isso é certo em um sentido. Mas não em outro (MARX, 1982a, p. 16)

Marx expõe nessa passagem o trabalho fisiologicamente igual ou abstratamente geral como precondições ou pressupostos para o trabalho abstrato — “O trabalho parece ser uma categoria muito simples. E também a representação do trabalho nesse sentido geral — como trabalho em geral — é muito antiga”. Em seguida, Marx demonstra que tal abstração é efetivamente consumada não como engenho teórico, mas sim na efetividade, no capitalismo, conforme lemos: “Entretanto, concebido economicamente nessa simplicidade, o ‘trabalho’ é uma categoria tão moderna como o são as relações que engendram essa abstração”. Quais “as relações que engendram essa abstração”?

Apenas sob circunstâncias históricas que imponham esta forma necessária aos produtos do trabalho humano — forma mercadoria —, negligenciando os aspectos qualitativos; dito de outra forma, apenas quando se apresentar numa forma social fundada no trabalho passado, trabalho objetivado, ou seja, diante da produção orientada pelas relações de capital em todo seu alcance e amplitude. Assim, o

trabalho abstratamente igual só é possível numa totalidade muito desenvolvida, em que esta abstração acontece em sua efetividade, e não como representação mental (trabalho abstratamente igual). Aqui a equivalência do trabalho é uma necessidade dessa forma social, o caráter social específico do trabalho. Como demonstra (Ibid., p. 16-17):

A indiferença em relação ao gênero de trabalho determinado pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalho efetivos, nenhum dos quais domina os demais. Tampouco se produzem as abstrações mais gerais senão onde existe o desenvolvimento mais rico, onde um aparece como comum a todos. Então já não pode ser pensando somente sob uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado intelectual de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, e, portanto, é-lhes indiferente. Nesse caso o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade. Esse estado de coisas se encontra mais desenvolvido na forma de existência mais moderna da sociedade burguesa – nos Estados Unidos. Aí, pois, a abstração da categoria ‘trabalho’, ‘trabalho em geral’, trabalho *sans phrase* (em rodeios), ponto de partida da Economia moderna, torna-se pela primeira vez praticamente verdadeira. Assim, a abstração mais simples, que a Economia moderna situa em primeiro lugar e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, só aparece, no entanto, nessa abstração praticamente verdadeira como categoria da sociedade mais moderna. Poder-se-ia dizer que essa indiferença em relação a uma forma determinada de trabalho, que se apresenta nos Estados Unidos como produto histórico, se manifesta na Rússia, por exemplo, como disposição natural. Mas, por um lado, que diferença danada entre bárbaros que têm uma tendência natural para se deixar empregar em todos os trabalhos, e os civilizados que se empregam a si próprios. [...] Esse exemplo mostra de maneira muito clara como até as categorias mais abstratas — precisamente por causa de sua natureza abstrata —, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas.

Marx caracteriza, como visto acima, o movimento concreto da sociedade burguesa moderna. Lemos: “a indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, e, portanto, é-lhes indiferente.” A esse respeito escreve Neto (op. cit., p. 120): “A constituição do trabalho abstrato exige condições históricas específicas, dadas justamente pela generalização das trocas, pela generalização do trabalho

para vender”. Neste caso os valores de uso, assim como os diversos trabalhos concretos, nada importam. Ainda segundo Neto (Id. Ibid), “Quando isso acontece, o trabalho interessa apenas na medida em que expresse como valor das mercadorias; se estas vão ser vendidas, a seu produtor pouco importa seu valor de uso”. A indiferença em relação aos conteúdos concretos dos trabalhos ocorre, exatamente, no modo de produção capitalista; o que importa nesta forma social é a geração de valor.

É possível dizer que esta indiferença é reforçada pelo desenvolvimento das técnicas de produção no capitalismo, que simplificam as tarefas do trabalho e as tornam mais ‘abstratas’, já que a divisão do trabalho faz que não haja mais propriamente um produto próprio do trabalhador. Pode-se falar, mesmo, numa ‘abstração fisiológica do trabalho’ [...] mas enquanto trabalho fisiológico, o trabalho jamais poderá ser considerado abstrato; permanecerá sempre concreto e heterogêneo, embora contenha aspectos fisiologicamente iguais (Ibid., p. 122).

A generalização da troca, e mais que isso, a generalização da produção de riqueza abstrata promove, ao fim e ao cabo, a generalização do trabalho que apenas nestes termos é conduzido à substância do valor. A partir do momento em que o capitalismo domina plenamente as condições materiais da produção, desvencilhando os trabalhadores tanto dos meios de trabalho como de seus produtos, o trabalho se converte não só como categoria, mas, na efetividade, em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade. Desta forma, explica Rubin (op. cit., p. 153), “somente sobre a base da produção mercantil, caracterizada por um amplo desenvolvimento da troca, uma transferência em massa de indivíduos de uma atividade a outra, e a indiferença dos indivíduos em relação ao trabalho, é possível desenvolver-se o caráter homogêneo de todas as atividades de trabalho enquanto formas de trabalho humano em geral” (Ibid., 1980, p. 154).

Esta seção tem por finalidade distinguir a forma social que recobre o trabalho social no modo de produção especificamente capitalista; demonstrar o caráter alienado e estranhado do trabalho social no capitalismo, e desta forma clarificar a natureza do conceito em Marx. Os insistentes argumentos utilizados permitem sublinhar o caráter puramente social desta forma de trabalho e desfazer as confusões em torno das noções de trabalho abstratamente igual, fisiologicamente

homogêneo etc. Os elementos biológicos ou matemáticos não podem resumir a importância do trabalho abstrato e da forma de valor no capitalismo; temos de identificar os determinantes sociais desta organização socioeconômica, que, antes de tudo, são relações sociais de produção estabelecidas entre homens reais.

Vimos que o dispêndio indiferenciado de trabalho humano é a base biológica do trabalho em todas as formas econômicas e não apenas do trabalho abstrato, assim como que trabalho socialmente igualado não é uma exclusividade do capitalismo e por isso não é o traço distintivo do trabalho abstrato. A esse respeito cabem os esclarecimentos prestados por Rubin, como veremos agora.

Rubin (1980) sugere que o trabalho igual deve ser analisado em três ângulos ou tipos: 1) Trabalho fisiologicamente igual; 2) trabalho socialmente igualado; 3) trabalho abstrato, ou abstrato-universal, ou seja, trabalho socialmente igualado na forma específica que adquire numa economia mercantil. Esta classificação oferecida pelo autor é necessária para realçar os traços peculiares do trabalho abstrato no capitalismo.

Interpretações grosseiras podem facilmente associar o trabalho abstrato ao trabalho fisiológico, resíduo de trabalho em comum entre a pluralidade de trabalhos concretos. Já discutimos que isto não é um equívoco completo, pois o trabalho abstrato contém esta característica, entretanto, dispêndio físico em geral não é trabalho abstrato. Da mesma forma, alguns veem no trabalho abstrato apenas um trabalho igual ou igualado socialmente. Assim como no primeiro caso, o conceito de trabalho abstrato contém tal característica, mas trabalho igualado não é trabalho abstrato. Diz Rubin (op. cit., p. 155): “Embora trabalho abstrato seja uma propriedade específica da economia mercantil, o trabalho socialmente igualado pode ser encontrado, por exemplo, numa comuna socialista”; e prossegue: “para que o trabalho socialmente igualado assuma a forma específica de trabalho abstrato, (...) são necessárias duas condições, (...): 1) a igualdade dos diferentes tipos de trabalho e dos indivíduos expresse ‘o caráter social específico de trabalho privado realizado independentemente’, ou seja, que o trabalho só se torne trabalho social enquanto trabalho igual, e 2) que esta igualação do trabalho se realize sob uma forma material, isto é, ‘assuma no produto a forma de valor’”. Entrevemos desta forma que o trabalho abstrato é trabalho socialmente igualado, todavia, sob uma forma social

específica, a saber, na forma capitalista; logo, o conceito de trabalho abstrato está unido aos elementos primordiais de uma economia mercantil desenvolvida. Nesta, os trabalhos são privados e não diretamente sociais; tornam-se sociais apenas quando se mostram em seu contrário, trabalho abstrato; desta forma os diversos trabalhos concretos não se tornam sociais por sua qualidade concreta, mas tão somente como trabalho abstrato. Inversamente, numa economia socialista, o trabalho não é igualado por um processo espontâneo, determinado pelo mercado, e sim conscientemente pela sociedade, como revela a passagem que segue.

Numa grande comunidade socialista, o trabalho dos membros da comunidade, em sua forma concreta (por exemplo, o trabalho de um produtor de calçados) está diretamente incluído no mecanismo unificado de trabalho da sociedade e é igualado a um determinado número de unidades de trabalho social (se nos referirmos à fase inicial de uma economia socialista, quando o trabalho dos indivíduos ainda é avaliado pela sociedade [...]). O trabalho em sua forma concreta é, neste caso, diretamente trabalho social (Ibid., p. 157).

Chegamos ao fim desta seção; antes, ainda, um resumo do que procuramos demonstrar. Trabalho abstrato é a forma social do trabalho no capitalismo e salienta a historicidade desta organização econômica, marcada pela separação do produtor dos meios de trabalho. O conceito é crivado de equívocos, em sua maioria, aqueles que sustentam sua redução a trabalho fisiológico, desgaste indiferenciado de trabalho, trabalho fisiologicamente igual. Uma vez consideradas em conjunto: [Introdução] à crítica... (1982a), O Capital I-I (1988) e Para a crítica... (1982b), qualquer dúvida nesse sentido se extingue. A noção de trabalho em geral, que conduz à aceitação da interpretação de trabalho abstrato como trabalho fisiologicamente homogêneo, é ponto de partida de Marx, porém, estacionada neste ponto, incompleta. Como pondera Neto (op. cit., p. 144):

Podemos concluir pela aceitação da 'definição fisiológica' do trabalho como ponto de partida da explicação deste conceito, e chegar à seguinte formulação:

Trabalho abstrato é o trabalho reduzido a puro dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos; esta redução torna-se um fato real quando o desenvolvimento da produção mercantil generalizada (a economia capitalista) permite que o produto de um trabalho possa ser sempre trocado por outro, e desta maneira promove nos trabalhadores (e

nos capitalistas que os contratam) a indiferença com relação ao conteúdo concreto do trabalho. A intercambialidade dos produtos dá ao trabalho um caráter social específico, uma função de mediação social. Em resumo: trabalho abstrato é o puro exercício da capacidade de produzir, independentemente do seu conteúdo concreto, que ganha existência real com a permutabilidade geral dos seus produtos.

Não é verdade, desta forma, que o trabalho abstrato seja igual a trabalho fisiológico; no entanto, é verdade que trabalho fisiológico é trabalho abstrato, ainda que este não se reduza àquele. Assim, trabalho abstrato é trabalho homogêneo não porque os diversos trabalhos não possuam um conjunto de diferenças entre si, mas porque o tempo de trabalho concreto deve converter-se em tempo de trabalho socialmente necessário, a propósito, tempo de trabalho abstrato, tempo de trabalho igual, não só igual mas socialmente igual.

A noção de trabalho abstrato como a substância *social* do valor é essencial para a compreensão do processo de valorização, no sentido de que este é possível através da submissão do trabalho ao capital, na forma valor do produto do trabalho. Na próxima seção outros elementos sobre o processo de valorização do capital serão tratados.

1.5 Observações sobre Trabalho Produtivo e Improdutivo

Enfatizamos no tópico anterior que a lei do valor na sociedade capitalista deve ser assimilada como lei do processo de valorização, mais precisamente, apropriação de mais-trabalho. Sublinhamos também que, para o capitalista (enquanto agenciador material) do processo de produção – que é a unidade do processo de trabalho e de formação do valor –, o trabalho produz coisas úteis apenas por serem o veículo, suporte ou depositários de certas determinações formais, valor de troca. Tendo isso em vista, o capitalista não produz para o bem-estar da sociedade; (MARX, 1988) diria: por mais progressista que este seja, ele produz para a venda, para obter lucro. Se assim o faz, não será o *conteúdo peculiar* desta mercadoria ou deste trabalho, ou melhor, do resultado deste trabalho, que o tornará produtivo ou improdutivo, mas sim o lugar que ocupa no processo de

valorização capitalista. A questão que deve ser colocada é qual o trabalho que participa ou não do processo de produção social, em nada tocando em elucubrações a respeito da utilidade ou inutilidade, materialidade ou imaterialidade do trabalho.

O conceito de trabalho produtivo em Marx (1980) suscita ainda grandes questionamentos. Primeiro, apresentaremos a definição deste conceito; em seguida, quais objeções são feitas a ele.

Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. Só por esse meio, mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz como capital. Só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital. (Isso equivale a dizer que o trabalho assalariado que reproduz, aumentada, a soma de valor nele empregada ou que restitui mais trabalho do que recebe na forma de salário). Por conseguinte, só é produtiva a força de trabalho que produz valor maior que o próprio (MARX, 1980, p. 132).

A passagem transcrita acima evidencia que Marx não se perde buscando os fundamentos do que possa ser ou não produtivo e improdutivo em geral, em todas as formações sociais. Seu foco é a sociedade capitalista.

No sistema de produção capitalista, *trabalho produtivo* é, pois, trabalho que produz *mais-valia* para seu empregador, trabalho que transforma as condições objetivas de trabalho em capital, e o dono destas em capitalista, ou seja, trabalho que cria seu próprio produto como capital (Ibid., p. 334-335).

Noutro polo é improdutivo todo trabalho que não é trocado por capital ou não participa do processo de produção, em suma, do capital produtivo. Trabalho improdutivo é “trabalho que não se troca por capital, mas *diretamente* por renda, ou seja, por salário ou lucro” (Ibid., p. 137). Fica patente que, para Marx, o caráter concreto do trabalho ou o caráter dos valores de uso (se material ou não) pouco influi aqui. Nesse sentido, é suplantado pela forma social determinada da produção.

Desse modo [...] mesmo um palhaço, é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (o empresário), [...] enquanto um alfaiate que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças fornecendo-lhe valor de uso apenas, é um trabalhador improdutivo [...] (Ibid., p. 137).

E Marx (Ibid., p. 137) acrescenta: “Um escritor é trabalhador produtivo não por produzir ideias, mas enquanto enriquecer o editor que publica suas obras ou enquanto for trabalhador assalariado de um capitalista”.

Fixemos agora dois pontos decorrentes dessas observações: 1 – trabalho produtivo ou improdutivo deve ser avaliado apenas sob o ponto da produção capitalista; 2 – A forma social prevalece sobre o conteúdo (a mercadoria não é fonte imediata de consumo e sim portadora de valor de troca). Reafirmemos esses pontos com a passagem que se segue:

Em si mesma, a destinação material do trabalho – e em consequência, do produto – nada tem a ver com essa distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. Por exemplo, os cozinheiros e os garçons de um hotel são trabalhadores produtivos, porquanto seu trabalho se converte em capital para o dono do hotel. Essas mesmas pessoas no papel de criados são trabalhadores improdutivos, porquanto, ao invés de fazer capital com seus serviços, neles gastam renda. Mas, de fato, também essas pessoas no hotel são para mim, na mesma qualidade de consumidor, trabalhadores improdutivos. (Ibid., p. 138).

O mesmo trabalho pode ser, ou não, produtivo. O que altera a definição é o lugar deste trabalho no processo de produção social. Produtivo, se o compro como capitalista para aumentar o valor do meu capital adiantado, ou improdutivo, se compro o seu conteúdo concreto, seu valor de uso, na forma de serviços pessoais. Ou seja, o mesmo trabalho, ora considerado produtivo, quando trocado por capital variável passa a não ser produtivo, se permutado por renda ou lucro. Este último não vende mercadoria ao seu comprador; inversamente, vende valor de uso “imaginário ou real” ao seu comprador. A respeito da materialidade ou imaterialidade (tão cara a Negri³³).

Além disso, um empresário de teatro, concertos, bordéis etc. compra a disposição temporária da força de trabalho de atores, músicos, prostitutas etc. – utilizando na prática um rodeio de interesse apenas econômico formal; quanto ao resultado, o processo não se altera – o chamado ‘trabalho improdutivo’ cujos ‘serviços perecem no instante do desempenho’ e não se fixam nem se realizam ‘num objeto durável’ (também se diz particular) ‘ou mercadoria vendável’, destacada deles mesmos. A venda deles ao público lhe reembolsa salário e lucro. E esses serviços, que assim comprou, capacitam-no a comprá-los de novo, isto é, por meio deles mesmo renova-se o fundo porque são pagos (Ibid., p. 145).

³³ Como veremos no capítulo II deste trabalho.

Lembremos que a fórmula geral do capital é D-M-D' (comprar para vender): adiantar dinheiro numa mercadoria para apoderar-se de mais dinheiro no final do circuito. Parece-nos que muitas incompreensões advêm da inobservação de um elemento importante, a alusão indispensável à mercadoria *força de trabalho*, e Marx expõe isso textualmente: “o universo das mercadorias pode dividir-se em dois grandes segmentos. Primeiro, força de trabalho; segundo, as mercadorias destacadas da própria força de trabalho” (Id. Ibid.). A mercadoria força de trabalho possui um valor de uso e também valor de troca, e mesmo o seu resultado não se encarnando em uma realidade corpórea e exterior, a sua exploração é absolutamente possível e praticável. A improdutividade do trabalho, portanto, não estabelece relação alguma com sua materialidade.

Marx indica como alguns trabalhos improdutivos corporificam-se em coisas úteis e, por outro lado, alguns trabalhos produtivos materializam-se em objetos. Parece-nos que qualquer teoria que funde seus pressupostos críticos a respeito do capitalismo sobre esta inferência, meramente formal, demonstra, desde logo, grandes dificuldades. Marx analisa o caráter produtivo do trabalho em uma formação social que tem as condições materiais de sua reprodução completamente tomadas pelas exigências da acumulação de capital. Nesse sentido, supor que algum tipo de trabalho, apenas por sua natureza peculiar, não pode ser subordinado a este movimento totalizante é, sem dúvida, um empreendimento teórico de fundo idealista. No próximo capítulo este posicionamento tornar-se-á patente, pois alguns autores imputam às novas qualificações do trabalhador algum tipo de conteúdo revolucionário³⁴ (Ibid., p. 382-383). Recordemos sempre que ser trabalhador produtivo assemelha-se bem mais a algum flagelo que a alguma sorte, pois é este trabalho que cria as condições objetivas de sua própria sujeição.

Cabe destacar também a estreita ligação entre a imaterialidade e a materialidade do trabalho. Se atentarmos com maior acuidade para a produção de existência capitalista, perceberemos que para cada trabalho imaterial temos um conjunto de correspondentes materiais, a saber: o trabalho de um coreógrafo, por exemplo, reclama sapatilhas e um corolário de coisas materiais, assim como o do

³⁴ No capítulo intitulado *Concepção apologética da produtividade de toda profissão*, Marx demonstra que sob o ponto de vista de que toda qualificação profissional faz do trabalhador um trabalhador produtivo, mesmo o criminoso é produtivo, além de imprescindível para o desenvolvimento das sociedades (MARX, 1980, p.382-383).

professor, livros, quadros etc.; o publicitário, ao incitar um novo estilo de vida, supõe que esta nova cosmovisão se objetivará em coisas materiais que a espelhem, e assim por diante. Todo o trabalho de engenheiros, cientistas, consultores, tem por objetivo o processo de valorização, uma vez submetidos ao capital produtivo, e este ponto é o mais significativo na busca de uma definição conceitual condizente com o capitalismo, sobre trabalho produtivo e improdutivo.

As críticas feitas a Marx no que tange ao conceito de produtivo ou improdutivo se baseiam em sua maioria em argumentos materialistas e é impressionante por isso sua repetição, mesmo tendo em mente o fato de que Marx se esforçou sempre a fim de ir além do domínio econômico, para explicar a realidade econômica. Se quisermos entender a minuciosa crítica marxiana ao capitalismo não podemos nos amparar em questões exclusivamente matemáticas, físicas ou aritméticas.

Apresentamos de maneira geral o conceito marxiano de trabalho produtivo e improdutivo. Agora, particularizaremos esses argumentos em face de algumas das críticas que lhe são feitas. Antes, porém, é providencial, mais uma vez, realçar a importância da classificação e definição de trabalho produtivo e improdutivo.

Trabalho produtivo portanto é o que — no sistema de produção capitalista — produz *mais-valia* para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital. (Ibid., p. 391).

Só é produtivo, assim, o trabalho que o capitalista, com seu capital variável, adquire com o intuito de produzir valor de troca e mais-valia, e este fato em nada se refere à questão da utilidade ou inutilidade do trabalho, ou mesmo de sua materialidade ou imaterialidade. Se manual ou intelectual, em ambas as posições o trabalho cumpre as necessidades requeridas pelo capital para a sua valorização. Em contrapartida, é improdutivo todo trabalho que não é trocado por capital variável, e sim por renda, mesmo este trabalho cristalizando-se em coisas úteis.

As convencionais teorias sobre o trabalho produtivo (herdeiros da economia vulgar) consideram produtivos todos os trabalhos que se objetivam em coisas úteis. Essas interpretações creditam significativo valor ao conteúdo do trabalho e ao resultado objetivo do trabalho. Trabalho que está vinculado à produção de bens

materiais é trabalho produtivo, sob este prisma conceitual. No entanto, já observamos que tal posicionamento teórico em nada se assemelha ao de Marx (1980). Para este, o interesse é a forma social de produção, que trabalho está engajado num dado sistema social de produção e se o tipo de social em questão é a forma capitalista. Nesta, o trabalho está organizado sob a forma de empresas privadas, e o trabalho é acionado por elas. Neste sentido produtivo, é o trabalho organizado sob a forma de empresa capitalista; portanto, trabalho que produz valor de troca é mais-valia, trabalho assalariado.

Em outras palavras, o trabalho é considerado produtivo ou improdutivo não do ponto de vista de seu conteúdo, ou seja, quanto ao caráter da atividade de trabalho concreta, mas do ponto de vista de *sua forma social de organização* [...] (RUBIN, 1980, p. 280).

Não se trata, com isso, da destinação do trabalho como trabalho concreto, e sim do caráter (sócio-histórico) do trabalho subordinado à lógica da produção capitalista. Nota-se que se a análise se centra, simplesmente, na questão da materialidade, não se aproxima de uma interpretação correta do capitalismo, visto que, mesmo se objetivando em coisas úteis, ou seja, materiais, isso por si só não torna um trabalho produtivo. Acompanhemos a citação a seguir:

O operário empregado por um fabricante de pianos, por exemplo, é um trabalhador produtivo. Seu trabalho não só repõe o trabalho que consome, mas no produto, no piano, na mercadoria vendida pelo fabricante de pianos, existe uma mais-valia, além do valor dos salários. Suponhamos, ao contrário, que eu compre todos os materiais necessários para o piano (ou, para o que nos importa, o próprio trabalhador poderia possuí-los) e, ao invés de comprar o piano no comércio, o mesmo é fabricado para mim em minha casa. O operário que faz o piano é agora improdutivo, pois seu trabalho se troca diretamente com minha renda (MARX, 1974 *apud* Ibid., 1980, p. 281).

Evidencia-se acima que a materialização não é o critério definidor para trabalho produtivo e improdutivo. Rubin (Id. Ibid.) acrescenta: “no primeiro caso, o operário que constrói o piano está incluído numa empresa capitalista e, assim, no sistema de produção capitalista. No segundo caso isso não ocorre”. Não ocorre, pois este segundo trabalho, mesmo corporificado em algo material, inexistente aí a organização capitalista da produção. Tanto o trabalho produtivo como o improdutivo podem, ou não, materializar-se em objetos externos. O que interessa é que este

trabalho seja, ou não, acionado pelos princípios da produção capitalista que, mais que produção de mercadorias, é produção de mais-valia. Assim, uma

[...] cantora que vende seu canto por conta própria é uma *trabalhadora improdutivo*. Mas a mesma cantora, a quem um empresário ordene que cante, com a finalidade de ele ganhar dinheiro, é uma *trabalhadora produtiva*, pois produz capital (MARX *apud* Ibid., p. 281).

Rubin (1980), em sua interpretação de Marx, é enfático neste ponto, quando reafirma que todos “os trabalhos que não se realizam sob a forma de uma empresa organizada sobre princípios capitalistas não se incluem no sistema capitalista de produção, nem são considerados trabalho ‘produtivo’”. Rubin (1980) observa ainda que, mesmo o assalariamento, não é critério suficiente para tal classificação, pois até “o trabalho assalariado, se não for empregado para render mais-valia (por exemplo, o trabalho dos serviços domésticos) não é produtivo (...)”; e prossegue: mas “o trabalho dos serviços domésticos não é improdutivo por ser ‘inútil’, ou porque não produz bens materiais” (Ibid., p. 281). Inferimos desta rodada de argumentos que materialidade, ou utilidade, em nada afeta a designação de trabalho produtivo e improdutivo. Uma atividade notadamente inútil, como a de um lacaio, pode converter-se em trabalho produtivo sob a égide do capitalismo. A análise deve partir sempre do capitalismo e seus pressupostos, e nunca do cliente ou consumidor, pois, para este, não importa que suas necessidades sejam atendidas por bens produzidos sob o agenciamento de um capitalista ou na forma de uma prestação de serviço. Para Rubin, é sempre a forma social a fonte dos critérios definidores.

Como podemos ver, ao definir trabalho produtivo Marx abstraiu-se completamente de seu *conteúdo*, do caráter e resultados concretos, úteis, do trabalho. Tratou o trabalho apenas do ponto de vista de sua *forma social*. O trabalho organizado numa empresa capitalista é trabalho produtivo. O conceito de ‘produtivo – como outros conceitos da Economia Política em Marx – possui um caráter histórico e social. Por isso, seria profundamente incorreto atribuir um caráter ‘materialista’ à teoria de Marx sobre o trabalho produtivo. Do ponto de vista de Marx, não se pode considerar como produtivo apenas o trabalho que serve à satisfação de necessidades *materiais* (e não das chamadas necessidades *espirituais*)... Da mesma maneira, Marx não atribuiu qualquer significado decisivo para a diferença entre trabalho *físico* e *intelectual* (Ibid., p. 283).

Consideramos, com isso, que as perspectivas que avaliam o trabalho produtivo e improdutivo, sob o ponto de vista da materialização do trabalho ou

utilidade do produto do trabalho, não se coadunam com a realidade da produção no capitalismo, forma produtiva que se reproduz exatamente por negligenciar ou subordinar os aspectos qualitativos dos trabalhos e de seus produtos, reduzindo-os a um *quantum* abstrato de energia despendida para a produção exclusiva de valores de troca.

Temos de entender que nenhum trabalhador considerado individualmente é o responsável pela produção de uma determinada mercadoria. Esta é mais que apenas uma “coisa”, ela é a tradução de um conjunto de relações sociais, imerso numa complexa divisão social do trabalho. O trabalhador individual responde a uma peça no conjunto do trabalho coletivo. Nesse sentido, a mercadoria é a expressão material desta divisão do trabalho. Queremos chamar atenção, com isso, que todo o trabalho inserido nesta cadeia de produção social é trabalho produtivo. Queremos lançar luz à questão do trabalho intelectual. Rubin revela como Marx tratou deste aspecto, na seguinte passagem:

Quanto ao trabalho do ‘inspetor, engenheiro, administrador, funcionários, etc., numa palavra, o trabalho de todo o pessoal necessário para criar certa mercadoria numa dada esfera da produção material’, afirmou [Marx] que estas pessoas ‘agregam seu trabalho conjunto ao capital constante, e aumentam o valor do produto neste montante (RUBIN, 1980, p. 241).

Rubin (Ibid., p. 284) prossegue:

O trabalho intelectual necessário para o processo de produção não difere, sob qualquer aspecto, do trabalho físico. É ‘produtivo’ se estiver organizado sob princípios capitalistas. Neste caso, tanto faz que o trabalho intelectual esteja organizado juntamente com o trabalho físico numa empresa (departamento de engenharia, laboratório químico, ou escritório de contabilidade, numa fábrica), ou que esteja separado numa empresa independente (um laboratório químico experimental independente, que tenha o encargo de melhorar a produção, etc.).

Uma vez observado sob o ângulo do processo global de produção, qualquer dúvida a respeito da relação do trabalho intelectual e o conceito de trabalho produtivo perece. Entretanto, essa afirmação pode induzir a um paradoxo: são produtivas todas as formas de trabalho, intelectual e manual, que no conjunto do processo de produção contribuam para a produção de bens materiais, pois, nas palavras do próprio Marx (1988), os valores de uso são o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social no capitalismo. Retornaríamos à questão

de que só é produtivo o trabalho que se fixa num objeto externo. Como resolver esse paradoxo?

É verdade que Marx (1980) sugere duas definições para o trabalho produtivo e improdutivo, uma acessória e outra determinante. Se adotarmos a definição acessória³⁵, teremos uma vinculação estreita entre trabalho produtivo e a materialidade do trabalho. Conforme Marx (1980, p. 403):

Ao observar as relações essenciais da produção capitalista podemos portanto supor que o mundo inteiro das mercadorias, todos os ramos da produção – da produção da riqueza material – estão sujeitos (formal ou realmente) ao modo de produção capitalista (pois, essa tendência se realiza cada vez mais, e é, por princípio, o objetivo, e só com aquela sujeição se desenvolvem ao máximo as forças produtivas do trabalho). De acordo com esse pressuposto, que denota o limite e assim tende a ser cada vez mais a expressão exata da realidade, todos os trabalhadores ocupados na produção de mercadorias são assalariados, e todos os meios de produção os enfrentam, em todas as esferas na qualidade de capital. Pode-se então caracterizar os trabalhadores produtivos, isto é, os trabalhadores que produzem capital, pela circunstância de seu trabalho se realizar em mercadorias, em produtos do trabalho, em riqueza material. E assim ter-se-ia dado ao trabalho produtivo uma segunda definição, acessória.

E completa: “diversa da característica determinante, que nada tem a ver com o conteúdo do trabalho e dele não depende” (Id. Ibid.).

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas principalmente produção de mais-valia; com isso, a definição determinante se sobrepõe à definição secundária de trabalho, que ganha realidade material. Isso porque, observa com pertinência Rubin (1980), para Marx riqueza material e trabalho produtivo não coincidem. Inversamente, divergem sob dois aspectos: o trabalho produtivo compreende o trabalho que, embora não incorporado em coisas materiais, está organizado sob princípios capitalistas; e, por outro lado, o trabalho que produz riqueza material, mas não responde a esta forma de organização, não é trabalho produtivo, sob o ponto de vista da produção capitalista. A investigação, ao ser aprofundada, encontra sempre o seu critério definidor na forma social em

³⁵ “Ao introduzir, no plano teórico geral, a “definição acessória de trabalho produtivo”, Marx o faz tomando um nível “mais baixo” de abstração – trata-se de uma definição não determinante –; e, ainda mais, ao introduzi-la, circunscreve os limites de sua validade. Paralelamente, ao introduzi-la reporta-se a um plano analítico mais abstrato: a concepção de mercadoria. Mercadoria não é, necessariamente, uma coisa – entendê-la deste modo implicaria incidir no fetiche.” (DIAS, 2006, p. 82 nota de rodapé 60).

questão, num dado sistema de produção e suas características essenciais. E Marx, em várias passagens nas *Teorias da mais-valia I*, expõe esse fato insistentemente.

Processo de produção de capital. Já vimos: esse processo de produção não é só processo de produção de *mercadorias*, mas também processo de produção de *mais-valia*, absorção de trabalho excedente e, por isso, processo de produção de capital (MARX, 1980, p. 400).

Mercadoria é a mais elementar forma de riqueza da burguesia. Por isso, a definição de 'trabalho produtivo' como trabalho que produz 'mercadoria' corresponde também a um ponto de vista muito mais elementar que a definição do trabalho produtivo como trabalho que produz capital (Ibid., p. 152).

Por conseguinte, se por um lado parte do chamado trabalho improdutivo se corporifica em valores de uso materiais que poderiam também ser mercadorias (vendáveis), por outro lado, parte dos meros serviços que não assumem forma objetiva — ao adquirirem a existência de coisa separada dos prestadores de serviços e não entram numa mercadoria como componente de valor —, pode ser comprada por capital (pelo comprador *imediato* do trabalho), repor o próprio salário e dar lucro. Em suma, parte da produção desses serviços pode subordinar-se ao capital, do mesmo modo que parte do trabalho que se corporifica em coisas úteis se compra diretamente por renda e não se subordina à produção capitalista (Ibid., p. 146).

Esta última citação tem uma importância singular, pois ressalta que mesmo os serviços que não se fixam em coisas materiais são subjugados pelo capital no processo de produção social, que é, além de produção de mercadorias, produção de mais-valia. Nada tem a ver, assim, o fato de não se corporificar numa coisa vendável; fixa-se num produto mais ou menos durável. Vale reiterar que a característica fulcral do trabalho produtivo, *no capitalismo*, é o trabalho que produz mais-valia, como aponta Rubin (op. cit., p. 285):

Se não tomarmos a 'definição secundária', mas a 'característica decisiva' do trabalho produtivo, que Marx define como trabalho que cria mais-valia, veremos que todos os vestígios de trabalho definido 'materialmente' são eliminados da definição de Marx. Essa definição toma como ponto de partida a forma social (ou seja, capitalista) de organização do trabalho. Essa definição possui um caráter *sociológico* [Grifo nosso].

Em toda a sua crítica à economia política, Marx impõe um indispensável viés sociológico que enfatiza a dinâmica das relações sociais estabelecidas entre os homens, afastando-se de um economicismo positivista, presente na economia vulgar e, especialmente, nas teorias contemporâneas sobre o trabalho, que erguem

edifícios teóricos alicerçados, simplesmente, em números e dados demonstrativos que, obviamente, não ultrapassam a densa crosta da superficialidade.

Para concluir, ficamos com uma citação de Eleutério Prado (2005, p. 51):

As noções de bem e serviço classificam os valores de uso, mas não contribuem para a compreensão do capitalismo como tal. Como se sabe, para tanto é preciso se ater à noção de mercadoria. Dito de outro modo, é preciso considerar o produto do trabalho enquanto forma da riqueza no modo de produção capitalista. Nota-se, então, em primeiro lugar, que a natureza daquilo que é produzido, se vem a ser algo como calça e programa de computador ou se vem a ser algo como corte de cabelo e música, não convém a determinação da mercadoria como tal, pois mercadoria é apenas uma forma do produto do trabalho.

Após os argumentos explicitados nesta seção, a nosso ver, a questão do caráter produtivo do trabalho, em poucas palavras, é uma falsa questão, na forma que contemporaneamente vem sendo colocada. Isso se evidenciará no próximo capítulo.

2 CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E TRABALHO IMATERIAL

A apresentação de alguns elementos centrais da teoria do valor em Marx nos permite agora o confronto com a interpretação de Negri a respeito do capitalismo contemporâneo. O autor italiano nos oferece uma análise das mutações no interior do capitalismo, fundada essencialmente na noção de trabalho imaterial. Além de Marx – nos *Grundrisse* – autores como Guattari, Foucault e Spinoza compõem o espectro de pensadores que nutrem a teoria de Negri, no entanto, apesar da estreita ligação entre esses autores no constructo do *operarista*, nas obras que nos servem para interlocução, Marx é sem dúvida o mais discutido, neste sentido, o diálogo impresso por Negri com o autor alemão será o alvo de nossa atenção.

A linha mestra da trajetória de Negri é a mesma que orienta as teorias sobre o mundo do trabalho desde há muito, qual seja as questões referentes ao desenvolvimento da base técnica no capitalismo e seus desdobramentos; dito de outra forma, o primado das forças produtivas em torno das quais orbitam as análises marxistas desde Marx. Vejamos as considerações marxianas seguintes:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. [...] Em uma certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. (MARX, 1982a. p. 25).

E prossegue:

Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. [...] As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, *antagônicas não em um sentido individual*, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças

produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo. Daí que com essa formação social se encerra a pré-história da sociedade humana. (Ibid., p. 26).

Não apenas no *Prefácio* ao O Capital, como também no *Manifesto do Partido Comunista* e em todos os momentos em sua obra, Marx sublinha de maneira peremptória a necessidade de um sujeito histórico. Mesmo diante de possíveis condições objetivas – materiais – não há transformação social radical que não reivindique a classe trabalhadora como protagonista da *revolução social*. Marx ainda realça no parágrafo supracitado que um movimento, efetivamente opositivo, emancipador, deve ser geral, global, oriundo de um antagonismo que nasce das *condições sociais de vida dos indivíduos*, e nunca de um recorte, uma oposição parcial, advinda de um sujeito ou segmento de classe isolado. Nesses termos cremos, assim como Amorim (2006, p. 91), “... que a teoria política (superação e transição do capitalismo) e a análise do movimento do econômico como sistema contraditório em Marx não podem ser pensadas senão como um movimento teórico e expositivo uno”.

Muitas teses de cunho marxista, especialmente a de Negri, aqui em tela, superdimensionam as forças produtivas sociais mesmo que estejam sob a égide do processo de valorização do capital, creditando ao progresso técnico o advento de uma nova forma social.

Há, assim, uma interpretação sobre o desenvolvimento das forças produtivas que é unilateral. A dialética está cindida. Não há embate social. Os indivíduos não constroem a base material econômico-política da ruptura, pelo contrário, são levados pela lógica sistêmica de expansão dessas forças, ou ainda, é o desenvolvimento das forças produtivas que forjaria o indivíduo e esperaria dele uma tomada de consciência que o projete na direção da transição “rumo ao comunismo”. O primado das forças produtivas, mesmo dentro da lógica da propriedade privada dos meios de produção, que constrangeria sua “evolução”, é tomado como elemento transformador da sociedade, a despeito de um sujeito social de carne e osso. (Ibid., p. 76).

Negri trata das forças produtivas em geral, de seu valor de uso alheio à forma social em questão, abstraindo seu desenvolvimento histórico-concreto atado ao capital e seus imperativos, algo que é estranho a Marx. As potências emancipadoras da ciência e tecnologia no interior do capitalismo estão tolhidas e circunscritas às

demandas do processo de valorização, criadas mesmo por esse processo e para ele, de modo que ainda que o capital em seu movimento contraditório possa criar as bases para a sua própria supressão através do progresso técnico-científico, não estará nas máquinas inteligentes o germe de sua derrocada. Aliada a essa perspectiva, insistente na sociologia do trabalho, outra a complementa e sempre reaparece travestida de novidade.

De um lado temos o desenvolvimento das forças produtivas como motor da história, fundamento da tese do trabalho imaterial como força produtiva central, que atrela uma transformação estrutural ao âmbito econômico; de outro e concomitante, “um ideal de trabalhador isolado (o indivíduo) preso ao seu posto de trabalho” (Ibid., p. 93). Desde a obra³⁶ que marca o nascimento, ou dota de solidez a sociologia do trabalho, as questões ligadas ao resgate da subjetividade operária e à retomada do controle do processo de trabalho foram erguidas à posição de centrais para uma possível ruptura político-revolucionária. A ideia que se assenta na nostalgia do artesão, do indivíduo pleno, do trabalhador integral, sujeito do processo de trabalho e por isso em posse de atributos subjetivos capazes de impor resistência ao capital, está enraizada na formação teórica da sociologia do trabalho e é fruto de diversos desenvolvimentos posteriores. Conforme Amorim:

A questão, nesses termos, pautava-se, então, pela necessidade de humanização do trabalho e da produção capitalistas. Este objetivo calcava-se na perspectiva de um trabalhador pleno, capacitado a exercer sua função parcelar e ainda a manejar o conjunto da produção em geral. [...] A reunificação do trabalho manual e do trabalho intelectual, condição e perspectiva social de rompimento com o capitalismo, estaria, nesse sentido, associada ao resgate ideal-típico da figura do artesão. O objetivo da corporação industrial, como forma de regulamentação em Durkheim, voltaria à cena como momento prévio da revolução socialista, como forma condensada e pedagógica do porvir socialista. (Ibid., p. 98).

A procura teórico-analítica da encarnação do sujeito histórico herdeiro genético do artesão reconcilia-se na figura do trabalhador tecno-científico, qualificado e polivalente pós-taylorista. Amorim aponta como Gorz, em *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, identifica nos trabalhadores especializados o núcleo operário capaz de empreender uma estratégia de transição ao capitalismo

³⁶ Segundo Amorim (2006), a obra que respalda teoricamente a sociologia do trabalho é *Traité de Sociologie du Travail*, escrita por FRIEDMANN & NAVILLE.

(estratégia da mão suja). Um segmento da classe trabalhadora, por ocupar um pseudolugar privilegiado no conjunto das operações produtivas, estaria por isso destinado à condição de baluarte da emancipação social. Segundo Artous (*apud* AMORIM, 2002, p. 99), “(...) *tudo se passa como se fosse possível reencontrar a substância perdida do ofício através da emergência de uma nova classe operária pós-taylorista.*”

Temos de sublinhar que tal perspectiva empalidece o fato de que os trabalhadores especializados são consequência imediata do desenvolvimento das forças produtivas a serviço do processo de valorização, categorias profissionais criadas para melhor atender às demandas desse movimento. Acrescenta-se ainda que esta “qualificação” sugere a desqualificação de milhares de outros trabalhadores, além, é claro, de restringir e condensar o caráter explosivo do operariado a um grupo minoritário de trabalhadores vinculados a núcleos essenciais neste momento para a valorização do capital. A esse respeito vemos que:

Polivalência tem aqui a função de indicar apenas a incorporação de múltiplas tarefas em um mesmo trabalhador, isto é, o trabalhador especializado passa, com a automação da produção, a exercer funções que antigos operários realizavam. Tem-se, assim, a possibilidade de intensificação da exploração do trabalho por um lado, e, por outro, a redução do número de trabalhadores presentes numa empresa automatizada. Em conjunto, esses elementos da última reestruturação produtiva fundamentam um novo quadro de subordinação dos trabalhadores em relação ao capital: crescente intensificação do ritmo de trabalho, diminuição dos postos de trabalho, acúmulo de funções, qualificação técnica individualizada, porém, com desqualificação progressiva para o coletivo de trabalhadores. (*Ibid.*, p. 102, nota de rodapé 158).

Sob esse prisma evidencia-se no trabalhador isolado detentor de um conjunto de conhecimentos técnicos oriundos da automação, ou seja, do desenvolvimento das forças produtivas, o reduto político-ideológico anticapitalista. A formação técnica desse trabalhador o credenciaria a pôr abaixo a estrutura social capitalista e anunciar o projeto político da sociedade futura. Desta maneira abandona-se o viés da luta de classes em nome do primado das forças produtivas que, em nome do desenvolvimento capitalístico, automaticamente faz emergir um conjunto de trabalhadores cognitivos, especializados, dotados de uma subjetividade contrária ao sistema no qual estão integrados. Amorim define esta combinação: desenvolvimento

das forças produtivas e a ideia do trabalhador isolado, resgate da aura do artesão como um *anacronismo projetivo* ou *utopia regressiva*.

A luta de classes é deslocada para um plano secundário e passa-se a aguardar que o próprio capital promova ele mesmo seu antípoda. A conjunção desses dois vieses alojados na sociologia do trabalho desde sua formação é o alicerce sobre o qual foram erguidas as teorias da não centralidade do trabalho assim como a teoria do trabalho imaterial como força produtiva central. Essa interpretação de cunho objetivista sublinha demasiadamente os aspectos econômicos em detrimento da forma social na qual se movem e desenvolvem as relações sociais. Amparados nessas noções, alguns autores deduzem do fim do industrialismo o simultâneo fim de Marx, como se a teoria de Marx fosse uma teoria sobre a industrialização; decorre daí também o fim da classe trabalhadora, como se o trabalho vivo em Marx fosse apenas trabalho imediato, configura-se, assim, a desnecessidade de um sujeito histórico ou de uma revolução social. Deste modo, essa “interpretação particular das forças produtivas/relações de produção em Marx foi eleita como chave-mestra para a compreensão das reestruturações produtivas no mundo” (Ibid., p. 94). O aparecimento de um trabalhador patrono das condições de trabalho caracterizado pela posição “especial” ocupada no interior da divisão do trabalho e por isso agente por excelência da transformação social converte-se em vetor das teorias sobre o capitalismo em seu atual estágio de desenvolvimento, como aponta Amorim:

Em síntese, nosso argumento geral para discutirmos as teorias do imaterial, passando pela não-centralidade do trabalho, é de que a problemática das forças produtivas nas análises das transformações na produção são eminentemente economicistas, isto é, são pensadas com base na incorporação de elementos técnicos à produção fruto de um desenvolvimento das forças produtivas, o que acaba por consagrar uma leitura presa às categorias profissionais como portadoras de um “conteúdo” revolucionário: ora ao operário tecno-científico, ora aos “operadores de informação”. Portanto, as possibilidades da organização política da classe trabalhadora são fundamentadas com base no horizonte da assimilação/formação/qualificação técnica dado pelo desenvolvimento das forças produtivas. (Ibid., p. 97).

Realçamos que a teoria do trabalho imaterial como força produtiva central, portanto, alinha-se a esta tendência ligeiramente exposta nos parágrafos acima, que comunga o desenvolvimento inexorável das forças produtivas no capitalismo com a

formação uma categoria profissional revolucionária; desta combinação resultaria o fim, pacífico e consensual da era do capital. Pretendemos adensar essa discussão ao longo deste capítulo demonstrando como esse duplo movimento teórico está impresso no pensamento de Negri e sugerir um entendimento dos processos em curso, especialmente no que tange ao desenvolvimento das forças produtivas, a partir de Marx.

2.1 As raízes da teoria do trabalho imaterial: o *operarismo* italiano

Conforme a professora Maria Turchetto³⁷ o movimento operarista nasce em julho de 1961, por ocasião da publicação da revista *Quaderni Rossi*, que ao lado das revistas *Classe operaia* e *Potere Operaio* servem de laboratório para o desenvolvimento das ideias centrais do recente movimento neomarxista italiano: o operarismo. A autora indica entre os principais pensadores desse movimento Raniero Panzieri, Mario Tronti e Antonio Negri.

Turchetto (2004) afirma que ao longo de um percurso teórico-analítico o operarismo é crivado de “correções, viradas e variáveis”, sem com isso perder alguma identidade, ao “menos uma fisionomia bem definida”. As questões operaristas desde sua gênese ancoram-se nos *Grundrisse*³⁸ de Marx, substancialmente na passagem sobre o desenvolvimento da maquinaria. Neste ponto, afirma Amorim (2006, p. 118): “talvez, a relação mais direta com Marx esteja

³⁷ Professora do Departamento de Estudos Históricos da Universidade de Veneza e presidente da Associação Cultural “Louis Althusser”, além de integrante do Conselho de colaboradores internacionais de Crítica Marxista.

³⁸ Turchetto (2002, p. 85 nota de rodapé 2) transcreve de Marx o fragmento dos *Grundrisse* “ritualizado” entre os operaristas: “O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se apóia a riqueza hodierna, apresenta-se como uma base miserável com relação à nova base que foi criada pela mesma grande indústria. Não apenas o trabalho em sua forma imediata deixou de ser a grande forma da riqueza, o tempo de trabalho deixa de ser e deve deixar de ser a sua medida, e assim o valor de troca deixa de ser medida do valor de uso. A *mais-valia da massa* deixou de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral, assim como o *não-trabalho de poucos* deixou de ser condição do desenvolvimento das forças gerais da mente humana. Com isto a produção baseada no valor de troca arruína-se, e o processo de produção material imediato perde também a forma da miséria e de antagonismo. (...) o livre desenvolvimento da individualidade...” (K. Marx, *Lineamenti fondamentali della critica dell'economia política*, Florença, La Nuova Italia, 1978, vol. II, p. 401). A professora acrescenta, com uma boa dose de ironia: “Para quem hoje se identifica com o operarismo, este breve texto representa a referência de Marx *necessária e suficiente*: é tudo o que se precisa saber de Marx”.

na passagem em que, nos *Grundrisse*, o autor indica a superação da produção com base no tempo de trabalho”. Ao já ritualizado fragmento dos *Grundrisse* unem-se outros “dispositivos de reconhecimento” terminológicos como “*general intellect*, composição de classe e autonomia” (TURCHETTO, 2004, p. 85). Para a pensadora italiana o operarismo emergiu como uma teoria crítica de fôlego que no decurso dos anos converteu-se numa “referência empobrecida, uma coleta de palavras que tem a aparência de uma teoria e que agrega unidade e identidade aparente a posições confusas, refém de modas culturais ou da nostalgia” (Id. *Ibid.*).

A III Internacional Comunista é marcada, dentre outras coisas, pela ideia ortodoxa do desenvolvimento das forças produtivas que, uma vez alargadas no capitalismo, pavimentariam o caminho da humanidade ao comunismo; nesse sentido o que obstacularizaria o desabrochar do progresso técnico (emancipador) seria a “anarquia do mercado” e a “iníqua distribuição da riqueza social que caracterizam o capitalismo”. Essa ideia de distinção entre propriedade privada e mercado (capitalismo) e propriedade pública e planificação (socialismo) “(...) comporta a aceitação substancial da organização capitalista da produção” (Id. *Ibid.*, p. 85). As primeiras investidas teóricas operaristas impõem uma crítica severa a esta tradição marxista e ao caráter apologético do desenvolvimento das forças produtivas. Segundo Panzieri:

Diante do encontro capitalista de técnica e poder, a perspectiva de um uso alternativo (operário) das máquinas não pode, evidentemente, fundar-se na inversão pura e simples das relações de produção (de propriedade), concebidas como invólucro que a um certo grau de expansão das forças produtivas seria destinado a cair simplesmente porque tornado muito restrito: as relações de produção estão dentro das forças produtivas, estas são “plasmadas” pelo capital. (PANZIERI, 1994 *apud* TURCHETTO, 2004, p. 86).

Como observa Amorim (2006), a pergunta fundamental para Panzieri é: como pensar as forças produtivas capitalistas se nelas estão plasmadas as relações sociais de produção do capital? As forças produtivas devem ser entendidas como parte constituinte do capitalismo e lugar fundamental do domínio despótico do capital; assim, com Panzieri, o operarismo nasce como uma teoria radical capaz de atualizar a crítica ao capitalismo. Aqui o desenvolvimento das forças produtivas não é desvencilhado das determinações sociais que conformam o capitalismo.

É bom sublinhar a importância teórica desta crítica: a sua originalidade faz do “operarismo” italiano daqueles anos um ponto alto da elaboração marxista européia. De um lado, realmente, trata-se de uma verdadeira “revolução copernicana” no que diz respeito ao marxismo oficial de matriz na III Internacional, de outro, não segue as vias “filosóficas” (o humanismo, como dirá Althusser) da Escola de Frankfurt e do chamado “marxismo ocidental”, até então a única voz dissonante da ortodoxia no panorama europeu, estreitando bem mais os laços com a luta operária. (TURCHETTO, 2007, p. 86).

No interior da crítica operarista (em seu momento inicial) um conjunto de conceitos marxianos são trazidos à tona e desenvolvidos, a exemplo, da subordinação formal e real, bem como a ideia de expropriação subjetiva dos produtores, conceitos “recuperados e aplicados ao estudo do ‘neocapitalismo’ e da fábrica fordista”. O capitalismo nesses termos não é reduzido à existência da propriedade privada ou do mercado; o operarismo pretende revitalizar a noção marxiana de modo de produção, estreitada outrora pelo marxismo da III Internacional. Antes de qualquer outra caracterização, o capital é acima de tudo uma bomba de sucção de trabalho vivo; capital é trabalho alienado, é sobre-trabalho, é, “(...) antes de mais nada, um tipo de organização do trabalho que encontra plena expressão nos cânones do taylorismo e do fordismo” (Ibid., p. 87).

O operarismo configura-se como um esforço teórico e prático de luta contra o capitalismo pós-guerra na Itália, uma tentativa de atualização do marxismo à luz da ofensiva do capital. Aspira-se com isso à construção de novas categorias analíticas e interpretativas. Nessa esteira nascem os conceitos de “operário massa” e “composição de classe”. O operário massa no universo fordista é assim descrito:

“O ‘operário massa’ é o novo sujeito produtor do ‘neocapitalismo’, tecnicamente desqualificado com relação à figura precedente do ‘operário especializado’, é ‘subjetivamente expropriado’, ‘realmente subordinado’ ao capital, erradicado socialmente e politicamente privado de tradição. Todavia, é considerado portador de uma fortíssima potencialidade de conflito. A ‘composição de classe’ quer exprimir o nexo entre características técnicas, objetivas, que a força de trabalho apresenta em um dado momento histórico pela sua colocação na organização capitalista do processo produtivo, e aquelas que são, diferentemente, suas características políticas, subjetivas: de fato, a síntese desses aspectos determina o potencial da luta de classe”. (Id. Ibid., p. 87).

A pensadora entende que com o conceito de “composição de classe” o operarismo conserva o caráter revolucionário da classe trabalhadora, detentora de

uma “*fortíssima potencialidade de conflito*”. Esta potência transformadora não é vista de cima, ou seja, de um plano abstrato; inversamente, é extraída das condições histórico-concretas do trabalhador imerso na organização produtiva fordista/taylorista (neoliberalismo). Um trabalhador aviltado e mecanizado: “*tecnicamente desqualificado*”, “*subjetivamente expropriado*”, “*realmente subordinado*”. As condições objetivas de trabalho permitem a reflexão sobre as possibilidades de recomposição política e subjetiva da classe operária; nessa direção o operarismo é indubitavelmente uma teoria que se pretende de fôlego, suscitando reflexões teóricas calcadas na dinâmica histórica.

Os conceitos de “operário massa” e “composição de classe” surgem como resposta aos movimentos sindicais italianos que adotaram a defesa da “profissão”. O movimento operarista considerava essa linha de embate defensiva e ancorada na ausência de uma problematização crítica que conduzia os sindicatos a identificar “‘profissão’ com as ‘qualificações’ ditadas pela organização capitalista do trabalho” (Ibid., p. 88). Essa estratégia sindical visa reviver a ideia do operário especializado de outro momento histórico, contudo, essa opção tática acaba por tornar os sindicatos parceiros das novas ideologias empresariais fundadas na parceria entre trabalhadores e empreendedores, engessando aquela “*fortíssima potencialidade de conflito*” identificada pelo operarismo, conforme Panzieri:

A substância dos processos de integração é aceita, reconhecendo-se neles uma necessidade intrínseca que surgiria fatalmente do caráter da produção “moderna” [...]. Nem mesmo se suspeita de que o capitalismo possa servir-se das novas “bases técnicas” oferecidas pela passagem dos estágios precedentes àquele de mecanização estimulada (automação) para perpetuar e consolidar a estrutura autoritária da organização fabril. (PRANZIERI, 1961 *apud* Id. Ibid.).

Em Panzieri os aspectos técnicos estão sempre em umbilical associação com as relações sociais de produção; sendo assim, o capitalismo é compreendido como um todo orgânico e como uma força totalizante. Qualquer crítica que unilateralizar a análise, sublinhando apenas recortes, tende a favorecer apenas a manutenção do capitalismo. Com isso, segundo Turchetto (Id. Ibid.), “Esse ‘operarismo’ das origens – em substância, a elaboração dos primeiros *Quaderni Rossi* – parece ter as credências para ser uma *boa teoria*: uma teoria que possui um forte catalisador crítico”. No entanto, a professora Turchetto entende que esse movimento de

vanguarda teórica ao longo dos anos dissolve-se ao ponto de hoje se tornar apenas uma “referência empobrecida, (...) refém de modas culturais ou da nostalgia”. Acompanhem os argumentos que conduzem Turchetto a essa conclusão.

Em 1963 houve uma ruptura teórica no interior do operarismo; nomes como Tronti, Negri e Alquati abandonam a redação dos *Quaderni* para fundar uma nova revista, intitulada *Classe Operária*. A dissidência se dá em torno da relação entre fábrica e sociedade; em todo o operarismo, mesmo em Panzieri, está presente a ideia de que a lógica da fábrica se estende por toda a sociedade. Contudo, essa reflexão ganha tons diversos entre os autores.

Para Tronti (*apud* TURCHETTO, 2004, p. 89-91), instaura-se uma cisão, ou antes, uma relação de oposição entre fábrica e sociedade, no sentido de que, se é a lógica fabril que se estende à sociedade, as contradições só podem residir na fábrica, isso porque, como aponta Amorim (2002, p. 121), “Tronti, (...) estabelece uma relação direta entre fábrica e sociedade, caracterizando um nexo entre tais espaços, e entre suas lógicas sociais”. Existe aqui uma subordinação da sociedade ao plano da fábrica, em termos operaristas, uma sociedade-fábrica. O antagonismo central para Tronti não seria aquele entre forças produtivas e relações de produção, mas outro, entre processo produtivo e processo de valorização. O primeiro diz respeito à fábrica, e o segundo à sociedade, conforme a passagem a seguir:

Na sociedade a força de trabalho apresenta-se como valor de troca: nesse papel, o trabalhador é vítima do mercado, atomizado, inofensivo, consumidor passivo, incapaz de desenvolver qualquer resistência ao capital. Na fábrica, inversamente, a força de trabalho é valor de uso: enquanto tal, mesmo adquirida pelo capitalista, não cessa de pertencer ao mesmo trabalhador que, nessa base, conserva a própria capacidade de ser um antagonista e, inserido no mecanismo da produção cooperativa, a desenvolve em formas de ação coletiva (TURCHETTO, op. cit., p. 90).

Verificamos assim que a formulação de um projeto revolucionário aqui abandona e/ou secundariza as lutas travadas no interior da sociedade que não sejam conduzidas por assalariados; bane-se a possibilidade de uma articulação teórico-prática ente as lutas da fábrica e as lutas sociais, pois, para Tronti, a fábrica estende-se progressivamente à sociedade. Nesses termos, “(...) a oposição inicial entre fábrica e sociedade é destinada a se resolver na prevalência do primeiro sobre o segundo”. Conforme Tronti,

Ao nível mais alto do desenvolvimento capitalista, a relação social torna-se um momento da relação de produção, a sociedade inteira torna-se uma articulação da produção, isto é, toda a sociedade vive em função da fábrica e a fábrica estende o seu domínio exclusivo sobre toda a sociedade. (TRONTI, 1962 *apud* Ibid., p. 90).

Como mencionamos anteriormente, essa era uma concepção comum entre os operaristas; mesmo Panzieri acreditava que ao passo que o capitalismo se desenvolve mais, a organização da produção se estende à sociedade; entretanto, há aqui apenas uma aparente semelhança, que esconde noções bem distintas. Panzieri entende a extensão da fábrica para a sociedade como um processo de planificação econômica característico do neocapitalismo: quanto mais desenvolvido o capitalismo, mais organizado ou mais padronizado e menos anárquico. A cada estágio de seu desenvolvimento o capitalismo melhor regula toda a sociedade, melhor modela a sociedade aos seus imperativos. “Dessa forma, inscreve-se na lógica do primado das forças produtivas e se vincula ao marxismo ortodoxo quando caracteriza a presença de estágios históricos do capitalismo em direção a uma sociedade mais regulada” (AMORIM, 2006, p. 122).

Cabe aqui uma observação: em relação ao marxismo ortodoxo, Panzieri impõe apenas uma crítica: a de que não há a possibilidade de definirmos entre os estágios qual será o último. Assim, em “Panzieri, a ideia de ‘plano’ que da fábrica se estende à sociedade refere-se, substancialmente, ao fenômeno de crescente *concentração* capitalista e aos seus efeitos” (TURCHETTO, 2004, p. 91), ou seja, quanto mais concentrado o capitalismo, mais próximo de um novo estágio, portanto, de uma determinada planificação. Por outro lado, a “fabricação” da sociedade em Tronti está vinculada ao fenômeno da terceirização, que se traduz na crescente funcionalidade de esferas de ação social diferenciadas da produção. Tronti compreende a expansão do setor de serviços como transformação de todo trabalho em trabalho industrial. Assim, observa “(...) a generalização da relação de trabalho assalariado, a proletarização de vastas camadas da população, a submissão direta às exigências da produção de setores tradicionalmente considerados improdutivos” (Ibid., p. 92).

Turchetto conclui que essa reflexão se assenta numa leitura hegeliana de algumas passagens dos *Grundrisse* de Marx, em que a produção aparece por um lado como um momento particular, assim como outros momentos: distribuição, troca

e consumo; e por outro, como momento geral da produção capitalista, que “(...) comporta e supera tanto a si própria (...) quanto os outros momentos”— Marx (*apud* *Ibid.*, 92). Desta forma, Tronti entende essa distinção não conceitualmente ou metodologicamente, mas sim como processo histórico.

[...] as interpretações de Tronti sobre essas passagens conceituais de Marx são feitas com base em uma leitura que caracteriza o capitalismo dentro de uma concepção de progressão social, de uma evolução que tem como fase inicial a produção que iria, ao se estender, englobando outros momentos da produção em geral. (AMORIM, 2004, p. 123).

Nas palavras de Tronti:

Quanto mais avança o desenvolvimento capitalista, quanto mais penetra e se estende a produção de mais-valia relativa, tanto mais necessariamente encerra-se o círculo produção-distribuição-troca-consumo, tanto mais faz-se orgânica a relação entre produção capitalista e sociedade burguesa, entre fábrica e sociedade, entre sociedade e Estado. (TRONTI, 1971 *apud* TURCHETTO, 2004, p. 92).

Com o desenvolvimento do capitalismo a lógica da fábrica se estende por toda a sociedade a ponto de não haver mais distinção entre esta e aquela. O processo social é, desde já, “integrado num único processo de produção-reprodução, então todos os membros subordinados da sociedade fazem parte de um complexo ‘operário social’ contraposto a um capital que encarna todo comando” Tronti (*apud* *Ibid.*, p. 93) — Apesar de oferecer os fundamentos para a formulação do conceito de operário social, será Negri a colocar no centro de suas reflexões essa noção.

Chegam os anos 1970, e um conjunto de transformações põe-se em curso. São anos de crise, de reestruturação e forte repressão política. A recessão econômica oriunda, dentre outros fatores, da crise do petróleo e da queda na taxa de lucro, amplifica a irracionalidade e a predatorialidade do sistema de capital. Reduções de salários, redimensionamento das unidades produtivas, demissões em massa compõem o cenário, e as empresas capitalistas redefinem suas estratégias de controle do trabalho e inauguram um conjunto de proposições ideológicas associadas à parceria entre patrão (empreendedor) e trabalhadores (parceiros). Nesse diapasão, os sindicatos recuam e, mais que defensivos, tornam-se

reacionários, reavivando a velha linha de “luta” baseada na defesa da profissão. As grandes lutas coletivas desaparecem do horizonte em nome de um acovardado elitismo operário, como aponta Turchetto:

Junto com os processos que acompanham a reestruturação — reorganização de seções, mobilidade, demissões — passam, naturalmente à eliminação dos quadros operários mais ativos, à ‘normalização’ das seções mais turbulentas, em uma palavra, o que podemos definir como uma consciente ‘decomposição de classe’: o dismantelamento técnico das antigas ordens produtivas é ao mesmo tempo dismantelamento político da força operária conquistada no ciclo de lutas precedente. (Ibid., p. 93).

A ancestral ideia do primado das forças produtivas novamente agiganta-se entre a esquerda e serve de bússola para as novas estratégias operárias. O proletariado é convocado a “desfraldar a bandeira da produtividade”, instituindo uma aliança “necessária” com os setores produtivos da burguesia em nome desta libertação mítica, irradiada pelo desenvolvimento técnico. Nesse momento instauram-se no operarismo duas perspectivas: Tronti e a “autonomia do político”, e Negri e seu “operário massa”.

Tronti adota a linha da “autonomia do político”. O mesmo Tronti que soterrou as fronteiras entre fábrica e sociedade agora reconstrói esta zona distintiva e credita ao Estado uma posição de autonomia em relação à sociedade. Segundo Amorim (2002, p. 124), há, “com isso, uma reavaliação do papel do partido político, que teria de equacionar institucionalmente as lutas e reivindicações provenientes do chão-de-fábrica”. A via político-institucional é agora a trincheira para a resistência proletária contra a ofensiva do capital. Turchetto descreve esse movimento empreendido por Tronti como a *traição dos sacerdotes*; em seus termos, a “linha da ‘autonomia do político’ (...) serve sobretudo para conduzir uma parte dos militantes e dos teóricos operaristas para a segurança da política parlamentar e da academia oficial.” (Ibid., p. 94).

As reflexões de Negri giram em torno do fenômeno da terceirização, de onde emerge a inspiração teórica para a criação do “operário social” em substituição ao “operário massa” do fordismo/taylorismo”.

Diante das imponentes modificações provocadas – ou em vias de serem determinadas – pela reestruturação, o corpo da classe operária distende-se e articula-se em corpo de classe social [...]. Depois que o proletariado tornou-se operário, o processo é inverso: o operário torna-se operário do setor terciário, operário social, operário proletário, proletário. (NEGRI, 1976, p. 9 *apud* TURCHETTO, 2004, p. 95).

A questão é colocada por Negri nos termos seguintes: o fordismo/taylorismo configura um esforço do capitalismo para dirimir a força dos trabalhadores qualificados, e desta forma imprime um processo de massificação e desqualificação do trabalho; no entanto, se este trabalhador (*operário massa*) não tem individualmente o mesmo potencial de luta do antigo trabalhador especializado, por outro lado, consegue dotar a luta operária de um caráter mais coletivo e igualitarista, e assim se apresenta como um antagonista ainda mais ameaçador ao capital. O capitalismo consciente do fracasso de sua estratégia, imediatamente orchestra um novo projeto de sujeição do trabalhador com a reestruturação produtiva, e nesse contexto é que emerge o novo sujeito antagonista, o *operário social*, que, já idealizado por Negri, restava apenas esperar por sua manifestação concreta.

Percebemos em Negri um forte idealismo, pois o sujeito revolucionário nasce antes na teoria que na realidade. Este determinismo do pensamento funda-se na ideia, presente em Negri, de que o capitalismo caminha em sentido progressivo, percorrendo estágios inevitáveis expressos no desenvolvimento das forças produtivas, ainda que em Negri, como bem observa Amorim, “(...) a classe operária parecesse como reguladora desse desenvolvimento” (AMORIM, 2006, p. 125-126). Temos com isso que novamente o desenvolvimento técnico faz a história; além disso, podemos fazer outra inferência: o capitalismo não desenvolve as forças produtivas como um imperativo da lei do valor, mas sim por uma imposição da classe operária. Os trabalhadores empurrariam o capitalismo até o último estágio de seu desenvolvimento tecnológico; esse último capítulo da história do capitalismo teria sido escrito, ou melhor, profetizado, por Marx nos *Grundrisse*:

o roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual se apóia a riqueza hodierna, apresenta-se como uma base miserável com relação à nova base que se desenvolve ao mesmo tempo que foi criada pela grande indústria [...]. Com isto, a produção baseada sobre o valor de troca é arruinada³⁹. (MARX, 1978, p. *apud* TURCHETTO, 2004, p. 96).

Turchetto acrescenta,

Negri não tem dúvidas, a profecia de Marx já foi realizada: não é mais o trabalho que cria riqueza, mas a ciência e a técnica, o general Intellect que não reside na fábrica e sim na sociedade. O capitalismo já foi extinto, superado pelo seu próprio desenvolvimento, economicamente inútil; sobrevive como pura vontade de domínio, mera coerção 'política', já desligada do processo de criação do valor. (TURCHETTO, 2004, p. 96).

Desta forma são abandonadas as ideias vetores dos primeiros anos do operarismo: não é mais a lei da mais-valia e sim as lutas operárias que levam o capitalismo a desenvolver incessantemente as forças produtivas; a luta proletária não é mais travada no interior da produção, mas sim no âmbito do que Negri chama de práticas de “reprodução da força de trabalho”, que, traduzindo, situam-se na esfera da circulação e do consumo, onde o comportamento dos sujeitos preserva autonomia em relação às práticas de sujeição capitalistas; como decorrência disso, no tempo “livre” a classe trabalhadora funda espaços políticos de resistência (anticapitalistas), estranhos à lógica de produção de mais-valia relativa e do controle do capital. Poderíamos dizer que enquanto em Tronti o escapismo o conduz à acalentada coxia do Estado (autonomia do político), em Negri o escapismo o leva à “autonomia da reprodução”, ou seja, os sujeitos longe da produção desaparecem das vistas do capital e podem finalmente ser livres.

Os anos 80 serão marcados por um conjunto de utopias germinadas pelas mirabolantes inovações tecnológicas encarnadas na noção de sociedade pós-industrial.

A literatura que nos anos 80 acompanha o advento das novas tecnologias é clamorosamente apologética: otimista, carregada de belas promessas, orientada – como toda a publicidade – ao imaginário coletivo mais que à produção de conhecimento. Raramente a ciência que se ocupa desses problemas esteve tão próxima da ficção científica: misturando futurologia com fantasia sociológica, mostrava uma tecnologia onipotente diante de uma sociedade totalmente maleável. Não só onipotente, mas também boa, a tecnologia fará aquilo que os grandes movimentos sociais não souberam fazer: se encarregará de corrigir as deficiências do capitalismo, incluindo

³⁹ Essa passagem, segundo Turchetto, converte-se em hino a partir de Negri.

seus atos mais graves perpetrados contra a humanidade e a natureza. (Ibid., p. 97).

Trabalhar agora é lazer, é gozo; não há mais a necessidade de luta entre trabalho e capital, até porque o trabalho desapareceu, pois mais uma vez é retomado o mito do fim do trabalho. Para este mito concorrem dois fatores. O primeiro diz respeito às tecnologias de automação, economizadoras de trabalho humano; em segundo, inicia-se um processo de expulsão de mão de obra, não apenas na fábrica como também em outros setores não automatizados, mas enxugados. Com isso “chega-se à conclusão de que o trabalho, como produto limitado e em vias de extinção, por conta do processo de automação, já dá sinais de seu fim próximo, e, portanto, de sua superfluidade”.

Segundo Turchetto, esses mitos agradam aos operaristas, pois a ideia de uma sociedade pós-industrial corrobora a primordial perspectiva operarista: de que a fábrica se estende e dilui na sociedade a ponto de desaparecer. Assim, o mito do fim do trabalho e de uma sociedade absolutamente automatizada torna inútil o comando capitalista, e, o capitalismo já estaria obsoleto, persistindo apenas por uma perversa vontade de prolongar os limites da necessidade histórica da estrutura de poder existente. Devemos sublinhar que sob este prisma a questão é política e não material. Nesta ótica, o comando capitalista é cada vez mais separado da produção material, conforme a passagem a seguir:

No final, é apenas um modo de pensar, de representar a realidade, de produzir sentido e regras lingüísticas, difundido em toda parte e interiorizado por todos: operários ‘inteligentes’ da fábrica integrada, engenheiros eletrônicos, gerentes, intelectuais. Todos pertencemos ao mesmo conceito ‘força de trabalho cognitiva’ desse sistema enquanto o aceitamos, mas todos somos igualmente ‘intelectualidade de massa’ capaz de retirar-se a si própria [...]. (Ibid., p. 98 grifo da autora).

Dessa forma o operarismo termina, com Negri, de maneira patética; sempre segundo Turchetto, numa tentativa de evocar a fúria de novas palavras para salvar sujeitos que não existem. Para essa autora, conclui-se assim a parábola do operarismo: do operário massa ao operário social ou trabalhador imaterial, que em Antonio Negri nasce dos escombros do capitalismo como a classe revolucionária. Turchetto critica fortemente Negri, que acaba por fim aliando-se à “globalização, à Europa e ao federalismo, com formulações sempre mais delirantes (“federalismo

nômade' como 'programa dos proletários europeus' pela 'reapropriação dos espaços administrativos". Finaliza afirmando que o operarismo nas mãos de Negri "tornou-se uma *péssima teoria*: um pensamento paralisado, (...) uma ideologia consoladora, se não uma verdadeira alucinação que impede a visão daquilo que não deseja ver" (Ibid., p. 99). Notamos nessa breve incursão pelo operarismo que o pensamento de Negri termina por filiar-se fortemente ao ideário neoliberal, entusiasmando a propaganda do empreendedorismo recoberto com o manto do marxismo.

2.2 Trabalho Imaterial e a Sobredeterminação da Esfera Política

O movimento que começa com os *Quaderni* ganha notoriedade e expressão global sob a tutela de Negri, aclamado no século XXI, tanto e principalmente, pela direita como por segmentos da esquerda. Na esteira das teses sobre a não centralidade do trabalho segue a teoria do trabalho imaterial, já contida no conceito de *operário social*, como vimos no tópico anterior. Apresentaremos agora alguns dos elementos centrais da teoria do imaterial, para adiante tecermos algumas considerações.

Negri em *Império* afirma que a passagem do modelo fordista para o pós-fordista significa a transição da "modernidade" para a "pós-modernidade". Institui-se assim um "novo paradigma global", na linha de raciocínio de Negri: a necessidade irrefreável de expansão do capital o leva a recobrir todas as dimensões da vida. O autor caracteriza a modernidade como uma "sociedade-fábrica" (herança operarista) ou, de outra forma, "sociedade disciplinar". O capitalismo transforma um enorme contingente de seres humanos em trabalhadores assalariados, posição que os define tanto materialmente como subjetivamente. Ao massificar a produção e submeter a humanidade à produção de valores de troca, o capitalismo acaba por dar um *tiro no pé*.

De um lado, enormes populações passaram pelo que pode ser chamado de emancipação salarial [...]. Emancipação salarial significa a entrada de grandes massas de trabalhadores no regime disciplinar da moderna produção capitalista [...]. Entrar no sistema de salários pode ser sangrento (e tem sido); pode reproduzir sistemas de repressão feroz (e tem feito isso); mas mesmo nos barracos das novas comunidades de choupanas e favelas, a relação salarial determina a constituição de novas necessidades, de novos desejos e demandas. [...] são imbuídos de um novo desejo de libertação. (HARDT;NEGRI, 2005, p.273).

A sociedade disciplinar (modernidade capitalista) assim produz o seu antagonista; a sua antítese, segundo Negri, “constrói o desejo de escapar do regime disciplinar, e tendencialmente, uma multidão indisciplinada de operários que querem ser livres” (Id. Ibid.). O controle capitalista sobre a sociedade é progressivamente dificultado por essa recusa ao trabalho e à disciplina fabril; neste “ponto, os regimes capitalistas precisam passar por um processo de reforma e reestruturação para assegurar sua capacidade de organizar o mercado mundial” (Ibid., p. 275). O capitalismo agora deve reinventar formas de controle dos trabalhadores, controle este não mais ligado a formas de aprisionamento a produção, mas mecanismos políticos que compreendam e gerenciem a favor do capitalismo as novas e explosivas subjetividades, em sua natureza, anticapitalistas.

Negri considera insuficiente o conceito marxiano de subordinação real, pois, para o autor, este conceito não dá conta das “externalidades”, ao exclusivizar a produção em detrimento dos espaços de “reprodução da força de trabalho”. “A transição da subordinação formal para a subordinação real precisa ser explicada por meio de práticas de forças subjetivas em atividade” (Ibid., p. 276). Fica patente que para Negri não é a lei do valor ou lei da mais-valia relativa (Panzieri) que determina o desenvolvimento do capitalismo; de outra forma, é o proletário que “*inventa, efetivamente, as formas sociais e produtivas que o capital será forçado a adotar (...)*” (Ibid., p. 289).

Podemos constatar em Negri uma sobredeterminação do político em relação ao econômico. Nessa direção, os conflitos sociais transferem-se para o âmbito do poder político. Conforme Negri (*apud* MELLO, 2007, p. 36) “(...) somente o político pode arrancar o econômico de sua tendência que o leva a se misturar com o social e realizar a si próprio na autovalorização”— Essa interpretação não é estranha ao operarismo; relembremos Tronti e a “autonomia do político”.

O proletário, portanto, põe fim ao processo de modernização capitalista e conduz a história à pós-modernidade (sociedade de controle), que dentre outras coisas, é marcada por um amplo processo de desindustrialização. Em “outras palavras, a produção industrial já não estende sua dominação sobre outras formas econômicas e outros fenômenos sociais” (HARDT; NEGRI, op. cit., p. 306); em solo pós-moderno os serviços são a principal forma de ocupação, e isto é muito significativo para Negri, pois a lógica que preside as atividades nesse setor é distinta da dinâmica industrial; enquanto naquele o trabalho consiste na transformação da natureza (trabalho imediato), neste o “conhecimento”, “informação”, “afeto” e “comunicação” ocupam lugar privilegiado. Diante desta “novidade” altera-se também a qualidade e a natureza do trabalho vivo. O autor define serviços como o trabalho que não produz bens materiais.

Como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como trabalho imaterial – ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação. (Ibid., p. 311).

Os serviços assim coincidem com o trabalho imaterial em Negri: trabalho que não resulta em coisas, bens duráveis. Além disso, trabalho imaterial é trabalho baseado no conhecimento, na informação e cooperação. Negri enriquece a determinação deste trabalho quando acrescenta que a “outra face do trabalho imaterial é o *trabalho afetivo* do contato e interação humanos” (Ibid., p. 313). Em consequência da informatização e da emergência do trabalho imaterial a teoria do valor de Marx se torna obsoleta; diante da impossibilidade de mensuração das atividades laborais, o trabalho não pode mais ser reduzido a trabalho abstrato. Negri afirma que com as mutações do trabalho – agora *Intellect geral* – a lei do valor entra em crise: “o valor não pode ser reduzido a uma medida objetiva” (MELLO, 2007, p. 26); para o pensador italiano a teoria do valor de Marx é uma “teoria da medida do valor” (HARDT; NEGRI, op. cit., p. 306).

O que marca a pós-modernidade é a noção de desmedida; o valor, portanto, está “além da medida”. Segundo Negri, no “Império, a construção do valor tem lugar *além da medida*” (Ibid., p. 378). Isso supõe uma atualização da lei do valor. Negri sugere uma nova substância para o valor na era dos “incomensuráveis”.

O que precisamos ressaltar a esta altura, entretanto, é algo mais substancial do que a simples reivindicação de que o trabalho continua sendo o fundamento constituinte central da sociedade enquanto o capital se transforma para entrar em seu estágio pós-moderno. Ao passo que “fora da medida” se refere à impossibilidade de o poder calcular e ordenar a produção em nível global, “além da medida” se refere à vitalidade do contexto produtivo, à expressão do trabalho como desejo, e à sua capacidade de constituir o tecido biopolítico do Império de baixo para cima. Além da medida se refere ao novo lugar no não-lugar, o lugar definido pela atividade produtiva que é autônoma em relação a qualquer regime externo de medida. Além da medida se refere à virtualidade que investe todo o tecido biopolítico da globalização imperial (Ibid., p. 379).

E prossegue:

[...] O trabalho que abriu as jaulas da disciplina econômica, social e política, e ultrapassou todas as dimensões reguladoras do capitalismo moderno, juntamente com sua forma estatal, agora aparece como atividade social geral. O trabalho é excesso produtivo com relação à ordem existente e às regras de sua reprodução. Esse excesso produtivo é ao mesmo tempo resultado da força coletiva de emancipação e substância da nova virtualidade social das capacidades de produção e libertação do trabalho (Id. Ibid.)

Além da medida tem, conforme notamos acima, uma conotação política, o que significa que a nova substância do valor são os “afetos, a comunicação e a linguagem”, elementos presentes na produção das subjetividades ou no terreno da biopolítica. O trabalho nesse contexto não produz mais-valia, mas produz a própria sociedade, na forma de produção de subjetividade; Negri define este como “poder constituinte” ou “biopoder” que representa a “sabedoria passional cotidiana dos afetos” (Ibid., p. 380). O utilitarismo econômico, instrumental e disciplinador do industrialismo não possui as ferramentas ou mecanismos necessários para submeter esta nova força ativa do trabalho vivo, para mensurá-la, medi-la ou discipliná-la.

Duas outras noções são valiosas para Negri em sua interpretação do trabalho na pós-modernidade, o conceito de Intelecto Geral de Marx e de Biopoder em Foucault. Segundo Negri, nos *Grundrisse*⁴⁰ Marx aponta que a partir de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtiva a produção se

⁴⁰ “Como, com o desenvolvimento da grande indústria, a base sobre a qual ela se funda— ou seja, a apropriação do tempo alheio – cessa de constituir ou criar a riqueza, assim, com ele, o trabalho imediato cessa de ser, como tal, a base da produção, porque por um lado vem transformado em uma atividade prevalentemente de vigilância e regulamentação; mas também porque o produto cessa de ser o produto do trabalho isolado imediato e é, ao contrário, a combinação da atividade social a apresentar-se como o produtor” (MARX, 1978 *apud* NEGRI, 2001, p. 28).

desacoplaria da exploração do trabalho alheio; com isso, a exploração do trabalho e a extração de mais-valia perderiam sentido, e a produção estaria fundada na ciência, pois o conhecimento se socializaria, ou melhor, se universalizaria, materializando-se numa inteligência coletiva ou intelecto geral. “O valor do trabalho é, dessa maneira, realizado por uma nova força de trabalho universal e concreta, por meio da apropriação e livre utilização das recentes forças produtivas” (Ibid., p. 386). A despeito de Marx, Negri opina que essa “previsão” já se realizou; segundo o autor, “(...) o que Marx viu como o futuro é nossa época”. Desta forma, teríamos um processo de *grundrissização* no século XX. Ainda assim, Negri considera insuficiente o conceito marxiano de intelecto geral, pois, para ele, essa noção leva em consideração apenas as potências intelectuais do trabalho e negligencia as potências corporais. Nesse sentido, o conceito foucaultiano de biopoder⁴¹ é apropriado como complemento.

Como já vimos, novas forças e novas posições de trabalho afetivo caracterizam a força de trabalho tanto quanto o faz o trabalho intelectual. O biopoder dá nomes a essas capacidades produtivas da vida que são tanto intelectual como corpóreas. Os poderes de produção são hoje, na realidade, inteiramente biopolíticos; em outras palavras, eles perpassam e constituem diretamente não apenas a produção mas também todo o domínio da reprodução. O biopoder torna-se um agente de produção quando todo o contexto de reprodução é submetido ao mando capitalista, ou seja, quando a reprodução e as relações vitais que a constituem se tornam, elas próprias, diretamente produtivas (Id. Ibid., p. 386).

Depreendemos desta passagem que produção e vida passam a coincidir, pois *a reprodução e as relações vitais são diretamente produtivas*. Sob a base da inteligência, interação e afeto, desfaz-se a distinção entre produção e vida.

A relação entre produção e vida foi, dessa maneira, alterada de tal modo que agora está completamente invertida no tocante à forma como a disciplina de economia política a compreende. A vida já não é produzida nos ciclos de reprodução que estão subordinados ao dia de trabalho; ao contrário, a vida é que infunde e domina toda a produção. De fato, o valor do trabalho e da produção é determinado no fundo das vísceras da vida. O único superávit produzido pela indústria é o gerado pela atividade social – e é por isso que, sepultado na imensidão da vida, o valor está além da medida (Ibid., p. 387)

⁴¹ Para uma compreensão crítica da apropriação da obra de Foucault por Negri consultar, Mello, G.M.C. Algumas respostas teóricas para as vicissitudes do capitalismo contemporâneo: crítica ou fetichismo? São Paulo: USP, 2007. 236 p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.

A cooperação social, característica adjacente ao trabalho imaterial, coloca-se em posição de autonomia ante o capital; desta forma o trabalho efetiva-se como o poder da “força coletiva de cooperação” e nesse instante “a pré-história do capitalismo chega ao fim” (Ibid., p. 388). O trabalho não é mais acionado pelo capital, mas inversamente, são suas qualidades virtuais e cooperativas que remodelam as relações de poder e produção. Segundo Negri, com o trabalho imaterial temos “a cena de uma operação demiúrgica” (Id. Ibid.). O pensador italiano acrescenta que este “novo terreno da produção e vida abre para o trabalho um futuro de metamorfoses que a cooperação subjetiva pode e deve controlar ética, política e produtivamente” (Ibid., p. 389).

Nota-se que a relação entre tempo de trabalho socialmente necessário e tempo livre dissolve-se até desaparecer; desta maneira, tempo de trabalho e tempo de lazer são uma única coisa.

Em outras palavras, quando o trabalho se transforma em trabalho imaterial e o trabalho imaterial é reconhecido como base fundamental da produção, esse processo não investe somente a produção, mas a forma inteira do ciclo “reprodução-consumo”: o trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade. (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 30).

Com o extrato acima vemos retomadas as ideias de fábrica social e operário social, associadas ao crescimento do setor terciário, frequente nas reflexões operaristas e amplificadas por Negri. Cabe sublinhar duas decorrências dessa posição: a independência das atividades produtivas ante a organização capitalista de produção e a emergência de uma subjetividade cooperativa em torno do que o autor denomina intelectualidade de massa.

Nas sociedades pós-industriais edifica-se a hegemonia do *General Intellect* que, por sua vez, abole a necessidade histórica – nos moldes marxianos – de uma transição, pois o “poder constituinte” do trabalho imaterial expressa a radicalidade do novo. Conforme lemos em Negri, a “constituição antagonista (...) não se determina mais a partir dos dados da relação capitalista, mas da ruptura com ela; não a partir do trabalho assalariado, mas da sua dissolução” (Id. Ibid.). Negri insinua que as figuras do capitalista e do trabalhador desaparecem do cenário, ou perderam efetividade, concreta e teórica. O antagonismo não brota mais das relações de

trabalho, visto que a produção se deslocou ou diluiu pela sociedade; nessa perspectiva, as novas figuras antagonistas habitam no espaço do não-trabalho. Negri chega mesmo a afirmar que a comunicação e o exercício intelectual do trabalho imaterial constituem a “potência do comunismo” (Ibid., p. 41).

A pós-modernidade negriana impõe a respeito da economia política, de cunho marxista ou clássico, um conjunto de objeções importantes; algumas já sublinhamos, foram elas: a atualização da lei do valor na era dos incomensuráveis (valor além da medida); uma nova substância para o valor, seja ela a linguagem ou a comunicação; a derrubada das fronteiras entre produção/circulação/distribuição/consumo; e o fim da subsunção material do trabalho ao capital. Além dessas outras, como decorrência, não seria possível atualmente a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo.

Segundo Negri, com a “extinção” ou diminuição significativa do trabalho industrial ao lado do crescimento do setor de serviços, o trabalho produtivo não é mais aquele que produz diretamente capital, “mas aquilo que reproduz a sociedade” (Ibid., p. 27); ainda conforme Negri, “o trabalho material ou imaterial, intelectual ou físico, produz e reproduz a vida social, e durante o processo é explorado pelo capital”. Dentro dessa linha a exploração do trabalho pelo capital é um fenômeno apenas contingente. Destarte, outros conceitos fundamentais na crítica à economia política marxiana perdem completamente a razão de ser: tempo de trabalho necessário (magnitude do valor); processo de valorização e processo de produção; trabalho complexo; trabalho simples; força de trabalho; em suma, a crítica da economia política de Marx não responde às questões do pós-fordismo, ou seja, com a transformação do trabalho em trabalho imaterial demolem-se de uma só vez Marx e o capitalismo.

2.3 Algumas Considerações sobre a Teoria do Trabalho Imaterial

Apresentamos ao longo dos tópicos anteriores as linhas mestras da teoria do trabalho imaterial para agora, com o valioso auxílio de Marx e de sua teoria do valor-

trabalho, inscrita no primeiro capítulo desta dissertação, sugerirmos algumas observações críticas a respeito da iniciativa de Negri.

Uma das principais objeções de Negri a Marx se dirige à sua teoria do valor; segundo o pensador italiano, tal teoria não encontra respaldo empírico na era pós-fordista, pois os aspectos que a fundamentam dizem respeito a uma etapa já superada da história da humanidade, mais especificamente, até o final da hegemonia do trabalho industrial. Vimos que Negri entende o valor em Marx ora como uma enteléquia metafísica, ora como um atributo exclusivamente econômico, quantificável, em outras palavras, aritmético; desta forma, em um período em que as atividades manuais perdem centralidade e o exercício do trabalho configura a ascendência da inteligência, comunicação e linguagem, coloca-se a impossibilidade de reduzir os diversos trabalhos concretos a trabalho abstrato. Claro que a crítica à teoria do valor não é uma especificidade de Negri, como demonstra Amorim (2006, p. 28):

Ao longo do século XX muitas interpretações sobre a teoria do valor foram desenvolvidas. Cada uma ao seu modo, críticas e reinterpretações, rechaços e incorporações à teoria do valor, desenvolvida por Marx, foram realizadas. Também durante o século XX um eco matemático perpassou as interpretações sobre o valor-trabalho, que pode ser resumido na seguinte questão: seria possível quantificar/calcular exatamente esse valor que é embutido e agregado às mercadorias antes de ser nelas transformado? Essa questão pressupõe a existência, na problemática teórica de Marx sobre o valor-trabalho, de uma tentativa de determinação do valor como algo essencialmente calculável, matematicamente mensurável, aritmeticamente previsível.

Já salientamos em diversos momentos neste trabalho que enquanto a economia política clássica se pergunta como se produz na sociedade capitalista, Marx se põe outra questão: como se produz a sociedade capitalista. Nesse sentido ingressa a teoria do valor; na ausência da categoria valor, não há possibilidade de compreendermos as relações de capital, sua gênese, desenvolvimento e possível declínio. É exatamente uma incompreensão da origem histórica do capital que conduz Negri a radicalizar suas teses, baseando-se no desenvolvimento das forças produtivas como motor da história.

Aquele que buscou uma medida invariável de valor não foi Marx, mas sim Ricardo; o valor para o pensador alemão significa a forma pela qual são revestidos os produtos do trabalho humano na sociedade capitalista. O valor, portanto,

expressa um conjunto de relações sócio-históricas bem determinadas, em que os produtos do trabalho humano são transformados em valores de troca a despeito de suas qualidades inerentes. O desenvolvimento do setor de serviço, por isso, ocupa lugar preponderante nas reflexões de Negri; este segmento expressaria empiricamente o fim da teoria do valor, isso porque o produto do trabalho não se objetifica.

Vimos que em Negri o capital se dilui ao ponto de confundir-se diretamente com a sociedade; desta maneira, todas as formas de trabalho são trabalho produtivo, mas não produtivo porque produzem mais-valia, senão porque reproduzem a sociedade. O trabalho que se torna hegemônico é o trabalho imaterial; assim, para Negri, é produtivo para o capital o trabalho que produz coisas; por conseguinte, se este trabalho diminui progressivamente, significa que o capital também está desaparecendo.

Marx já criticava essa debilidade teórica nos economistas clássicos. Dizia ele:

A mania de definir o trabalho produtivo e o improdutivo por seu conteúdo material origina-se [...] da concepção fetichista, peculiar ao modo de produção capitalista e derivada de sua essência, que considera as determinações formais econômicas, tais como ser mercadoria, ser trabalho produtivo, etc., como qualidade inerente em si mesma aos depositários materiais dessas determinações formais ou categorias. (MARX, 1978 *apud* PRADO, 2005, p. 54).

Lessa (2005) observa como Negri restringe a materialidade à coisalidade do mundo natural, isto é, a materialidade das relações sociais não está associada à coisalidade do mundo. Já apontamos no item 1.5 desta dissertação que a materialidade em nada altera a questão da produtividade ou improdutividade do trabalho para Marx.

Retomemos em linhas gerais a discussão.

Trabalho abstrato é o trabalho que produz a riqueza capitalista, ou seja, valor de troca; desta forma trabalho produtivo é trabalho abstrato. A abstração do trabalho operada pelo capitalismo significa que o conteúdo concreto dos diversos trabalhos lhe é indiferente, bem como o resultado deste trabalho, sejam valores de uso físicos ou espirituais. Neste aspecto, sublinha Lessa (2005, p. 25): “trabalho abstrato não é o contrário de trabalho concreto. Trabalho abstrato é o trabalho explorado pelo

capital, alienado pelo fetichismo da mercadoria. O contrário do trabalho abstrato é o trabalho emancipado”; no entanto, trabalho improdutivo também é trabalho abstrato, no terreno do consumo e da circulação, ou seja, não produzindo, mas realizando a mais-valia. O objetivo do capital não é produzir apenas mercadorias e sim produzir mais-valia.

A transformação de todas as atividades em trabalhos produtivos, feita por Negri, cumpre uma função ideológica importante, como afirma Lessa:

Por isso, [...], o próprio desenvolvimento do capitalismo, ao identificar capital e sociedade, produziu uma nova relação da humanidade com a produção, o trabalho imaterial, [...]. Não há, pois, nenhuma classe parasitária, exploradora, a sugar os explorados, nada mais de luta de classes, com o corolário de estar irrevogavelmente superado o projeto revolucionário marxiano. (Ibid., p. 34).

Os serviços para Marx figuram como uma expressão particular ao valor de uso criado pelo trabalho vivo, que não sendo útil como coisa, é útil como atividade. Bens ou serviços são apenas formas de manifestação dos valores de uso; estes podem ser materiais ou imateriais (para utilizarmos a expressão de Negri); e atendem a necessidades oriundas do estômago ou da fantasia. E mais:

O doente que adquire os serviços de um médico não está comprando também um corpo sadio, corpo este que o doutor consultado, de modo direto ou indireto, ajuda a produzir? É certo que o trabalho apresenta-se sempre, simultaneamente, como atividade e como resultado material. Entretanto, uma calça é um valor de uso (ela é também mercadoria quando produzida para vender), enquanto um corpo sadio não se configura como tal. Isto mostra que é preciso distinguir o caso em que o produto do trabalho é separável do próprio trabalho do caso, sem o que isto não acontece. É por isso que os economistas designam por “serviço” o trabalho enquanto este é consumido como atividade e por “bem” o resultado do trabalho consumido indiretamente, por meio da mediação das coisas. Nesse segundo caso, a própria coisa é que é um valor de uso, mas no primeiro, o valor de uso é uma potencialidade da atividade que, aliás, desaparece assim que for efetivada, assim que for consumida. (PRADO, 2005, p. 50).

Existem serviços que se materializam em coisas (um corpo sadio) e serviços que não se materializam em coisas, assim como atividades que produzem coisas e não são trabalhos produtivos e sim improdutivos. O que temos de enfatizar é que o critério da materialidade⁴² é insuficiente para a definição de serviços e, mais que

⁴² Lessa (2005, p. 51), ao tocar nesta questão, diz: “Ora, se o trabalho imaterial produziu algo, e se essa produção possui um valor de uso e é trocada, tem necessariamente de possuir propriedades, utilidades, e, portanto, algum tipo de materialidade. Se o trabalho produz algo que tem existência fora

isso, ainda que se encontre um critério mais preciso, em nada se alterará a questão, pois teríamos apenas uma classificação dos valores de uso. Nas palavras de Prado (2005, p. 51) “As noções de bem e serviço classificam os valores de uso, mas não contribuem para a compreensão do capitalismo como tal”. Assim, aquilo que coloca como evidência de sua teoria é desde o início crivado por um conjunto de imprecisões.

A destinação social dos valores de uso no capitalismo é produzir mais-valia. Marx é contundente quanto a isso.

esse processo de produção não é só processo de produção de mercadorias, mas também processo de produção de mais-valia, absorção de trabalho excedente e, por isso, processo de produção de capital. (MARX, 1987 *apud* DIAS, 2006, p. 73).

Quando se compra o trabalho para consumi-lo como valor de uso, como serviço — e não para colocá-lo como fator vivo em lugar do capital variável e incorporá-lo ao processo capitalista de produção —, o trabalho não é produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. Seu trabalho é consumido por causa de seu valor de uso, não como trabalho que gera valores de troca; consome-se-o improdutivo, não produtivamente. O capitalista, pois, não se defronta com o trabalho como capitalista, como representante do capital; troca seu dinheiro por esse trabalho na condição de renda, não como capital. O consumo desse trabalho não equivale a $D - M - D'$, mas a $M - D - M$ (o último é o trabalho ou o próprio serviço). O dinheiro funciona aqui como meio de circulação, não como capital. (MARX, 1978 *apud* *Ibid.*, p. 102).

Quanto mais se desenvolve a produção em geral como produção de mercadorias, tanto mais cada qual quer e deve converter-se em vendedor de mercadorias, fazer dinheiro, seja com seu produto, seja com seus serviços — quando o produto, devido a sua natureza, só existe sob a forma de serviço — e esse fazer dinheiro aparece como objetivo último de todo o gênero de atividade. Na produção capitalista, por um lado a produção dos

da subjetividade que o criou — e só desse modo pode ser trocado entre indivíduos pela mediação do mercado —, não há como negar que esse objeto possui uma materialidade portadora de utilidade, uma materialidade que expressa (na acepção de nossos autores: Negri, Hardt e Lazzarato) as necessidades de quem as produziu. Portanto, *mesmo no interior do referencial* de Negri, Hardt e Lazzarato, a qualificação de imaterial que eles conferem ao trabalho é extremamente questionável. Se abandonarmos o seu referencial, contudo, tal absurdo torna-se ainda mais manifesto. Se o trabalho deve ser imaterial, das duas uma: ou ele não se realiza na matéria ou, mesmo se realizando na matéria, deve resultar em um produto imaterial. Algo imaterial é, a rigor, inexistente. A não ser que nos fixemos naquelas concepções de materialidade típica do economicismo da Segunda Internacional e do stalinismo, que negam a força material das idéias e complexos ideológicos na história do homem. Tais concepções restringem a materialidade apenas à forma específica da materialidade da natureza. Como as idéias não possuem massa nem são energia (como a luz, a gravidade etc.), seriam elas ‘imateriais’. E a produção dos serviços, aquelas mercadorias que não se separam em objetos autônomos de seus produtores e que não possuem, por isso, massa ou extensão, seriam do mesmo modo ‘imateriais’”.

produtos como mercadorias, e por outro a forma de trabalho como trabalho assalariado, se absolutizam. (MARX, 1978 *apud* *Ibid.*, p. 103).

esse fenômeno, o de que com o desenvolvimento da produção capitalista todos os serviços se transformam em trabalho assalariado, e todos seus executantes em assalariados [...] dá aos apologistas ocasião para converter o trabalhador produtivo, pelo fato de ser assalariado, em trabalhador que simplesmente troca seus serviços (isto é, o trabalho enquanto valor de uso) por dinheiro. (MARX, 1978 *apud* *Ibid.*, p. 104).

O trabalho que o capitalista compra com seu capital variável (trabalho assalariado), a ser convertido em mais-trabalho, é trabalho produtivo, se útil como atividade ou como produto destacado do produtor.

Na caneta de Negri o capital se converte numa entidade subjetiva, apenas política, sem existência material; a classe trabalhadora, com o fim da fábrica, desaparece, e surge a Multidão; o trabalho imaterial se torna hegemônico e a força produtiva central, Intelectualidade de massa; o capital renuncia ao trono, coagido pela força do poder constituinte das subjetividades cooperativas. Assim o operário social descortina a história e faz brotar o comunismo espontâneo na pós-modernidade. A isso se resume a fábula do trabalho imaterial⁴³.

⁴³ Assim Lessa (2005, p. 17) conta essa fábula: “Há muitos séculos atrás, quando a Europa estava abandonando o período medieval, surgiu o ‘amor para o tempo por se constituir’. Este amor para o tempo era uma força racionalizadora que mudou para sempre a história dos homens. Levou-os a buscar formas cada vez mais desenvolvidas de sociabilidade. Lançou multidões em enormes jornadas, as revoluções burguesas, que resultaram no padrão de racionalidade da sociedade industrial do século XIX e início do século XX. Esse padrão de racionalidade, ainda que muito superior ao do passado, possuía suas próprias contradições. Tais contradições levaram ao Estado de bem-estar social e à Revolução Russa. O primeiro, pela estruturação de um padrão de produção e consumo de massa, tentou manter o controle do capital sobre a produção. O regime soviético tentou garantir a liberdade pela hipertrofia do Estado. Ora, continua a fábula, como tanto o Estado de bem-estar quanto o totalitarismo soviético foram incapazes de conter o impulso racionalizador do amor para o tempo, ambos foram estraçalhados pelas multidões que iluminaram as praças com suas revoltas em 1968 e 1989. A União Soviética simplesmente desapareceu com a crise ao final dos anos 1980. O capitalismo entrou em um processo de fenecimento irreversível que tem nas massas e em seu movimento espontâneo o principal motor. Contudo, o fator fundamental do fenecimento do capitalismo não é o movimento das massas, mas sim o próprio capital. Expliquemos: o capital possui a tendência intrínseca a se estender a todos os setores da vida social. Nos dias em que vivemos, essa expansão teria conduzido à *identidade absoluta* entre o capital e a totalidade da vida de todos os indivíduos. Hoje, vida e reprodução do capital ter-se-iam tornado sinônimos e, nessas condições, a relação de exploração revelaria a sua essência: uma relação de poder, portanto, uma relação política, e não material-econômica. Ora, como toda a relação política, também ideológica, isto significaria que o capital é uma relação entre subjetividades. Em outras palavras, ao chegarmos aos dias que vivemos, a absoluta identidade capital/totalidade social faria emergir uma subjetividade que supera o capital e instaura uma nova forma, ‘comunista’, de valorização. Por isso, no quadro da nossa fábula,

2.4 Considerações sobre os *GRUNDRISSE*

É curioso notar que se por um lado Negri pretende sepultar Marx, por outro se ancora nos *Grundrisse* para dar suporte e justificativa a suas teses. O que faz, portanto, Negri dar tanta atenção aos *Grundrisse* em detrimento do *Capital*? Em relação a este, os *Grundrisse* trazem um elemento novo: enquanto em *O Capital* Marx trata do desenvolvimento das contradições do capitalismo⁴⁴, nos *Grundrisse* Marx acrescenta algumas considerações a respeito da possível superação dessas contradições; é este o ponto que é peculiarmente apropriado por Negri. Desta forma, o autor italiano retira, convenientemente, passagens dos manuscritos, de todo o conjunto da obra de Marx, para assim dotar sua teoria de uma aura revolucionária, a despeito de qualquer compromisso com o pensamento de Marx.

Observemos essas contradições apontadas por Marx. No primeiro capítulo desta dissertação vimos que os capitais individuais investem progressivamente em tecnologia, para que assim se alargue a margem de mais-valia relativa e se eleve a competitividade diante dos outros capitais individuais. Ressaltamos também que este movimento não se deve à inspiração dos capitalistas, mas é uma demanda invariável da lei do valor, que exige em seu movimento irrefreável o decréscimo no tempo de trabalho socialmente necessário para o aumento do tempo de sobretrabalho. Conforme Marx:

O capital é ele próprio a contradição em processo [ou em movimento], porque ele reduz o tempo de trabalho a um mínimo, enquanto põe, por outro lado, o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza. Por isso, ele reduz o tempo de trabalho na forma do tempo de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de tempo excedente; por isso põe o tempo excedente em medida crescente, como condição – questão de vida ou morte, para o trabalho necessário. Por um lado conjura todas as forças da ciência e da natureza assim como a combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza relativamente independente do trabalho empregado nela. Por outro lado, ele quer usar o tempo de trabalho

seria possível superar o capital na subjetividade *mesmo antes de tê-lo superado na objetividade*. Viver como comunista seria, então, não apenas compatível com o capital, como ainda mera questão de se constituir um ‘estilo de vida’ que estivesse para além da valorização do capital. O ‘comunismo’ seria o movimento atualmente em curso que subjetivamente superaria o capital e que expressaria a força racionalizadora que molda a História desde o século XVI: o amor para o tempo por se constituir”.

⁴⁴ Superprodução, queda na taxa de lucro etc.

como unidade de medida para as gigantescas forças sociais, assim criadas, e as conter nos limites exigidos para manter como valor o valor já criado. As forças produtivas e as relações sociais – ambos lados diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem só como meio, e para ele só são meio para produzir a partir de sua base limitada. Na realidade, são, entretanto condições materiais para fazê-lo explodir. (MARX, 1993 *apud* MELLO, 2007, p. 146).

O capital é uma bomba de sucção de trabalho vivo e dele não pode prescindir; ainda assim, tende a diminuir, continuamente, o trabalho vivo (capital variável) do processo produtivo, ou “em outras palavras, à medida que o capital se desenvolve, (...) ele promove um alijamento relativo do trabalho vivo do processo produtivo através do revolucionamento das forças produtivas” (Id. *Ibid.*). Como afirma Marx: reduz ao mínimo o tempo de trabalho, e por outro lado o põe como única medida e fonte de riqueza, e mais que isso, o faz colocando todas as *forças da ciência e da natureza, assim como a combinação social e o intercâmbio social* à sua sujeição, para alcançar tal objetivo. Depreende-se deste movimento que as forças produtivas sociais estão tolhidas pelas relações sociais tacanhas do capital, que, contudo, ao desenvolver essas contradições oferece as *condições materiais* de sua superação. E esta superação, dentro de uma perspectiva marxiana, apenas pode ser entendida na direção de uma sociedade emancipada, e não em outro sentido. Marx assim caracteriza esta possível sociedade pós-capital: “A livre individualidade, baseada no desenvolvimento universal dos indivíduos e na produtividade coletiva, social, considerada como patrimônio social” (Marx *apud* ROSDOLSKY, 2001, p. 346). Os pressupostos materiais para o surgimento desta sociedade eclodem na sociedade anterior, a capitalista.

Reafirmando tal contradição em outro momento dos *Grundrisse*, Marx esclarece,

O intercâmbio de trabalho vivo por trabalho objetivado, ou seja, a colocação do trabalho social na forma de antítese entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor. O pressuposto desta produção é, e segue sendo, a magnitude do tempo imediato de trabalho, a quantidade de trabalho usada como fator decisivo na produção da riqueza. Todavia, na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza se torna menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho usados, passando a depender mais da capacidade dos agentes acionados durante o tempo de trabalho, capacidade cuja eficácia não mantém nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que sua produção exige; depende do estado geral da ciência e do progresso técnico, ou da aplicação da ciência à produção [...]. (MARX, 1953 *apud* *Ibid.*, p. 354)

Ao passo que se desenvolvem as forças produtivas no capitalismo a produção de valores de uso (*riqueza efetiva*) desprende-se progressivamente da relação com a *quantidade de trabalho empregado* e passa a depender do *poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho*, que não se refere mais ao *tempo de trabalho imediato que custa sua produção*, mas depende antes do estado geral da ciência. Nesse processo o capital cumpre o que Marx denomina sua *missão histórica*; essa se “completa, de um lado, quando as necessidades estão tão desenvolvidas que o trabalho excedente (...) passa a ser, ele mesmo, uma necessidade geral, que surge das próprias necessidades individuais;” de outro, diz Marx, “quando a disciplina estrita do capital, pela qual passaram sucessivas gerações, desenvolveu uma laboriosidade universal que foi apropriada pelas novas gerações” Marx (*apud Ibid.*, p. 352). A tendência de criar sempre mais tempo de não-trabalho na busca de mais-valia relativa leva o capital a criar os pressupostos necessários para a expansão do tempo livre para todos, pois se fundamenta “nesse processo, não obstante uma contradição insuperável, que está posta na medida em que esse valor já criado tem a necessidade, para se manter vivo, de criar mais-valor, e para isso precisa explorar trabalho vivo, mesmo que tendencialmente sua diminuição seja objetivo da produção capitalista”. Conforme Marx:

[...] Quanto mais se desenvolve esta contradição, tanto mais evidente fica que o desenvolvimento das forças produtivas não pode permanecer confinado à apropriação de mais-trabalho alheio. A própria massa trabalhadora deve apropriar-se de seu mais-trabalho. Fazendo-o – e por isso o tempo disponível deixará de ter uma existência antitética –, o tempo de trabalho necessário encontrará sua medida nas necessidades do indivíduo social, e o desenvolvimento da força produtiva social será tão mais rápido que, embora a produção seja calculada em função da riqueza comum, crescerá o tempo disponível de todos, pois a riqueza real é a capacidade produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. O tempo de trabalho deixa de ser a medida da riqueza, e o tempo disponível assume este papel. (MARX, 1953 *apud Ibid.*, p. 355)

Marx trata do desenvolvimento da maquinaria dentro do quadro das vicissitudes da lei do valor no capitalismo, traçando a marcha dialética desta contradição de onde resultam as possibilidades objetivas para a construção de uma sociedade livre da submissão do trabalho abstrato e da produção de valores de troca. Uma sociedade, nas palavras de Marx, onde

[...] o trabalho do indivíduo é, desde o início, trabalho social [...]. Não há nenhum produto particular para ser trocado. O produto não é um valor de troca. Não deve ser primeiro convertido em uma forma particular para depois receber um caráter geral para o indivíduo. Em lugar de uma divisão do trabalho que se gera necessariamente na troca de valores de troca, haverá uma organização do trabalho, a partir da qual se define a porção que corresponde ao indivíduo no consumo coletivo. (MARX, 1953 *apud* Ibid., 2001, p. 359).

As contradições fundamentais do capitalismo, ao se alargarem, tornam esse sistema mais brutal e injustificado, deixando suas mazelas mais nítidas e insustentáveis; um modo de produção orientado exclusivamente por imperativos cegos e objetivos que se dão às costas dos produtores. No entanto, sobressaem dessas observações duas questões fundamentais: primeiro, não é possível, se levarmos em conta o conjunto da obra de Marx, deduzir que a ruptura da sociedade capitalista para uma sociedade emancipada possa ocorrer mecanicamente com a autossupressão das relações de capital – interpretação de Negri –; segundo, e como decorrência, esta passagem apenas pode se dar por meio de uma revolução alavancada pela classe trabalhadora, em torno de um projeto político libertário – não com um processo consciencioso entre patrões e empregados.

O que queremos enfatizar é que ao longo das assertivas de Marx sobre o desenvolvimento da maquinaria e das vicissitudes do valor nos *Grundrisse* a ideia de uma transição/revolução operada pelos produtores não aparece estampada no texto, contudo está pressuposta. Negri entende que Marx está se referindo ao que ele (Negri) denomina “comunismo espontâneo”, ou seja, uma transformação social radical que torna desnecessária a transição/revolução, posicionamento esse em desconformidade com a teoria de Marx, conforme Mello (2007, p. 149): “Marx rechaça ferozmente qualquer tipo de solução idealista ou evolucionista para a questão da emancipação humana. Ele acreditava que esta só poderia ser consumada por meio de uma revolução”.

O desenvolvimento/liberação das forças produtivas permitiria aos trabalhadores investirem menos tempo no trabalho direito (concernente à necessidade), de modo que a amplificação do tempo livre facultaria aos produtores o abrilhantamento das atividades espirituais (verdadeira riqueza). A isso Marx se remete quando diz que os trabalhadores se apoderam de seu mais-trabalho e o tempo de trabalho deixa de ser a única fonte de medida. Apenas nesses termos o

processo produtivo surge como *capacidade produtiva desenvolvida de todos os indivíduos*.

Nas passagens dos *Grundrisse*, que se estendem ao longo de dez páginas, o momento da eclosão das contradições e a caracterização da sociedade pós-capital ocorre no texto de maneira muito sutil, a ponto de autores como Negri acreditarem que Marx fala de uma mesma forma social, quando, no entanto, refere-se a duas, absolutamente distintas. Retomaremos este ponto. Antes, algumas reflexões sobre o desenvolvimento da maquinaria e o avanço da ciência no capitalismo. Com isso buscaremos mostrar que não é possível que numa sociedade baseada na riqueza efetiva (mais-trabalho), como questão de vida ou morte, o tempo liberado possa converter-se em tempo de fruição.

O conhecimento ou disposições intelectuais do homem é tratado hoje por estudiosos contemporâneos como algo peculiar na história do capitalismo. Essa breve reflexão sobre os métodos de produção de mais-valia relativa pretende se debruçar sobre essa questão, ou em outras palavras, sobre a perspectiva de que a aplicação do conhecimento e da ciência pelo capital não conforma de nenhuma maneira algo singular em sua história.

Sobre a passagem da manufatura para a grande indústria (sistema de máquinas) já falamos no primeiro capítulo deste trabalho; cabem ainda alguns acréscimos.

O capital ao instituir-se historicamente como força motriz da produção visa desde o início estabelecer-se como poder objetivo sobre o trabalho – desta forma o capital é a antítese do trabalho -, e por isso, o capital se ergue apenas usufruindo coercitivamente de todas as potências sociais do trabalho. Desta maneira, o capital é desde sua gênese uma força coletiva; nas palavras de Marx o capital “não se depara com o trabalho isolado, mas sim com o trabalho combinado” (ROSDOLSKY, 2001, p. 202). Em suas origens o capital não domina o processo de trabalho, pois este ainda é o domínio dos produtores; o capital apenas os coordena formalmente. Seu gerenciamento detém-se no produto do trabalho, mas não ao processo. Nesta fase denominada por Marx de cooperação simples,

[...] o capital contrata diversos tecelões e flandeiros manuais, autônomos e dispersos em suas próprias moradias [...]. O modo de produção

propriamente dito ainda não está sob o controle do capital, mas existe previamente a ele. Esses trabalhadores dispersos compartilham apenas a relação de cada um com o capital [...]. Em vez de permutar com muitos, permutam com um único capitalista [...]. O trabalho cooperativo só existe em si, já que todos trabalham para o capital – que, por conseguinte, ocupa a posição central – em que trabalhem juntos [de fato]. (MARX, 1953 *apud* *Ibid.*, p. 203).

Na fase da cooperação simples, portanto, o capital reúne grandes massas de trabalhadores e os põe no mesmo espaço, produzindo no mesmo momento sem, contudo, determinar os ritmos do processo de trabalho. Esse formato logo evolui para outra fase, a da manufatura. Esse segundo estágio é marcado pela inserção de uma nova divisão do trabalho, com a parcialização das tarefas e a segmentação das atividades. Agora a qualidade do produto não é significativa, mas sim a produção em larga escala, por “tratar-se de valor de troca e mais-valia”. Entretanto, apesar “de todo o desenvolvimento da divisão do trabalho, *seu fundamento permanece sendo a habilidade artesanal, e seu ‘mecanismo específico [...] [é] o trabalho coletivo formado pela combinação de muitos trabalhadores parciais’*” (*Ibid.*, p. 204). Neste cenário a massa global de mais-valia relativa ainda é muito pequena, visto que o tempo de trabalho necessário ainda absorve muito do tempo total da produção; desta feita, a mais-valia absoluta predomina neste contexto.

O capital deve com isso superar esta barreira para independentizar a produção de valores de troca e mais-valia relativa do processo de trabalho. Isso ocorre na fase da grande indústria alicerçada no capital fixo, ou seja, sob a autoridade do sistema de máquinas. Os meios de trabalho nessa composição são meios de trabalho do capital, e não, do trabalhador. A máquina expressa a forma objetiva do capital e sua posição material ante os produtores. Com isso o processo de trabalho define-se como processo de produção de capital, ou seja, processo de trabalho + processo de formação de valor. Segundo Marx,

A máquina em nenhum aspecto aparece como meio de trabalho do operário individual. Sua diferença específica de nenhuma forma é, como no caso do meio de trabalho, a de transmitir ao objeto a atividade do operário, mas sim a de que esta atividade encontra-se posta de tal maneira que não faz senão transmitir à matéria-prima o trabalho ou a ação da máquina, [ao] que vigia e preserva de avarias. Não é como no caso do instrumento, ao qual o operário anima, como a um órgão, com sua própria destreza e atividade, e cujo manejo depende, portanto, da virtuosidade daquele. Sendo a máquina dona, no lugar do operário, da habilidade e da força, é ela mesma a virtuosa, possui uma alma própria presente nas leis mecânicas que operam nela, e assim como o operário consome alimentos, ela consome carvão,

óleo, etc., (matières instrumentais) com vistas a seu automovimento contínuo. (MARX, 1972 *apud* AMORIM, 2006, p. 40).

Amorim, nesse sentido, assevera:

Dessa forma, o capital fixo que incorporou as habilidades do trabalhador coletivo e as desenvolveu toma seu lugar como centro da produção de mercadorias, toma a frente da produção. Passa a protagonizar, criar dentro da sua lógica uma fantástica atividade abstrata no sentido em que o processo de trabalho deixa de ser governado pelo trabalhador. Assim, o processo de produção deixa de ser processo de trabalho, sendo que o trabalho vivo encontra-se presente, mas pulverizado na maquinaria. Na prática, o elemento de carne e osso (torna-se um autômato) não é o trabalhador coletivo, mas sim a máquina, que passa a ter vida e controlar o processo de produção. (Id. *Ibid.*)

O sistema de máquinas subjuga o sujeito produtor ao incorporar as *habilidades do trabalhador coletivo*, e neste sentido o *processo de trabalho deixa de ser governado pelo trabalhador*, rebaixando-o à condição de autômato. Este “monstro vivo”, ao assimilar o saber coletivo, liberta o capital dos limites impostos pelos trabalhadores; desta maneira o capital torna-se o único limite a si mesmo. Com o sistema maquínico-científico instaura-se a produção tipicamente capitalista; dito de outra forma, a etapa em que o capital subsume não mais apenas formalmente o trabalho, senão também materialmente, ou seja, realmente.

Importante sublinharmos que as relações sociais de produção desenvolvem-se na direção em que as forças produtivas possibilitam determinadas transformações. Dito isso, o sistema de máquinas só é possível para o capital dadas as possibilidades técnicas e científicas oriundas do desenvolvimento das potências do conhecimento humano. Como aponta Marx:

La naturaleza no construye ninguna máquina, ni ninguna locomotora, ni ferrocarril, ni telégrafos eléctricos, ni hiladoras automáticas, etc. Son productos de la industria humana; materia natural, transformada em órganos de la voluntad humana sobre la naturaleza o de su acción sobre la naturaleza. Son órganos del cerebro humano creados por la mano humana; son fuerza científica objetivada. El desarrollo del capital fijo indica hasta qué grado el saber social general, el conocimiento, se ha convertido em fuerza productiva inmediata y, en consecuencia, las condiciones del proceso de vida social han pasado a estar bajo el control del intelecto general, y son remodeladas de acuerdo com este. Hasta qué grado las fuerzas productivas sociales son producidas, no solo em la forma de ciência, sino como órganos inmediatos de la praxis social, del proceso de vida real. (MARX, 1978, p. 92).

Marx faz notar que o intelecto geral, ou conhecimento social, é fundamental para a libertação da humanidade do jugo do capital, mas não é em si transformador, pois no capitalismo o intelecto geral serve aos interesses da produção de mais-valia, corporificada no sistema de máquinas inteligentes. Marx nos diz que o desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral e o conhecimento se transformam em força produtiva imediata, e o momento em que as condições da vida social estão sob o controle do intelecto geral, ou seja, até que ponto as forças produtivas sociais são produzidas não apenas na forma da ciência, mas como órgãos imediatos da prática social, do processo da vida real. Interpretamos que a produção baseada no intelecto geral não é um aspecto que diz respeito a uma sociedade comunista, mas à sociedade capitalista também; a diferença é que na primeira as potências do trabalhador coletivo são liberadas dos constrangimentos da apropriação privada e da submissão do trabalho. Assim, observa Amorim:

Há, podemos dizer, um saber social geral que é inserido na produção. No entanto, ele não é forçosamente libertador. Na prática, ele mesmo exerce a dominação do coletivo de trabalhadores no processo de produção. Reproduz, assim, uma dominação quando faz relacionar desiguais dentro de uma estrutura econômica que é jurídica e politicamente organizada em correspondência com essa produção. (AMORIM, op. cit., p. 42).

O que Amorim realça, acima, é o fato de que há uma relação indispensável entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, que, por sua vez, predizem um aparato político-jurídico-ideológico que a elas correspondem, e que esterilizam qualquer possibilidade de transformação radical — ou de conversão do tempo liberado em tempo de fruição — dentro das fronteiras do capital.

Nos *Grundrisse*, portanto, Marx faz considerações importantes sobre o desenvolvimento contraditório da lei do valor e descreve em amplas linhas as características norteadoras de uma sociedade livre dos ditames do capital. Negri acredita que Marx está se referindo à própria sociedade capitalista, que se altera com o desenvolvimento do capital fixo e perde razão de ser, e com isso, o indivíduo social se torna um indivíduo pleno, pois o conhecimento ou a intelectualidade de massa se converte em força produtiva central, ainda que o mercado, a produção de

valores de troca, o Estado, o trabalho e a riqueza abstrata continuem que cambaleantes, como sugere Negri.

Antes de finalizarmos esta seção observemos algumas citações extraídas dos *Grundrisse* que demarcam com nitidez estes dois momentos: o desenvolvimento das vicissitudes da lei do valor e a caracterização de outra forma social.

O intercâmbio de trabalho vivo por trabalho objetivado, ou seja, a colocação do trabalho social na forma de antítese entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor [...] (MARX, 1953 *apud* ROSDOLSKY, 2001, p. 354).

Aqui Marx expõe a fronteira limítrofe do capital, fruto do desenrolar de suas contradições fundamentais. O autor prossegue, descrevendo quais condições o conduziram a este ponto:

O pressuposto desta produção é, e segue sendo, a magnitude do tempo imediato de trabalho, a quantidade de trabalho usada como fator decisivo na produção da riqueza. Todavia, na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza se torna menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho usados, passando a depender mais da capacidade dos agentes acionados durante o tempo de trabalho, capacidade cuja eficácia não mantém nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que sua produção exige; depende do estado geral da ciência e do progresso técnico, ou da aplicação da ciência à produção [...] (MARX, 1953 *apud* Id. *Ibid.*)

O processo de valorização, portanto, tende a se distanciar de sua base material, e

A riqueza efetiva se manifesta mais – e isto a grande indústria revela – na enorme desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, assim como na desproporção qualitativa entre o trabalho, reduzido a pura abstração, e o vigor do processo produtivo que ele vigia. O trabalho já não aparece tanto confinado ao processo de produção, pois o homem se comporta como supervisor e regulador em relação a este processo [...]. O trabalhador já não introduz a coisa natural modificada, como elo intermediário, entre o objeto e ele mesmo, mas insere o processo natural, transformado e processo industrial, como meio entre si mesmo e a natureza inorgânica, à qual domina. Apresenta-se ao lado do processo de produção, em vez de ser seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como pilar fundamental da produção e da riqueza não são nem o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que este trabalha, mas sim sua força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio sobre ela graças à sua existência com corpo social. O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual se baseia a riqueza atual, torna-se uma base miserável, comparado com este fundamento, recém-desenvolvido, criado pela própria grande indústria. Tão logo o trabalho, em sua forma imediata,

tenha deixado de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa de ser – tem que deixar de ser – sua medida; e o valor de troca [deixa de ser a medida] do valor de uso. O mais-trabalho da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não-trabalho de uns poucos deixa de sê-lo para o desenvolvimento da potência geral do intelecto humano. Com isso desmorona a produção baseada no valor de troca, e o processo de produção material imediato se despoja da forma de carecimento e antagonismo. (MARX, 1953 *apud* Ibid., p. 354-355)

Diante das gigantescas forças produtivas criadas pelo capital, *o roubo de tempo de trabalho alheio (...) torna-se uma base miserável* comparada a essas forças sociais agenciadas pela própria grande indústria; assim, *o mais-trabalho da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social*. Neste ponto, *se desmorona a produção baseada no valor de troca, e o processo de produção material imediato se despoja da forma de carecimento e antagonismo*. Marx nesta passagem refere-se ao desenvolvimento das contradições da lei do valor no capitalismo, e explicita as condições para sua superação.

Trata-se agora de desenvolver livremente as individualidades, e não de reduzir o tempo de trabalho necessário, tendo em vista criar mais-trabalho; a redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo passa a corresponder à formação artística, científica etc., dos indivíduos, graças ao tempo que se tornou livre e aos meios criados para todos. (MARX, 1953 *apud* Ibid., p. 355)

A partir da citação acima, Marx não está mais fazendo alusão ao capitalismo, mas sim a outra forma social, a que lhe sucederia. E prossegue:

A sociedade se relacionará cientificamente com o processo de sua reprodução, em meio a uma abundância crescente: deixará de existir o trabalho no qual o homem faz aquilo que as coisas podem fazer em seu lugar [...]. Em sua aspiração incessante pela forma universal da riqueza, o capital impele o trabalho a ultrapassar os limites de sua necessidade natural, criando os elementos materiais para o desenvolvimento de uma rica individualidade, multilateral na produção e no consumo. O trabalho, nesse caso não se apresenta como trabalho, mas como desenvolvimento pleno da própria atividade. Desapareceu a necessidade natural direta, substituída por uma necessidade historicamente produzida. *Por isso, o capital é produtivo; ou seja, é uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento das forças produtivas encontra um limite no próprio capital.* (MARX, 1953 *apud* Ibid., 352-353 grifos do autor)

Para Marx o tempo de trabalho é a medida do valor, mas não a medida de riqueza. Assim, o momento em que o trabalho se apresenta como *pleno desenvolvimento da atividade humana* e desaparece a *necessidade natural direta* só

pode dar-se noutra forma social, numa sociedade que não é guiada exclusivamente pela produção de excedentes, mas que tem por pré-condição esta produção. Isso significa que se *“a sociedade, tal como é, não contivesse, ocultas, as condições materiais de produção e de circulação necessárias a uma sociedade sem classes, todas as tentativas de criá-la seriam quixotescas”* Marx (*apud* Ibid., p. 353).

Conforme a perspectiva de Marx,

[...] Uma nação é verdadeiramente rica quando ao invés de 12 horas trabalham-se 6. Riqueza não é disposição de tempo de mais-trabalho (riqueza efetiva), mas sim ‘tempo disponível, à parte e usado na produção imediata, para cada indivíduo e toda a sociedade. (MARX, 1972 *apud* AMORIM, 2006, 39-40).

Como o objetivo central do capital não é a produção de valores de uso e sim de valor (mais-trabalho), ainda que o capital libere tempo, esse tempo é sempre convertido em mais-trabalho, como observa Marx (*apud* ROSDOLSKY, op. cit., p. 355 grifos do autor): *“a tendência do capital é sempre, de um lado, criar tempo disponível e, de outro, convertê-lo em mais-trabalho”*. Economia de tempo para o capital é sinônimo de aumento da produtividade, e não liberação do tempo para o indivíduo social.

Disso concluímos que não há a possibilidade de depreendermos de Marx, como faz Negri, a liberação do tempo e conversão do indivíduo parcial em indivíduo social nos limites do capitalismo, pois a construção de uma sociedade libertada dos grilhões do capitalismo não pode fundar-se em reformismos, *“retórica ou pura abstração teórica”*. Compactuamos com a interpretação de Amorim no que tange a essa questão.

Portanto, ao admitirmos que as possibilidades materiais para a superação do capitalismo já estariam constituídas no capitalismo, não podemos daí conceber a efetivação política e material do intelecto geral. Acreditamos contrariamente, que a formação desse indivíduo só pode estar na obra de Marx relacionada ao socialismo. (Ibid., p, 45-46).

Pois,

Diferentemente dos outros modos de produção, o capitalismo instaura sua materialidade na contradição entre tempo de produção e tempo necessário. No entanto, interpretar as potencialidades dessa produção a partir da inexorabilidade do processo de libertação do indivíduo social em relação ao

domínio do capital nos parece uma proposição que reduz o espectro de intervenção das classes sociais na construção de qualquer projeto político imerso na luta entre interesses distintos e irreconciliáveis, como aqueles que governam a luta entre capitalistas e trabalhadores. (Ibid., p. 34).

Questionamos o fato de Negri inferir dos *Grundrisse* que Marx afirma algum tipo de superação técnica do capitalismo estritamente vinculada ao desenvolvimento do capital fixo. Acreditamos que essas passagens dos *Grundrisse* só podem ser devidamente apreendidas se considerarmos o processo revolucionário como suposto, implícito.

Portanto, [...], a tese sobre o trabalho imaterial cumpre uma função ideológica muito precisa: justifica a crise em que vivemos, afirmando ser ela não a crise da ordem do capital, mas sim as dores inevitáveis à transição em curso ao comunismo. Ao fazê-lo, nega a necessidade da revolução, da ruptura material com a ordem do capital; nega a necessidade da organização dos trabalhadores, centralizados pelos operários, para a emancipação humana. Como ciência, não tem qualquer mérito; contudo, tem lá o seu papel na luta ideológica na qual estamos imersos. (LESSA, 2005, p. 35).

Negri envereda pelo discurso de reafirmação da inexorabilidade do modo de produção burguês, elaborando um conjunto de noções vagas como se fossem conceitos genuínos e revolucionários; daí a utilização arbitrária dos *Grundrisse*.

2.5 Formas Mutantes do Controle do Capital⁴⁵

Contemporaneamente, muitas teorias prostram-se diante da inevitabilidade das relações de capital e abdicam de qualquer tentativa crítica que aponte a superação desta ordem. Essas teorias detêm-se na busca de alternativas que compatibilizem “melhores” condições de vida, sempre na medida do possível, com a estrutura de funcionamento capitalista, ou seja, mercado, dinheiro como equivalente universal, subordinação do trabalho, produção de mais-valia, democracia institucional etc., enquanto outras, e aqui nos referimos à teoria do imaterial, apostam em uma perspectiva que afirma que a era do capital foi superada e

⁴⁵ Trataremos nesta seção, orientados por Mészáros, da capacidade de o capital impor seus determinantes fundamentais sob as mais diversas facetas. Parafraseamos o título do capítulo 17 de *Para além do capital*, do mesmo autor.

vivenciamos um momento para além dele. Nesta seção, esse tipo de análise do capitalismo é a que mais nos importa. A questão vertebral da investigação é observar se os pilares fundamentais do capital persistem, entram em colapso (devido ao seu movimento contraditório), ou perdem validade. Apenas assim se pode afirmar se experienciamos ou não outro modo de produção, tão distinto quanto o que é apregoado.

Geralmente, aqueles que dizem que a lógica do capital não preside mais o conjunto das relações sociais de produção, apoiam-se numa crítica ao capitalismo e não ao capital — isso por suposto. Sob o aporte marxiano, tal crítica demonstra-se frágil, pois Marx (1982a) investiga o capitalismo como forma desenvolvida das relações do capital. Como consequência implícita desta postura temos que o capital não é o capitalismo, mas uma das formas de sua apresentação histórica, preservando outras possibilidades para sua reprodução, haja vista a permanência da extração de mais-valia na experiência socialista de versão soviética.

O conceito marxiano de capital passa necessariamente pela adoção dos princípios metodológicos desenvolvidos por Marx (1982a). Esses pressupostos metodológicos permitem ao autor não apenas demolir as mistificações elaboradas pela economia clássica, como também identificar as leis de desenvolvimento desta forma plenamente desenvolvida, na qual o capital figura como demiurgo. Os princípios metodológicos fundamentais aos quais nos referimos foram em boa parte demonstrados neste trabalho, no tópico sobre o método. Retomamos aqui essa discussão, acrescentando algo quando necessário, para uma melhor compreensão.

[...] a própria sociedade burguesa é apenas uma forma opositiva do desenvolvimento, certas relações pertencentes a formas anteriores nela só poderão ser novamente encontradas quando completamente atrofiadas, ou mesmo disfarçadas; por exemplo, a propriedade comunal. Se é certo, portanto, que as categorias da Economia burguesa possuem [o caráter de] verdade para todas as demais formas de sociedade, não se deve tomar isso senão *cum grano salis* (MARX, 1982a, p. 17).

Cabe aqui uma importante observação: não se deve entender a produção capitalista no sentido de sistema econômico-social existente e concreto, o qual não se compõe exclusivamente de empresas de caráter capitalista; este contém, além disso, resquícios de formas pré-capitalistas de produção (por exemplo, a produção camponesa e a artesanal). O sistema de produção capitalista compreende, apenas,

unidades econômicas constituídas sobre princípios capitalistas. É uma abstração científica, derivada de uma realidade concreta, e sob, essa forma abstrata constitui objeto da Economia Política enquanto ciência da economia capitalista (RUBIN, 1980, p. 282). O fato de encontrarmos a produção artesanal ou camponesa, por exemplo, no capitalismo não pressupõe que onde a produção artesanal existiu amplamente no passado, lá estavam cristalizadas as relações de capital. O método de Marx demonstra que estas relações sociais de produção aparecem sob a égide do capitalismo como formas atrofiadas, caricaturadas ou disfarçadas. Esse procedimento metodológico se distingue do adotado pela economia política clássica que visa a eternização do modo burguês de produção. Como aponta Mészáros (2002, p. 703-704), a economia política clássica, ao

[...] suprimir as *especificidades* dos antecedentes históricos parciais do sistema socioeconômico existente, terminam por liquidar completamente a dinâmica histórica, já que faz o processo histórico culminar no presente capitalista congelado para sempre.

Assim ocorre com todas as categorias econômicas — valor de troca, dinheiro, divisão do social do trabalho. A compreensão de sua importância não passa pela posição que ocupou historicamente em uma forma social ancestral, mas sim pela posição que ocupa na forma social presente.

A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior (MARX, 1982a, p. 17).

Seguindo a reflexão, “nessa medida, o curso do pensamento abstrato que se eleva do simples ao complexo corresponde ao processo histórico efetivo” (Ibid., p. 15).

Ao iniciarmos pela categoria mais simples, e por isso mais geral, não estamos querendo afirmar a naturalização da sociedade atual, mas inversamente, demonstramos com isso a nova posição desta categoria, agora subordinada ou “travestida”, “disfarçada”.

Essa escolha é feita para demonstrar tanto os aspectos *positivos* desse sistema reprodutivo, que faz o capital prevalecer como a força *onipotente* da sociedade, como os *negativos*, que estão destinados a levá-lo à desintegração. É por isso que o capital em sua *forma plenamente desenvolvida* deve constituir o *ponto de partida* e o *ponto de chegada* (MÉSZÁROS, op. cit., p. 703).

Do entrelaçamento dessas categorias temos a efetividade da nova forma histórica de produção social que incorpora e potencializa, positivamente, elementos que lhe permitem desenvolver-se, subordinando ao seu movimento geral os elementos que a atrofiam ou a entavam. Assim, o valor de troca, mesmo trazendo consigo um modo de ser “antediluviano”, só alcança seu pleno desenvolvimento no capitalismo, enquanto o trabalho social deve ser necessariamente atrofiado e subordinado à produção para o capital e, por isso, tolhido em suas potências emancipadoras.

Conforme o autor alemão,

[...] restaria sempre o seguinte: as categoriais simples são a expressão de relações nas quais o concreto pouco desenvolvido pode ter se realizado sem haver estabelecido ainda a relação ou o relacionamento mais complexo, que se acha expresso mentalmente na categoria mais concreta, enquanto o concreto mais desenvolvido conserva a mesma categoria como uma relação subordinada (MARX, 1982a, p. 15).

É justamente por isso que a investigação deve ser iniciada a partir da totalidade concreta mais desenvolvida. Dito de outra forma: “O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo” (Ibid., p. 19). A sociedade produtiva fundada nos princípios do capital é onde deve deter-se a investigação, pois as relações impressas pelas categorias num concreto mais desenvolvido indicam a forma mesma de ser desta totalidade.

O capital é o poder econômico *onipotente* da sociedade burguesa [...] seria portanto inviável e incorreto permitir às categorias econômicas seguirem-se uma à outra na mesma seqüência em que foram *historicamente* decisivas (Id. Ibid.).

O método marxiano atua em duas frentes fundamentais. De um lado, esse empreendimento metodológico demole qualquer perspectiva eternizante e apologética, soterra por completo a possibilidade de imaginarmos o capitalismo como o resultado inevitável do fluxo histórico. Esta é a ofensiva marxiana aos

teóricos clássicos que “misturam e confundem todas as diferenças históricas e *vêm relações burguesas em todas as formas de sociedade*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 703 grifo nosso); de outro, esta postura metodológica permite, igualmente, radiografar em sua processualidade a dinâmica do sistema, viabilizando assim a ênfase em seu caráter histórico e transitório. O método nos permite observar as contradições desse sistema e visualizar sua dissolução, possibilidade esta considerada uma aberração para aqueles que acreditam na naturalização deste modelo produtor.

A economia política clássica⁴⁶ fixa a análise da sociedade do capital baseada em seus antecedentes históricos, ou seja, em momentos preliminares a sua constituição e sua expansão total, e não compreende, por isso, que estes aspectos unilaterais isolados passam a desempenhar, no interior desta totalidade desenvolvida, um conjunto novo de significações; seu conteúdo é alterado em relação aos antecedentes ancestrais do capital, de seus supostos, passam a partir do instante que o capital se totaliza como força despótica, a serem postos por ele. Aquilo que anteriormente possibilita o surgimento do capital passa sob o seu domínio a ser seu produto. Tentemos clarificar esta intrincada passagem.

O capital só existe a partir do momento em que haja a exploração contínua da força de trabalho, de trabalho vivo. Esta é a forma com que se dá sua reprodução sempre continuada em escala ampliada. O capital é, especialmente, trabalho morto revivificado por trabalho vivo. Assim, apenas há capital com a sujeição permanente do trabalho assalariado. “A condição crucial para a existência e o funcionamento do capital é que ele seja capaz de exercer *comando sobre o trabalho* [grifo nosso]” (Ibid., p. 710). No entanto, a economia clássica tende a afirmar que o que é “verdade para as fases anteriores do desenvolvimento do capital – acumulação antes do trabalho e que não resultou dele – também o é para o sistema do capital plenamente desenvolvido” (MÉSZÁROS, 2002, p. 706). Neste ponto, lemos em Marx (*apud* Id. Ibid.):

⁴⁶ É interessante notar que o que Marx havia discutido com A economia política, e acreditamos que em sua crítica obteve sucesso, ainda persiste nas avaliações a respeito do capitalismo em teóricos atuais que acusam Marx de problemas que ele já resolverá em seus debates com os interlocutores clássicos.

Este ato do capital, independente do trabalho, não definido pelo trabalho, é então transferido da pré-história do capital para o presente, para um momento da sua realidade e de sua atividade presente, de sua autoformação. Disso deriva, por fim, o eterno direito do capital de fruir o trabalho alienado ou, antes, seu modo de apropriação é derivado das leis simples e 'justas' da troca de equivalentes. [...] [na realidade, no presente] o trabalhador constantemente cria um duplo fundo para o capitalista, ou na forma de capital. Uma parte deste fundo constantemente preenche as condições de sua própria existência e a outra preenche as condições para a existência do capital. Como vimos, no caso do capital excedente – e capital excedente com respeito a sua relação antediluviana com o trabalho –, todo *capital presente, real*, e cada um de seus elementos foram *apropriados* sem troca, sem um equivalente, um *trabalho alienado* objetificado, apropriado.

Concluimos dessa citação que, apesar de as categorias terem um caráter antediluviano – ou seja, possuírem raízes profundas na história, existência anterior ao capital –, elas não retratam nem justificam a naturalização desse sistema. Esta maneira de ver, habitual dos pensadores burgueses, é de maneira precisa caracterizada numa passagem da *Introdução...*

[...] o chamado desenvolvimento histórico repousa em geral sobre o fato de a última forma considerar as formas passadas como etapas que levam a seu próprio grau de desenvolvimento, e dado que ela raramente é capaz de fazer a sua própria crítica, e isso em condições bem determinadas – concebe-os sempre sob um aspecto unilateral (MARX, 1982a, p. 18).

Desta forma,

A acumulação primitiva do capital é, sob este aspecto, secundária, pois, quando as relações em questão se referirem à forma plenamente desenvolvida do sistema, as formas anteriores de acumulação terão sido radicalmente alteradas [...]. (Mészáros, 2002, p. 706).

Com isso, elas “deverão ser enfrentadas na sua forma radicalmente alterada, caso se pretenda levantar a questão de uma ordem sociometabólica alternativa” (Ibid., p. 706).

A produção para o capital – o capital como motor, princípio vetor, pedra angular, *telos, causa sui*⁴⁷ – só é possível, como já realçamos acima e agora reafirmamos, com a sujeição permanente do trabalho assalariado. Para isso, um evento histórico é precioso, para o entendimento da natureza do capital: a mercantilização da força de trabalho. Como observa Mészáros (Ibid., p. 707), como resultado a produção se torna

⁴⁷ Sua própria causa.

[...] a produção de mercadorias em sua extensão *completa*, em toda sua largura e comprimento. Só então *todos* os produtos serão convertidos em mercadorias [...] a mercadorias como forma *necessária* do produto, e portanto a *alienação* do produto como a forma necessária de sua *apropriação* implica uma *divisão do trabalho social plenamente desenvolvida*, enquanto, por outro lado, é somente na base da produção capitalista, portanto também na divisão capitalista do trabalho no interior da oficina, que todos os produtos *necessariamente* assumem a *forma de mercadoria* e todos os produtores são necessariamente produtores de mercadoria. Conseqüentemente, somente com a chegada da produção capitalista o valor de *uso* é pela primeira vez mediado *genericamente* pelo valor de *troca*.

É por este fato que Marx percorre analiticamente as sociedades mercantis simples ou formas pré-capitalistas de produção, ainda que já represente o anúncio daquela — a forma desenvolvida — em que prevalece a troca de equivalentes e a mercadoria é objeto mediato de consumo. Nesta etapa de subordinação, apenas formal, do trabalho ao capital, a produção de mercadorias é pressuposto do capital, mas não seu resultado.

A mercadoria como forma elementar da riqueza burguesa foi nosso ponto de partida, o pressuposto do surgimento do capital. Por outro lado, as *mercadorias* agora aparecem como o *produto do capital*. Este curso circular adotado por nossa exposição, por um lado, corresponde ao *desenvolvimento histórico do capital*, do qual a *troca de mercadorias*, o *comércio de mercadorias*, é uma das *condições de emergência*; mas essa mesma condição é formada sobre a base oferecida por vários *diferentes estágios de produção* que têm todos em comum a situação em que a produção capitalista ou não existe absolutamente ou existe apenas esporadicamente. Por outro lado, a troca de mercadorias em seu desenvolvimento pleno e a *forma de mercadoria* como forma social universalmente necessária do produto surge pela primeira vez como *resultado do modo capitalista de produção* (MARX, 1861-1864 *apud* Id. *Ibid.*).

O método sugere um percurso que não é apenas “lógico, senão eminentemente genético” (BELLUZZO, 1998, p. 97), como demonstra a passagem que segue:

A questão é que, sem entender a *perversa circularidade* do sistema de capital – mediante o trabalho, sob a forma de trabalho *objetivado*, *alienado*, se torna capital e, como *capital personificado*, enfrenta e domina o trabalhador –, não há como escapar do círculo vicioso da auto-reprodução ampliada do capital [...] (MÉSZÁROS, *op. cit.*, p. 707).

O capital, portanto, é trabalho pretérito, trabalho objetivado que retira suas forças do trabalho social, do trabalho vivo; que sob sua administração se encontra

atrofiado, travestido, submetido aos imperativos da produção pela produção; uma forma de produção que dá às costas aos produtores; uma relação social fetichizada, na qual o produto é proprietário do produtor. Em outras palavras,

[...] o caráter 'social' etc., do trabalho do trabalhador o enfrenta, tanto 'conceitualmente' como 'de fato', não apenas como alheio, mas hostil e antagônico, como também *objetivado* e *personificado* no capital (Ibid., p. 708-709).

Conforme Mészáros (2002), apenas em sua forma plenamente desenvolvida é que as relações sociais encontram o pleno desenvolvimento do processo de reificação, e apenas em sua forma fetichizada mais desenvolvida é que podemos enfrentar o círculo vicioso do capital. Nesse sentido, Marx assinala que tal tarefa exige que se compreenda que

[...] o capital é apenas uma *coisa*, tal como o dinheiro o é. No capital, tal como no dinheiro, *relações sociais de produção definidas entre pessoas* são expressas *como a relação de coisas* como pessoas, ou conexões sociais definidas aparecem como *características sociais naturalmente pertencentes as coisas* ... O dinheiro não pode se tornar capital sem ser trocado por capacidade de trabalho como uma mercadoria vendida pelo próprio trabalhador. Por outro lado, o trabalho só pode aparecer como trabalho assalariado quando suas próprias condições objetivas o encontram como forças egoístas, como propriedade alheia, valor existente por si mesmo e apoiado em si próprio, em resumo, como capital. [...] essas condições objetivas devem, do ponto de vista formal, enfrentar o trabalho como poderes estranhos, *independentes*, como valor – trabalho objetivado – para o qual o trabalho vivo não passa de um meio de sua própria preservação e expansão (MARX, 1861-1864 *apud* Ibid., p. 708).

A produção social para o capital ocorre apenas sob circunstâncias históricas bem determinadas, exatamente no momento em que o capital domina todas as circunstâncias materiais como forças que a ele pertencem, autonomizando-se em relação aos fatores dos quais depende – cabe dizer, apenas no estágio em que Marx denominara subsunção real do trabalho ao capital. Este momento é, basicamente, caracterizado pelo domínio das condições técnicas por parte do capital, vale dizer, momento tomado predominantemente pela extração de mais-valia relativa. A partir deste momento, o capital se converte no “sujeito automático”, “monstro animado” da produção, e extirpa, definitivamente, do trabalhador qualquer possibilidade de existência que não se submeta a sua onipotência. Dito de outra

forma, neste estágio tem-se a cisão e a alienação das condições objetivas do trabalho do trabalhador. Estas condições, ao se objetivarem, surgem como um poder separado exercendo o comando sobre o trabalho.

Marx descreve, em *O capital*, três formas de extração de mais-valia relativa: cooperação, manufatura e maquinaria. “O que distingue os métodos de produção mencionados é, em primeiro lugar, o fato de que põem as forças produtivas sociais do trabalho a serviço do capital” (ROSDOLSKY, 2001, p. 201). Não pretendemos fazer uma análise criteriosa desses momentos distintos, mas nos concentrar, fundamentalmente, no momento em que a humanidade é engolida pelas relações de capital como a única forma de existência social e quais os traços, essenciais, dessa forma de produção que bane os sujeitos sociais da administração consciente da produção.

Na fase da maquinaria é que encontramos a forma típica de produção capitalista. Nesse instante é que o projeto cego do capital é fatalmente consolidado; até a manufatura passando pela cooperação, o capital ainda necessita grandemente do virtuosismo da força de trabalho, ou seja, o mais-trabalho absoluto continua a ser a marca do capital. Na maquinaria, a revolução não se ampara nas diversas estratégias de aumento da capacidade de trabalho por meio da intensificação coordenada dos trabalhadores. A revolução aqui se dá nos meios de trabalho. Como menciona Rosdolsky (Ibid, p. 206-207):

No lugar do ofício dominado pelo trabalhador aparece agora um ‘monstro vivo’ que ‘materializa o pensamento científico e passa a exercer, de fato, o papel de coordenação’, dominando todo o processo; a partir daí, o trabalhador individual passa a existir ‘como apêndice vivo e isolado’. Ao contrário da ferramenta simples, a máquina – mais ainda, a maquinaria como sistema automático – ‘sob nenhum ponto de vista aparece como meio de trabalho do trabalhador individual. Sua *differentia specifica* não é, como no caso do meio de trabalho, a de transmitir ao objeto a atividade do trabalhador. A atividade se organiza agora de outra maneira: o que se transmite à matéria-prima é o trabalho, ou ação, da própria máquina, a qual [o trabalhador] vigia e impede que se danifique. É diferente do caso do instrumento que o trabalhador manipula e anima, como a uma parte de seu próprio corpo, com sua destreza e atividade, e cujo manejo depende de sua virtuosidade. Dona da habilidade e da força, a máquina toma o lugar do trabalhador, ela mesma é a virtuose, possui alma própria, encarna nas leis da mecânica que agem nela [...]. A atividade do trabalhador [...].

O trabalho agora é organizado de fora, e mais que isso, organizado pela autoridade mórbida de um sistema científico-maquínico. Enquanto as habilidades

específicas do trabalho, no período de subordinação formal atuavam de maneira representativa, o trabalho aqui, pela primeira vez, é apenas energia abstrata despendida, e todos os conteúdos concretos dos trabalhos estão a serviço do processo de valorização. O próprio processo de produção deixa de ser processo de trabalho (no sentido de ser controlado pelo trabalho) e passa a ser exclusivamente processo de valorização.

A maquinaria, pois, se abstrairmos seu valor de uso, sob a gerência do capital opera simplesmente como meio de extrair mais trabalho, diminuindo progressivamente o tempo necessário socialmente, ao contrário do que pensam os mais entusiasmados, que apostam que o incremento tecnológico diminuiria o desgaste humano — a famosa tese de que a máquina economiza trabalho, valorizando o tempo de fruição. Essa tese, obviamente, não está incorreta, se considerarmos o processo de trabalho como tal. No entanto, o processo de trabalho deve ser analisado imerso nas relações de capital, e neste cenário a máquina não possui a função de economizar trabalho em prol da humanidade, mas economizar tempo de trabalho em nome do aumento das taxas de mais-valia relativa, bem como é instrumento de combate na arena da luta de classes.

Iniciamos esta seção demonstrando como, através do método, Marx chega à natureza do capital com suas características fundamentais, sob as quais uma alternativa viável só pode sobrepor-se as superando completamente.

Muitas tentativas contemporâneas abandonaram uma perspectiva de superação do capital, quando outras, a exemplo da teoria do imaterial, simplesmente tratam o capital como um acessório – nas palavras de Negri, um fetiche, realçando em seus escritos aspectos jurídicos ou políticos como demonstração deste fato. Nesse sentido, observamos que qualquer

[...] tentativa de ganhar controle sobre o capital tratando-o como uma 'coisa material' ligada a uma 'relação simples' com seu proprietário privado – em vez de instituir uma alternativa sustentável ao seu processo dinâmico, 'em cujos vários momentos ele nunca deixa de ser capital' – pode apenas resultar em fracasso catastrófico (MÉSZÁROS, 2002, pp. 708-709).

A superação desta ordem social só é possível diante da auto-emancipação substantiva do trabalho. Dizemos isso, visto que lemos na introdução deste trabalho que Schaff (1995), por exemplo, não vê problema algum em extrairmos mais-valia

ou permanecermos com as relações de mercado numa sociedade igualitária. Mézáros (Ibid., 708-709) é contundente neste ponto:

Uma vez que deixe de dominar e explorar implacavelmente o trabalho – como espera a noção ilusória do ‘trabalho participativo compartilhando poder com o capital’, ao projetar uma forma ‘iluminada’ do capital e seu dedicado ‘mercado social’ como a estrutura de uma feliz relação futura –, o capital perde a capacidade de controlar completamente o processo sociometabólico.

Mézáros (2002), no capítulo sobre as formas mutantes do controle do capital, busca identificar quais componentes dessa ordem social devem ser terminantemente superados, caso se pretenda lançar-se rumo a uma sociedade livre do jugo do capital. Aqui, o aspecto fundamental de seu texto, a crítica marxiana, é bem mais que uma crítica às deficiências do capitalismo; é sim uma crítica à lógica do capital. Ele põe em relevo que o projeto de caráter emancipador não deve apenas superar esta forma histórica de manifestação das relações de capital, mas deve

[...] livrar a humanidade das condições desumanizadoras sob as quais ganham legitimidade apenas aqueles valores de uso, não importa quão desesperadamente necessários, que possam caber na camisa-de-força dos valores de troca lucrativamente produzidos pelo sistema (Ibid., p. 727).

O capital não abrirá mão de seu domínio por meio de um processo consensual, como quer Habermas (*apud* PANIAGO, 2001), muito menos por meio de freios institucionais, como pleiteiam os regulacionistas; também, como qualquer transformação que dignifique o termo, não é possível mantendo-se os pilares do sistema em pleno funcionamento; tampouco, e a história testemunhou e testemunha isto, pode o comunismo edificar-se compatibilizando o novo com o velho, harmonizando diferenças e equalizando desarmonias.

Na análise das relações produtivas e distributivas plenamente desenvolvidas do capital, os antecedentes históricos podiam ser corretamente tratados como momentos subordinados do presente, usando o princípio metodológico expresso em referência à “anatomia do macaco”. Pois, sob uma ordem sociometabólica dada, todas as relações passadas e os antecedentes históricos que tivessem qualquer afinidade com a ordem agora efetivamente dominante já foram *subsumidos*, sob a forma de suas determinações subordinadas, quer em uma forma mais desenvolvida – isto é, positivamente incorporada – quer em forma ‘atrofiada, travestida ou caricaturada’ (Ibid., p. 705).

E prossegue:

Neste ponto, quando muitas relações anteriormente consolidadas se tornam fluidas e emerge a *possibilidade* de se criarem estruturas alternativas por meio de uma *revolução social* sustentada, as formas capitalistas herdadas se recusam, com todas as suas forças, a assumir a condição de macaco. Mais que isso, na nova situação, mesmo os ‘macacos’ outrora subservientes aliam-se ativamente ao poder anteriormente absoluto, temporariamente deslocado. De fato, na situação imediatamente pós-revolucionária, o capital e seus constituintes tronam-se, todos, dragões voadores, cuspidos fogo naqueles que tentam mudar a velha ordem, em cuja forma anterior os momentos subordinados estão também integrados firmemente e possuem as suas funções subsidiárias certamente, mas muito reais. E o mais importante de tudo, mesmo o trabalho social ‘atrofiado e travestido’ – preso ao capitalismo por sua existência ininterrupta na divisão do trabalho estabelecida – corre o perigo de se aliar a eles. E corre o perigo de fazê-lo contra seus próprios interesses realizáveis praticamente, ao menos que, na estrutura de uma estratégia socialista radical, os produtores associados possam realmente assumir a posição de uma agência responsável pelo controle da ordem sociometabólica de transição, objetivando avançar *para além do capital* não apenas em suas formas diretamente herdadas mas, mais importante, também em suas formas pós-revolucionárias possíveis (Id. Ibid.).

O capital não se colocará na condição de “macaco”, simplesmente porque suas contradições e vicissitudes o conduzem à implosão. Apenas uma revolução social, que não se daria, conforme Mészáros (2002), do dia para a noite, visto que as raízes históricas do capital firmam-se fortemente ao longo de várias formas sociais de produção, posta em curso pelo único sujeito histórico capaz de tal feito, a saber, a classe trabalhadora, instituindo um novo projeto de sociedade autossustentado, inaugurando um novo metabolismo social absolutamente dessemelhante a qualquer princípio outrora existente na sociedade precedente, pode sepultar a era histórica do capital. Qualquer outra tentativa leniente e passiva interessa apenas ao próprio capital e à sua capacidade dinâmica de amoldar-se aos mais diversos cenários sem abrir mão de sua natureza.

Conseqüentemente, dado o caráter *contraditório* da ordem capitalista avançada, firmemente salientada por Marx, são necessárias mudanças absolutamente fundamentais para tornar os poderes produtivos herdados adequados às finalidades dos produtores livremente associados na ordem sociometabólica alternativa imaginada por ele. Pois, sem a superação radical do caráter ‘atrofiado/travestido’ e das determinações estruturais antagônicas da divisão social do trabalho anteriormente prevalecente, o poder do capital se reafirmaria e anularia todos os objetivos socialistas (Ibid., p. 704).

Ancorados assim no conceito de capital em Marx, a partir de Mészáros (2002), se pudermos reconhecer hoje uma possibilidade de transformação radical advinda da contradição das relações sociais de produção em choque com as forças produtivas, dito de outra forma, das vicissitudes da lei do valor, na ausência de um projeto social e de um sujeito histórico, essa possibilidade obviamente tende a permanecer apenas como possibilidade. Dessa reflexão resta, portanto, esta conclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação procuramos travar um diálogo com a teoria do trabalho imaterial de Antonio Negri, sobretudo em torno de questões relativas ao desenvolvimento das forças produtivas e seus desdobramentos. Adotamos como quadro de referência a teoria do valor de Marx, pois entendemos que ela nos oferece as ferramentas necessárias para uma análise do modo de produção capitalista: sua gênese, desenvolvimento e possíveis limites.

Realçamos que a teoria econômica de Marx possibilita romper com a aparência naturalizante da produção capitalista, e isso fica patente na dualidade contraditória das categorias econômicas marxianas: Trabalho abstrato/trabalho concreto, riqueza material/riqueza abstrata, valor de uso/valor de troca, tempo necessário/tempo liberado etc. Ocorre que Marx não se dedica apenas a uma investigação de aspectos materiais e físicos, mas sim de uma relação dialética entre as características materiais e as relações sociais. As categorias econômicas são desse modo, a expressão de relações sociais de produção, no capitalismo essas relações de produção materializam-se nas coisas, que por sua vez autonomizam-se frente aos sujeitos. Marx demonstra no tópico sobre o caráter fetichista da mercadoria como os produtos do trabalho humano são revestidos pela forma valor; a forma social do trabalho no capitalismo.

De onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria? Evidentemente dessa forma mesmo. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho. (MARX, 1988, p. 71).

A desmistificação das relações de produção capitalistas não passa, portanto, por aspectos meramente técnicos ou materiais, como valor de uso, trabalho

concreto, tempo de trabalho socialmente necessário⁴⁸ etc. porquanto o que deve ser apreendido é a imbricação entre esses aspectos e a forma social na qual estão imersos. A economia marxiana observa esse movimento dialético que resulta, no plano teórico-analítico, na duplicação das categorias econômicas: trabalho concreto/abstrato, valor de uso/valor de troca, riqueza material/riqueza genérica. O caráter histórico do capital, suas características fundamentais e suas contradições podem dessa maneira ser conhecidos.

Marx em sua obra evidencia a relação de condicionamento dialético entre o econômico e o político, o material e a forma social e assim por diante. Nesses termos impôs a crítica aos economistas clássicos. Na contemporaneidade ressurgem um conjunto de interrogativas já exaustivamente debatidas em outro canto da história e, mais que isso, esses questionamentos irrompem com aura de novidade e, comparados aos pensadores com os quais Marx dialogou – Ricardo, por exemplo – esses autores não chegam à caricatura daqueles.

Vimos que Negri elabora toda uma “teoria” alicerçada na noção de trabalho imaterial; o trabalho hegemônico na pós-modernidade. Percebemos que o critério da imaterialidade é extremamente questionável mesmo nos termos em que o autor o utiliza; conseqüentemente, todas as derivações daí resultantes estão comprometidas. Vale ressaltarmos sua caracterização de trabalho produtivo na pós-modernidade. Sobre este tema Marx não deixou dúvidas, quando afirma que o capitalismo é mais que produção de mercadorias é, sim, produção de mais-valia, como demonstramos nesse texto.

Prevalecem no horizonte teórico de Negri os aspectos concretos dos trabalhos, seu conteúdo físico; por isso, uma mutação do trabalho vivo, segundo o autor, agora mais intelectualizado, o leva a afirmar a obsolescência da lei do valor. A lei do valor, que nas sociedades mercantis simples é a lei da troca de

⁴⁸ “O caráter místico da mercadoria não provém, portanto, de seu valor de uso. Ele não provém, tampouco, do conteúdo das determinações de valor. Pois, primeiro, por mais que se diferenciem os trabalhos úteis ou atividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles são funções do organismo humano e que cada uma dessas funções, qualquer que seja seu conteúdo ou forma, é essencialmente dispêndio de cérebro, nervos, músculos, sentidos etc. humanos. Segundo, quanto ao que serve de base à determinação da grandeza do valor, a duração daquele dispêndio ou a quantidade do trabalho, a quantidade é distinguível até pelos sentidos da qualidade do trabalho. Sob todas as condições, o tempo de trabalho, que custa a produção dos meios de subsistência, havia de interessar ao homem, embora não igualmente nos diferentes estágios de desenvolvimento”. (MARX, 1988, p.70)

equivalentes, com a generalização da produção tipicamente capitalista transfigura-se em lei do processo de valorização, ou seja, processo de formação do valor e extração de mais-valia relativa. Negri não pode observar isso, pois para ele o capital não se valoriza mais, ou ainda, o capital não passa de uma relação de poder, e não uma coerção material, uma relação social.

O pensador italiano indiscriminadamente se vale de extratos dos *Grundrisse* e os instrumentaliza de maneira estranha ao autor da obra. A partir de Marx, que de maneira explícita ao longo de toda sua trajetória intelectual sublinhou a importância da classe trabalhadora e de um projeto político revolucionário, Negri implode todas as mediações – classes, Estado etc. Para o pensador italiano as novas subjetividades trazem “em si o comum, a rede de singularidades que compõem a multidão pode prescindir de instâncias mediadoras postíças como o Estado e o partido político, afirmando-se como a carne viva que governa a si mesma” (HARDT; NEGRI, 2005, p.140).

Negri parece transformar os *Grundrisse* em uma profecia, como a de que Marx do alto de sua oracular inteligência previu em futuro não muito distante uma nova era em que o capitalista desaparece e surge o empresário político, a classe trabalhadora fica para trás e emerge a Multidão, o trabalho manual cede lugar para atividades lúdicas; em uma palavra, o fim da pré-história da humanidade e a fundação do comunismo, que para Negri não passa de um estilo de vida.

Parar Negri, ao se universalizar, as relações de capital perdem sua efetividade. Ao sair do âmbito do trabalho imediato, do trabalho manual, alçando voos para além da fábrica e tomando outras dimensões da vida e atributos humanos como a criatividade, afetividade, comunicação etc. o capitalismo não fica mais forte, mas se enfraquece, pois adentra em um universo do qual não possui controle, o universo das subjetividades. Dessa forma o comando capitalista configura apenas um esforço político que, do mesmo modo, deve ser enfrentado no plano do político.

Através da proliferação de subjetividades “anfíbias” geram um excedente que não pode ser expropriado ou arregimentado pelo capital ou pelo corpo político global. Transformam-se, espontaneamente, em revolta contra o sistema (HARDT; NEGRI, 2005, *apud* LOPES, 2006, p. 167).

Os conflitos sociais são deslocados do contexto da produção para o contexto da circulação e do político. As *subjetividades anfíbias* explicitam sua *revolta contra o sistema*, por exemplo, no consumo, o que Negri denomina trabalhador-consumidor.

A necessidade de consumir, a capacidade de consumir, a pulsão a consumir não são mais produzidas indiretamente pelo objeto (produto), mas diretamente por dispositivos específicos que tendem a identificar-se com o processo de constituição da “comunicação social” (LAZZARATTO; NEGRI, 2001, p. 46).

Caem as fronteiras entre produção e consumo, já que consumo agora é produção de comunicação social. Dessa maneira temos um consumo revolucionário, e a revolução é posta nas prateleiras e vendida no varejo.

Assim como para Smith tínhamos a mão invisível que coordena e regula o mercado, para Negri há também uma força incorpórea que induz as subjetividades cooperativas, *the common*, ou seja, há uma imperiosidade pelo comum que faz com que todos os indivíduos sejam impelidos a pensar e viver o coletivo, como afirma Lopes (2006, p. 184)

A resposta de Hardt e Negri, conseqüência de uma opção teórica que vê a pluralidade da multidão guiada por uma espécie de mão invisível natural – *the common* – que, em última instância, anula a dicotomia entre os interesses públicos e privados, isto é, o recurso a um ato de amor político capaz de romper o abismo intransponível que “separa o desejo de democracia, a produção do comum e os comportamentos rebeldes que os expressam do sistema global de soberania” parece pura ficção.

Tentamos ao longo de todo o segundo capítulo, pôr em relevo algumas debilidades teóricas da teoria do trabalho imaterial e, paralelamente, indicar o seu caráter político-ideológico. Não há dúvidas que o capitalismo necessita continuamente das capacidades espirituais dos homens, no entanto, diversamente de Negri, não consideramos o capitalismo em seu atual estágio como o promotor de uma subjetividade autônoma. Acreditamos que o capitalismo produz uma subjetividade no sentido de aumentar seu controle sobre os trabalhadores, mesmo que sob o signo da autonomia, criatividade, etc. dessa forma diversifique seus mecanismos de controle, desfrutando não apenas do corpo do trabalhador, mas também e/ou principalmente de seus corações e mentes.

Contudo, o capitalismo apresenta transformações importantes que devem ser consideradas: 1 - as forças produtivas sociais se desenvolveram brutalmente ao longo dos séculos de capitalismo, o que significa que o capital se afasta progressivamente de sua base material, como descreve Marx nos *Grundrisse*; 2 - O capital reclama progressivamente os atributos espirituais dos homens, visto que o aumento do tempo livre deve ser convertido em tempo de sobretrabalho. É sintomática dessa maior dificuldade do capital continuar se valorizando a ênfase, hoje, nos planos político e ideológico. Entretanto, essas são questões para um desenvolvimento posterior.

Nosso objetivo foi destacar a teoria do valor de Marx como uma poderosa ferramenta no desvelar do atual estado de coisas, apontando o processo de valorização do capital como um movimento contraditório que sugere limites à continuidade desse modo de produção. Assim, o que Marx ressalta nos *Grundrisse* apenas pode ser assimilado no horizonte mais amplo de sua obra, ou seja, a superação da pré-história da humanidade nos termos marxianos pressupõe a superação irrevogável de todas as estruturas atualmente dispostas na ordem burguesa, e tal transformação social dar-se-á apenas sob um amplo projeto emancipador, uma revolução social. Com isso a teoria de Negri se inscreve, a nosso ver, no bojo das teorias do fim do trabalho e serve como justificativa ideológica do capitalismo. Foi isso que tentamos demonstrar.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, H. J. D. **A valorização do capital e o desenvolvimento das forças produtivas**: uma discussão crítica sobre o trabalho imaterial. São Paulo: UNICAMP, 2006. 210 f. Tese (Doutorado) –Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.
- BELLUZZO, L. G. M. **Valor e capitalismo**: um ensaio sobre a economia política. 3. ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.
- BERNARDO, M. H. **Discurso flexível, trabalho duro**: o contraste entre o discurso de gestão empresarial e a vivência dos trabalhadores. São Paulo: USP, 2006. 233 f. Tese (Doutorado) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BORGES NETO, J. M. **Duplo caráter do trabalho, valor e economia capitalista**. São Paulo: USP, 2002. 305 f. Tese (Doutorado) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BRAGA NETO, R. **A nostalgia do fordismo**: elementos para uma crítica da Teoria Francesa da Regulação. Campinas: Unicamp, 2002. 329 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.
- DIAS, M. C. N. P. **Trabalho produtivo e trabalho improdutivo**: de Marx à polêmica marxista (Napoleoni, Rubin e Mandel) Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 323 p. Tese (Doutorado) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- GERMER, C. M. **Contribuição ao entendimento do método da economia política, segundo Marx**. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/cobrefil/textos/EP.metodo.economia.politica.doc>. Acesso em: 12 ago. 2010.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1987.
- _____. **O imaterial**: Conhecimento, Valor e Capital. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. Tradução Adail Ubirajara; Maria Stela Gonçalves. 12ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LAZZARATO, M. **As revoluções do capitalismo**. Tradução de Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

_____; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LESSA, S. **Para além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

LOPES, R.S. **Informação, Conhecimento e Valor**. São Paulo: USP, 2006. 208 f. Tese (Doutorado) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MAAR, W. L. A. A centralidade do trabalho social e seus encantos. In: FERREIRA, L. C. (Org.). **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MELLO, G. M. C. **Algumas respostas teóricas para as vicissitudes do capitalismo contemporâneo**: crítica ou fetichismo?. São Paulo: USP, 2007. 236 f. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, 2007.

MARCUSE, H. **A ideologia da Sociedade Industrial**: o homem unidimensional. Tradução Giasone Rebuá. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARX, K. **O capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1 [Coleção Os Economistas]

_____. **O capital**: O processo de produção do capital. Livro I, vol. 2, 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

_____. **[Introdução] à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982a.

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982b.

_____. Produtividade do capital, trabalho produtivo e improdutivo. In: **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

MARX, K. Teorias sobre trabalho produtivo e improdutivo. In: **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

_____. Contradicción entre el fundamento de la producción burguesa (*medida del valor*) y su mismo desarrollo. Máquinas, etc. In: _____. **Líneas fundamentales para la crítica de la economía política** (Grundrisse) – Segunda mitad. Barcelona: Grijalbo, 1978.

_____. Significado del desarrollo del capital fijo (para el desarrollo del capital em general). Relación entre creación de capital fijo y capital circulante. Tiempo disponible. Crearlo es la determinación principal del capital. Forma antitética del mismo em el capital. – Productividad del trabajo y procucción del capital fijo. In: _____. **Líneas fundamentales para la crítica de la economía política** (Grundrisse) – Segunda mitad. Barcelona: Grijalbo, 1978.

_____. Ahorro real – Economía = Ahorro de tiempo de trabajo = Desarrollo de la fureza productiva. Superación de la antítesis entre trabajo libre y tiempo de trabajo. – Comprensión auténtica del processo de producción social. In: _____. **Líneas fundamentales para la crítica de la economía Política** (Grundrisse) – Segunda mitad. Barcelona: Grijalbo, 1978.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PANIAGO, M.C.S. **A incontrolabilidade Ontológica do Capital: um estudo sobre Beyond Capital**, de I. Mézárós. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. 226 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

PRADO, E. **Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria**. São Paulo: Xamã, 2005.

PRIEB, S. A. M. **A redução do trabalho vivo e a tese do fim da centralidade do trabalho em Schaff e Gorz: uma crítica marxista**. Campinas: UNICAMP, 2002. 166 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2002.

RIFKIN, J. **O Fim dos Empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SCHAFF, A. As conseqüências sociais da atual revolução técnico-científica. **In: A Sociedade informática**. Tradução Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Objojes. São Paulo: Editora da Unesp, 1990.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 2001.

RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

TEIXEIRA, F. J. **Trabalho e valor**: contribuição para a crítica da razão econômica. São Paulo: Cortez, 2004.

TURCHETTO, M. Antônio Negri e o triste fim do “operaismo” italiano. **Crítica Marxista**, n. 18, 2004.